



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FRANCISCA ALYNNE RIBEIRO ROLIM

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA NA CIDADE DE
FORTALEZA: O PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ**

FORTALEZA – CEARÁ

2022

FRANCISCA ALYNNE RIBEIRO ROLIM

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA NA CIDADE DE
FORTALEZA: O PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas em Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Profa. Dra. Camila Holanda Marinho.

FORTALEZA – CEARÁ

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas**

Rolim, Francisca Alynne Ribeiro.

Avaliação de Políticas Públicas para a Infância na Cidade de Fortaleza: O Programa Mais Infância Ceará [recurso eletrônico] / Francisca Alynne Ribeiro Rolim. - 2022.

111 f. : il.

Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas - Profissional, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof.^a Dra. Camila Holanda Marinho.

1. : Políticas Públicas. Estado. Infância. .
I. Título.

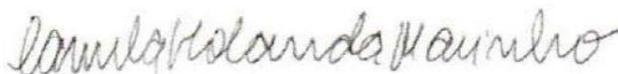
FRANCISCA ALYNNE RIBEIRO ROLIM

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA NA CIDADE DE FORTALEZA - CE: O PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ

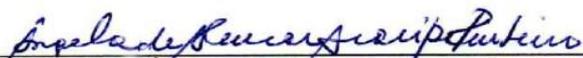
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 21/11/2022

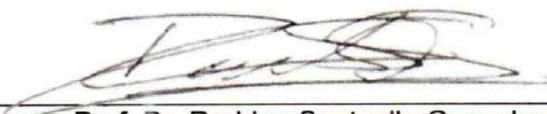
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Camila Holanda Marinho (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profa. Dra. Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. Rodrigo Santaella Gonçalves
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar o Programa Mais Infância Ceará, especificamente a partir do eixo Tempo de Brincar, na cidade de Fortaleza. A intenção foi identificar os principais aspectos desse eixo e os projetos atrelados a ele, verificando as suas ações, eficiência e resultados dessa Política Pública voltada para a infância. Tal pesquisa se justifica devido a sua importância como política pública para a infância, e como esta pode fazer diferença no enfrentamento às desigualdades sociais, pois os direitos e garantias da Constituição Federal de 1988, com princípios e políticas públicas estruturais, consolidam uma agenda ativa na construção de uma sociedade justa e solidária, sendo assim, o Programa Mais Infância Ceará se constitui como política pública de Estado destinada à promoção do desenvolvimento infantil, à geração de possibilidades para o desenvolvimento integral da criança de acordo com o seu documento normativo nº 17380/21. Dito isso, considera-se necessária a análise do seu funcionamento, desempenho e se ela consegue atender a todos. Para tanto, esse estudo buscou encontrar pressupostos teórico-metodológicos que permitam apreciar o desempenho dessa política e construir uma base de análise consistente a respeito das informações e levantamento de dados através dos livros Ebook Mais Infância Ceará, Lei 17.380, Os 7 Ceará's, Ação Governamental Desempenho 2021, matérias de jornais e artigos. Trata-se de um estudo de caso, com uma pesquisa de campo realizada através de análise de documentos oficiais e através de informações coletadas na pesquisa de campo com as entrevistas aplicadas aos atores institucionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Estado. Infância. Desigualdades. Espaços Públicos.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the Mais Infância Ceará Program, specifically, the Tempo de Brincar axis, in the city of Fortaleza, in order to identify the main aspects of this axis and the projects linked to it, verifying its actions, efficiency and results. of this Public Policy aimed at children. Such research is justified, therefore, due to the importance of public policies and how they can make a difference in confronting social inequalities, since the rights and guarantees of the Federal Constitution of 1988 with structural principles and public policies, consolidate an active agenda in the construction of a fair and solidary society, therefore, the Mais Infância Ceará Program is constituted as a State public policy aimed at the promotion of child development, the generation of possibilities for the integral development of the child according to its normative document nº 17380/21. That said, it is considered necessary to analyze its operation, performance and whether it can serve everyone. This study seeks to find theoretical-methodological assumptions that allow us to appreciate the performance of this policy and build a consistent basis for analysis regarding the information and data collection through the books Ebook Mais Infância Ceará, Lei 17.380, Os 7 Ceará's, Ação Governmental Performance 2021, newspaper articles and articles. This is a case study, with a quantitative documentary research, through the analysis of official documents of the program and qualitative because it involves an evaluation of the information collected in the field research with the institutional actors, analysis of the data obtained and results about the said policy.

Keywords: Public policy. State. Childhood. Inequalities. Public spaces.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Estrutura do Programa Mais Infância.....	13
Figura 2 -	CEI Manoel Pinheiro dos Santos.....	39
Figura 3 -	Sistema de Garantia de Direitos (SGI).....	60
Figura 4 -	Começo de aprendizagem.....	64
Figura 5 -	Praça Dom Aluísio Lorscheider, situada no bairro Itaperi, antigo Instituto Penal Professor Olavo Oliveira I (IPPOO I	74
Figura 6 -	Brinquedo praça na comunidade Babilônia.....	75
Figura 7 -	Brinquedo praça no bairro Itaperi.....	77
Figura 8 -	Brinquedo praça do parque Dom Aluísio Lorscheider, bairro Itaperi.....	78
Figura 9 -	Brinquedo praça Lago Jacareí bairro Cidade dos Funcionários.....	79
Figura 10 -	Brinquedo creche do abrigo tia Júlia.....	80
Figura 11 -	Praia acessível de Fortaleza.....	83
Figura 12 -	Espaço Mais Infância da praça Luiza Távora.....	85
Figura 13 -	Cerimônia de entrega no Centro de Eventos do Ceará.....	87
Figura 14 -	Arte na praça (SESC).....	89
Figura 15 -	Cidade Mais Criança.....	89

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	24
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA: PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ E SUA CONJUNTURA.....	26
3.1	Programa Mais Infância Ceará e o eixo tempo de nascer e sua conjuntura.....	28
3.2	Programa Mais Infância Ceará e o eixo tempo de crescer e sua conjuntura.....	33
3.3	Programa Mais Infância Ceará e o eixo tempo de aprender e sua conjuntura.....	38
3.4	Programa Mais Infância Ceará e o eixo tempo de brincar.....	39
3.5	Articulação intersetoriais.....	43
3.6	Capacitação dos agentes comunitários.....	43
3.7	Núcleos de tratamento e estimulação precoce.....	44
3.8	O começo da vida.....	44
3.9	Cartão Mais Infância Ceará.....	44
3.10	Programa Mais Nutrição.....	46
3.11	Mais cultura.....	47
4	CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA, DESIGUALDADES E CONTEXTOS SÓCIOS-HISTÓRICOS.....	49
4.1	Infância no Ceará.....	54

4.2	Primeira infância, suas prioridades e as bases jurídicas.....	58
5	EIXO TEMPO DE BRINCAR E SEUS PROJETOS.....	71
5.1	Praças Mais Infância.....	73
5.2	Brinquedos praças.....	74
5.2.1	Brinquedo praça na comunidade da Babilônia.....	75
5.2.2	A brinquedo praça do Parque Dom Aluísio Lorscheider no bairro Itaperi.....	76
5.2.3	Brinquedo praça lago Jacareí.....	78
5.3	Brinquedo creche.....	80
5.4	Praia acessível.....	81
5.5	Espaço Mais Infância.....	84
5.6	Educação ambiental.....	86
5.7	Toda banda de música é uma escola.....	86
5.8	Arte na praça.....	88
5.9	Cidade Mais Infância.....	89
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	99
	ANEXOS.....	107

1 INTRODUÇÃO

Os cuidados na primeira infância são considerados primordial no desenvolvimento da criança, resultando positivamente na formação pessoal, no comportamento social e no desenvolvimento de habilidades, dessa forma, garantir o desenvolvimento integral com nutrição, cuidados com a saúde, educação e ambiente familiar afetiva é essencial.

Conforme o Núcleo Ciência Pela Infância¹, que publicou um estudo chamado *O Impacto do desenvolvimento na Primeira Infância sobre a aprendizagem* (2011), concluiu que a ausência de algumas ou várias dessas condições, constituem fatores de risco para o desenvolvimento infantil, podendo dificultar em maior ou menor grau que cada criança atinja seu potencial. Portanto, a formação adequada de uma criança é fundamental para o resto da sua vida social.

Dito isso, a probabilidade de uma criança ser um adulto mais preparado e confiante, socialmente saudável e de boa convivência, é quando ela tem uma família protetora e ativa em sua educação, “e um ambiente familiar repleto de esperança, crenças, valores e metas, que influenciarão a formação deste sujeito em desenvolvimento” (DE BEM; WAGNER, 2006). Na ausência disso, especialmente em casos de violência e negligência, o Estado deve amparar essas crianças que se encontram em estado de abandono e vulnerabilidade.

Ressalta-se que criança é um sujeito de direito, e toda criança tem o direito a ter uma primeira infância saudável, usando seu tempo fora da escola para brincadeiras, lazer e uma boa convivência familiar. A escola, enquanto espaço formal e significativo para a desenvoltura do aprendiz, deve garantir sozinha, ou com parceria, o acesso à educação de qualidade, ao esporte, à cultura e ao lazer, que são direitos que estão assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, online), no Art. 53, quando discorre: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, e assegurado no Art. 59 que:

¹ O Núcleo Ciência Pela Infância é uma parceria, formada em 2011, por cinco organizações. 1) Fundação Maria Cecília Souto Vidigal: fundação familiar brasileira que, desde 2006, tem como foco a promoção do Desenvolvimento na Primeira Infância, por meio da geração e disseminação de conhecimento. 2) O Center on the Developing Child, da Universidade de Harvard, que se dedica a traduzir o conhecimento científico sobre a Primeira Infância para uma linguagem mais acessível, com o objetivo de influenciar políticas públicas. 3) Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, uma das mais conceituadas escolas de Medicina do país. 4) Insper, uma das mais conceituadas escolas de negócios do Brasil.

“Os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”. Desse modo, reforça-se que a melhor forma de uma criança aproveitar a sua infância com dignidade e com qualidade é tendo uma alimentação saudável, lazer, saúde, educação, carinho e cuidado.

Nesse sentido, o propósito de transpassar as ações do Programa Mais Infância Ceará, nesta pesquisa de mestrado, é que consideramos a necessidade de reforçar a importância da proteção para o desenvolvimento saudável da criança e assim, foi analisado um programa de políticas públicas realizado pelo governo do Estado do Ceará, que, segundo documento institucional, visa atender a primeira infância com objetivo de cuidar, proteger e assegurar a igualdade.

De acordo com o estudo *O impacto do desenvolvimento na Primeira Infância sobre a aprendizagem*², assevera que: “[...] evidências nos campos das ciências biológicas e sociais, que demonstram que oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento infantil é mais eficaz e menos dispendioso do que tentar reverter [...]” (2011, p. 7). Ademais, esta pesquisa analisou o Programa Mais Infância Ceará, e seus projetos, no Estado do Ceará, mais especificamente na cidade de Fortaleza, apresentando sua conjuntura e ações governamentais do programa.

Dito isso, foi definido como objeto central de estudo o referido programa para averiguar a relevância e a eficácia deste para a promoção do desenvolvimento integral da criança na cidade de Fortaleza, aprofundando a importância dessa temática e a necessidade de fazer políticas públicas para o universo infantil, dentre outros significantes, aos quais serão explanadas mais adiante neste estudo.

O programa Mais Infância Ceará, no sentido teórico, apresenta-se como ações que visam atender todas as fases de uma criança, desde a gestação até as fases escolares. Indubitavelmente, compreende-se que uma das formas de promover o fim da desigualdade social é cuidando e dando atenção, desde cedo, aos mais vulneráveis.

Adentrando no aspecto documental do Programa Mais Infância Ceará, o estudo pretendeu compreender como foi discutida e dada a sua implementação, assim como se deu a sua funcionalidade, avaliando as suas ações, através de um

² Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/IMPACTO_DESENVOLVIMENTO_PRIMEIRA%20INFANCIA_SOBRE_APRENDIZAGEM.pdf

de seus eixos: Tempo de Brincar. E para isso, foram feitas leituras de documentos, visitas aos projetos onde buscou-se dialogar com os executores, coordenadores e usuários para verificar as ações na prática.

Para tanto, além dos documentos oficiais utilizados como instrumentos de análise, para aprofundar a compreensão sobre os aspectos que permeiam a criação de uma política pública no âmbito da infância e seu campo de conhecimento, também nos respaldamos nas assertivas de autores/pesquisadores, tais como Celina Souza (2002) que resumi a política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação que, quando necessário, propõe mudanças no rumo ou curso dessas ações, e o Colin Heywood (2004) que discute as mudanças nas experiências da infância, da Idade Média à época contemporânea, como também os trabalhos desenvolvidos por Mariano Narodowski (1993), que apresenta uma análise entre infância, poder e pedagogia. Ademais, apresentamos a autora Mirian Jorge Warde (2006), que discorre a história da infância no Brasil e seus desafios.

Com efeito, sabe-se que o Programa Mais Infância Ceará, segundo descrito na Lei nº 17.380, em seu Art. 2º, constitui-se como política pública de Estado destinada à promoção do desenvolvimento infantil, sendo esta voltada para a infância e que visa contribuir para a ampliação da qualidade de vida e bem-estar das crianças pobres e mais vulneráveis, buscando a proteção, igualdade de oportunidades e acesso aos bens culturais e naturais da cidade.

A coordenadora Dagmar Soares³, em entrevista realizada para esta pesquisa, defende que: “[...] o Programa Mais Infância Ceará é a estruturação de toda linha de cuidado materno-infantil que se inicia na gestação”. E, assim, primando pela qualidade da informação e projetando a intencionalidade de influenciar nas melhorias dessa política pública, serão analisadas a eficácia e a efetividade, avaliando a prestabilidade do programa com ênfase ao alcance dos projetos ao estimado público.

Ao propósito, Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelo governo municipal, estadual e federal, com a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados, voltadas para solucionar as problemáticas da sociedade. Dito isso, é de suma importância à integração e a

³ Coordenadora Geral do Programa Mais Infância Ceará.

aproximação de todos aos serviços necessários para o exercício da cidadania e construção da dignidade humana. Sendo assim, pode-se entender que o bem-estar da sociedade deve ser gerado pelo governo.

Todos os serviços públicos que contemplam a sociedade, são dados através de ações bem planejadas e desenvolvidas na execução em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, o que são direitos e garantias fundamentais assegurados na Constituição Federal, citados no artigo 6º, que diz:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (EMC - 90, 2015).

Por certo, a promoção de ações voltadas ao combate das desigualdades sociais, onde se acredita que preparar e cuidar das crianças para torná-las cidadãos responsáveis, com dignidade e consciência, é o que pode mudar realidades. E promover o atendimento das demandas e das necessidades das famílias e crianças mais vulneráveis, para garantir equidade social, deve partir do poder público.

Quanto à origem do programa Mais Infância Ceará, constatou-se que ele surgiu devido a um conjunto de debates, estudos e atividades de campo, tendo a contribuição e a validação de instituições reconhecidas no trabalho voltado à infância, tal como a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal⁴, especialista em estudos sobre desenvolvimento infantil no Brasil, assim como pesquisadores(as) da Universidade de Harvard que visitaram o Estado do Ceará, estabelecendo parcerias para intercâmbio de experiências e de propostas destinadas ao combate à desnutrição e a investimentos institucionais.

O Programa foi projetado em agosto de 2015, sendo estruturado e expandido pela primeira-dama do Estado do Ceará, Onélia Leite de Santana, no governo de Camilo Santana (2015-2022). Conforme está conceituado no E-book Mais Infância Ceará (2019, p. 34): “O Mais Infância Ceará é responsável por reunir o maior número de projetos e programas voltados aos pequenos cearenses, organizando intersetorialmente as ações”.

⁴ Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/EBook-MaisInfanciaCeara-2019.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

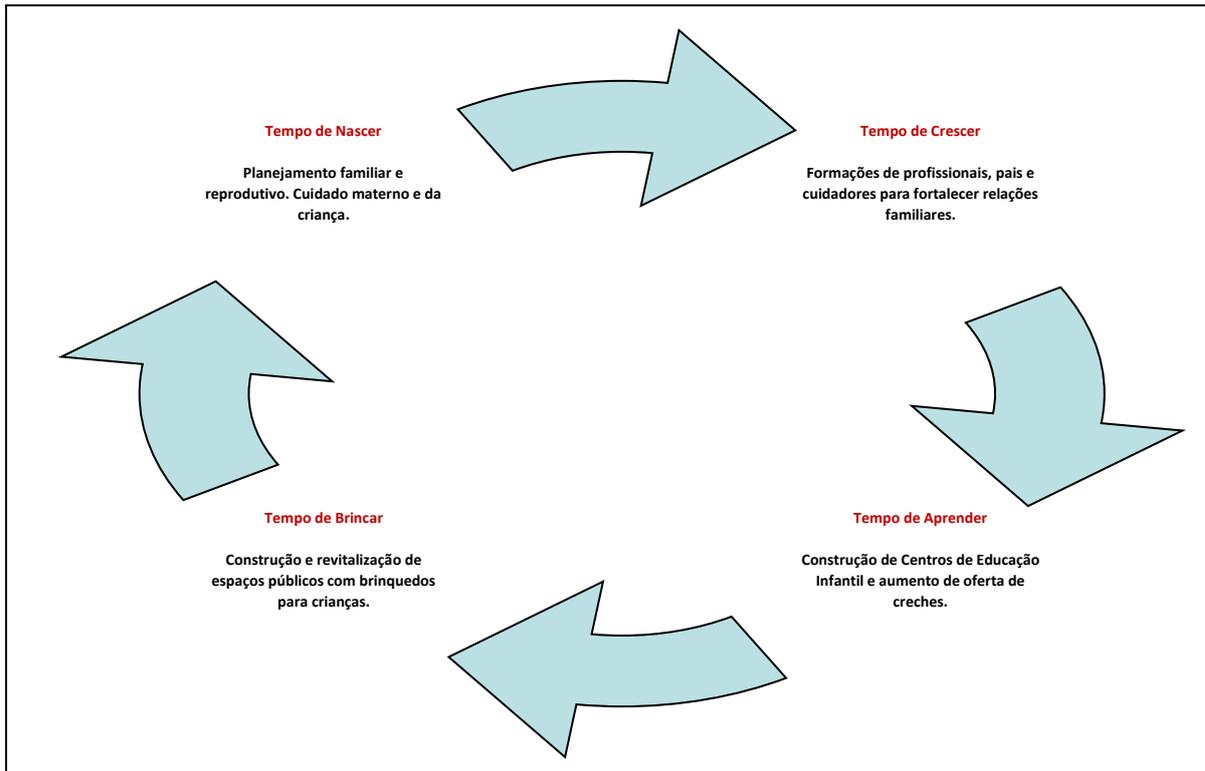
Nas assertivas de Onélia Santana, o programa surgiu num processo de construção coletiva com especialistas de universidades, do terceiro setor e profissionais de diferentes secretarias, tais como: Casa Civil - Chagas Vieira; SECULT Secretaria da Cultura - Fabiano dos Santos Piúba; SEDET Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho - Francisco de Queiroz Maia Júnior; SEDUC Secretaria da Educação Eliana Nunes - Eliana Nunes Estrela; SEJUV - Secretaria do Esporte e Juventude - Rogério Nogueira Pinheiro; SEPLAG Secretaria do Planejamento e Gestão - Carlos Mauro Benevides Filho; SESA Secretaria da Saúde - Marcos Antônio Gadelha Maia; SPS Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - Amélia Maria Moreira Leite de Santana.⁵

Nesse viés, postula-se que as Políticas Públicas têm a função de suprir as necessidades coletivas e trabalhar de acordo com os interesses da sociedade, ampliando o bem-estar social quando estas são eficientes. Ao promover ações de prevenção e cuidados, que trarão qualidade de vida e benefício comum, elas asseguram direitos à cidadania, estando assegurados constitucionalmente no Art. 204 da Constituição Federal, promulgado em 5/10/1988, em que assegura ações governamentais na área da assistência social e são realizadas com recursos do orçamento da seguridade social.

Nesse sentido, a implantação do Programa Mais Infância Ceará se propõe articular ações para combater a desigualdade e promover a justiça social e o desenvolvimento integral da criança, estando estruturada em quatro eixos: Tempo de Nascer, Tempo de Crescer, Tempo de Aprender e Tempo de Brincar.

⁵ Disponível em: <https://spssocial.sps.ce.gov.br/programa-mais-infancia>. Acesso em: 15 out. 2022.

Figura 1 – Estrutura do Programa Mais Infância



Fonte: Elaborada pela autora.

A justificativa para realizar uma pesquisa sobre esta temática se deu no âmbito da minha experiência como educadora no Ensino Infantil, na Prefeitura Municipal de Fortaleza ao identificar muitos déficits existentes, como, os cuidados com as crianças, família, alimentação, lazer, esporte, e quanto à necessidade de uma política pública com um olhar mais voltado para a infância.

Com efeito, optar por essa questão, busco adquirir conhecimentos para divulgar e tornar minha prática como educadora mais enriquecedora por onde atuar, e assim, poder contribuir na possível melhoria no âmbito educacional infantil, entre outros, bem como, também, conhecer, compreender mais sobre políticas públicas e avaliar as ações do estado diante das problemáticas sociais.

Por exemplo, o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou em um milhão por ano, de 2015 a 2018. Hoje são 13,5 milhões (6,5%) de pessoas na extrema-pobreza, segundo IBGE. O desemprego, o não crescimento econômico, a alimentação com preços altíssimos são características marcantes no Brasil atualmente, com efeito, a extrema pobreza aumentou de 5,8% da população em 2012 para 6,5% em 2018. Esse cenário, em 2022, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cita que a quantidade de pessoas com renda domiciliar per capita de até R\$ 497⁶ mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, o que representa 29,6% da população total do país e isso quer dizer que em dois anos (2019 a 2021), 9,6 milhões de pessoas tiveram sua renda comprometida e ingressaram no grupo de brasileiros que vivem em situação de pobreza.

No Ceará, mais da metade da população de 71 municípios, pelo menos 50% da população, é extremamente pobre. Mais de mais de 3,4 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza foram inseridas, em 2022, no CadÚnico⁷, do Governo Federal. Vitor Hugo Miro, economista e coordenador do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) da Universidade Federal do Ceará ressalta que “recessão impulsionada pela pandemia foi amenizada por benefícios como o Auxílio Emergencial, mas com a descontinuidade dele, “a renda das famílias declinou e os indicadores de pobreza sinalizaram isso” e destacou que em 2022 foi observado uma melhora nas ofertas de mercado de trabalho, mas não da renda. A taxa de desemprego diminuiu, mas com trabalho menos remunerado e com menor índice de formalização.

Em virtude, a Síntese de Indicadores Sociais mostra a necessidade das políticas públicas para a implementação de programas sociais porque sem os programas sociais, por exemplo, 32,1% da população do país estariam em situação de pobreza em 2020⁸. De 2019 para 2020, as proporções da população na extrema pobreza e na pobreza, no Brasil, segundo as linhas do Banco Mundial, recuaram, respectivamente, de 6,8% para 5,7% e de 25,9% para 24,1% da população. Mas, sem os benefícios dos programas sociais, a proporção de pessoas em extrema pobreza teria sido de 12,9% e a taxa de pessoas na pobreza subiria para 32,1%.

Nesse cenário, os mais afetados são os estados das regiões Norte e Nordeste que apresentaram indicadores de pobreza acima da média nacional, e o cenário é: situação de pobreza no Brasil, dados de 2018, eram de 52,7 milhões de pessoas, ou seja, é um quarto da população brasileira, em que a pobreza é 39

⁶ Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais>. Acesso em: 18 set. 2022.

⁷ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/mais-da-metade-da-populacao-de-71-cidades-do-ceara-vive-em-extrema-pobreza-veja-mapa-1.3256482>. Acesso em: 20 set. 2022.

⁸ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>. Acesso em: 18 set. 2022.

milhões e a extrema pobreza é de 13 milhões⁹. Sendo que na Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE (2020)¹⁰.

Fortaleza, capital do Ceará, teve o pior cenário de pobreza em 10 anos, tendo em 2021 teve pior indicador da história, são mais de 1,5 milhão vivendo com até R\$ 465 ao mês¹¹. Esses dados são do Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, feito a partir de números da PNAD Contínua anual do IBGE. Dito isso, entende-se que a renda da população cearense teve queda significativa, aumentando a desigualdade entre mais ricos e mais pobres.

Dito isso, a pobreza também tende a afetar, negativamente, jovens em idade escolar. Seguindo os dados do IBGE¹², 11,8% dos jovens mais pobres abandonaram a escola sem concluir o Ensino Médio em 2018". A Agência Brasil, com a pesquisa Pobreza na Infância e Adolescência, de 2018 da Unicef¹³, trouxe o alerta que 61% das crianças e adolescentes brasileiros são afetados pela pobreza. O estudo constatou que a cada 10 crianças brasileiras, 6 vivem na pobreza, não somente pobreza relacionada a renda, tem também o conjunto de privações de direitos em que elas são submetidas. São crianças e adolescentes de até 17 anos, que são privados de um ou mais direitos fundamentais, tais como: educação, moradia, saneamento básico, água e proteção contra trabalho infantil.

Em relação ao Ceará, são mais de 350 mil jovens que não estudam e nem trabalham¹⁴, uma situação desfavorável que cresceu 13,6% frente a 2019, atingindo 353,8 mil jovens em 2020, ou seja, 39,1% de pessoas entre 19 e 24 anos no Estado, conforme as informações do Pnad Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O coordenador do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP), da Universidade Federal do Ceará (UFC), Vitor Hugo Miro, evidencia

⁹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 18 set. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2020/11/25/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil--segundo-ibge.html>. Acesso em: 18 set. 2022.

¹¹ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/grande-fortaleza-tem-pior-cenario-de-pobreza-em-10-anos-15-milhao-vive-com-ate-r-465-ao-mes-1.3265274>. Acesso em: 22 set. 2022.

¹² Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25885-11-8-dos-jovens-com-menores-rendimentos-abandonaram-a-escola-sem-concluir-a-educacao-basica-em-2018>. Acesso em: 22 set. 2022.

¹³ Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf.

¹⁴ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/mais-de-350-mil-jovens-no-ceara-nao-estudam-nem-trabalham-crescimento-e-recorde-1.3088273>. Acesso em: 22 set. 2022.

que essa situação se dá pelas condições socioeconômicas das famílias e do meio em que esses jovens vivem.

Durante a pandemia de Covid-19, num momento de crise econômica e desvalorização do salário-mínimo, o primeiro caso confirmado de pessoa com a doença no Brasil ocorreu no 26 de fevereiro de 2020. Nesse âmbito, até novembro de 2022, o Brasil já registrou mais de 35,1 milhões de casos de Covid-19 e mais de 689 mil vítimas. No Ceará, casos confirmados foram 1,39 milhões e total de mortes já foram 28.019, e assim, nessa conjuntura em relação a mortes por covid, ocorreu um debate, no dia 05/10/2021, sobre a situação das crianças e adolescentes que ficaram órfãos em decorrência da pandemia no Ceará, no intento de discutir as políticas de assistência social e financeira, em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Assembleia Legislativa.

Segundo o deputado Renato Roseno, durante uma audiência sobre assistência a crianças e adolescentes órfãos da Covid-19, em outubro de 2021, cita que um dos maiores desafios deixados pela pandemia foi a orfandade, pois estima-se que, somente no Brasil, mais de 190 mil jovens e crianças perderam os pais para a doença. No Nordeste, chegou a aproximadamente 20 mil e, no Ceará, cerca de 6 mil órfãos da Covid-19¹⁵, esses dados são de 2021, em 2022 os números de mortes já havia aumentado. Dessa forma, o Consórcio Nordeste sugeriu a implantação de um auxílio para essas crianças e adolescentes órfãos, intitulado de Nordeste Acolhe, no valor de R\$ 500, no entanto, apenas o Estado do Maranhão está pagando o auxílio, e a Paraíba já teve o projeto aprovado. E assim, a vereadora Louise Santana sugeriu instituir essa política para auxiliar esses órfãos do Ceará.

Diante disso, a professora Ângela Pinheiro, do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (Nucepec) da Universidade Federal do Ceará (UFC), ressaltou a importância de ações e políticas públicas para dar visibilidade e amparo aos órfãos da Covid-19. Conforme a professora, crianças e adolescentes já perderam pai, mãe ou responsáveis há mais de um ano e meio, o que reafirma a urgência para a criação de estratégias para dar o suporte aos desamparados. Ressalta-se também que a pobreza é um fator elevado e preocupante. Outra situação preocupante é o aumento da fome.

¹⁵ Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/97572-0510gs-audie-ncia-orfa-os-da-covid-r>. Acesso em: 18 set. 2022.

Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente decreta que as crianças e os adolescentes brasileiros têm, legalmente, como direitos fundamentais assegurados, a liberdade, o respeito, a dignidade, saúde, educação, cultura, a convivência familiar e comunitária, o lazer e a proteção. O ECA é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro, que tem por objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, e no art. 4º cita que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990, online).

Como retrocitado, com a promulgação do ECA, as crianças e adolescentes brasileiros tiveram, de forma íntegra, os seus direitos fundamentais assegurados, que são: liberdade, respeito, dignidade, saúde, educação, cultura, convivência familiar e comunitária, lazer e proteção, direitos que ainda não são resguardados.

Afim de buscar uma política pública de proteção à infância, para esta pesquisa, depara-se com o Programa Mais Infância Ceará, que traz em seus documentos de apresentação os pilares de ações que oferecem esses direitos fundamentais, a exemplo disso, a construção de uma “[...] rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de serviços e formações especializadas que contemplem pais, profissionais e demais agentes envolvidos nos programas de atenção à criança” (MAIS INFÂNCIA CEARÁ, 2022, p. 23).

Ademais, o Marco Legal da Primeira infância, que é uma lei que traz na sua redação o que a ciência diz sobre as crianças desde o nascimento aos 6 anos, determinando a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância. A lei nº 13.257 de 08 de março de 2016 dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e no seu no Art. 5º traz as áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância, que são: a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio

ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.

Na lei Mais Infância Ceará, o Art. 3.º descreve que seus planos, projetos, serviços e benefícios são todos voltados ao atendimento dos direitos da criança demonstrando que a sua formulação está em consonância com essa lei federal de proteção à infância. De modo geral, é necessário priorizar a criança e adolescente, como citado no Art. 3º do Marco Legal da Primeira Infância que deve ser prioridade absoluta assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, estando de acordo com o art. 227 da Constituição Federal e com art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que fomenta a responsabilidade do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral.

O reconhecimento dos direitos da primeira infância, criança de zero a seis anos, também está evidente nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e no Plano Nacional de Educação, e essa pauta vêm ocupando os debates educacionais e a ação de movimentos sociais. Como já mencionado, o reconhecimento deste direito está validado na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Neste sentido, a inclusão de crianças de 0 a 6 anos no FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, foi um avanço em defesa dos direitos deste grupo etário porque essa inclusão é uma importante conquista para as populações infantis e para as famílias. Assim, como meta, O Plano Nacional de Educação (PNE)¹⁶ definiu a ampliação da oferta para atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e a 60% da população de 4 a 6 anos (ou 4 e 5) e, até o final da década, que seria em 2010, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.

Por certo, deve-se reforçar a importância das Políticas Públicas, posto elas visarem o reparo das desigualdades sociais, superar a extrema pobreza, a fome e melhorar a saúde e educação das crianças, além de firmar o bem-estar social. Os

¹⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

programas sociais tendem a trazer impactos positivos, e, ao serem bem aplicados, contribuem para o progresso econômico e desenvolvimento humano de um país, além de objetivos de seguridade à alimentação e outros direitos essenciais.

Para se entender políticas públicas, apesar de não existir uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública, segundo Celina Souza (2006), de modo resumido, as políticas públicas são conjuntos de práticas e de normas que emanam de um ou vários atores públicos (formas de intervenção, regulamentação, provisão, prestação de serviços) Política pública é o resultado da atividade de uma autoridade investida de poder público e legitimidade governamental.

Sobretudo, para Celina Souza, 2006, o entendimento dos modelos e das teorias pode permitir ao analista melhor compreender o problema para o qual a política pública foi desenhada” e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados pela política pública. Dito isso, as políticas públicas são questões políticas e governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade, sendo importantes porque norteiam o desenvolvimento humano e da sociedade, o que é essencial para a formação da cidadania e promoção da igualdade.

Na educação, por exemplo, segundo a página Rede Juntos Plataforma Digital¹⁷, no texto *Os Reflexos da Desigualdade Social na Primeira Infância*, cita que o relatório Monitoramento Global da Educação, da Unesco – feito em 2017 – aponta índices de 2010 a 2015 de 52 países de renda média ou baixa, no qual, um número significativo baixo de crianças de 3 a 4 anos de idade da parte mais pobre da população frequentavam algum programa de aprendizado. Em contraponto a este indicador, um número elevado de crianças pertencentes a parte mais rica da população estava inserido em ambiente escolar.

Conforme, no Ceará, entre 2019 e 2021, mais de 29 mil crianças de 4 e 5 anos estavam fora da pré-escola¹⁸, esses dados, divulgados em 2022, são da pesquisa “Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância”, feita pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal em parceria com o Itaú Social e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Esmeralda Macana, especialista em Monitoramento e Avaliação do Itaú Social e integrante do estudo, ressaltou que

¹⁷ Disponível em: <https://wiki.redejuntos.org.br/busca/desigualdade-social-na-primeira-infancia-sobre-fatores-como-maternidade-precoce-e-dados-do>. Acesso em: 23 set. 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/09/21/mais-de-29-mil-criancas-de-4-e-5-anos-estao-fora-da-pre-escola-no-ceara.html>. Acesso em: 23 set. 2022.

um dos principais motivos para a queda de matrículas na pré-escola foi a perda de renda pelas famílias¹⁹. Esses números demonstram a necessidade de ações, por parte dos poderes públicos, para assegurarem a essas crianças o acesso a educação infantil.

Com a falta de uma educação de base, as crianças elas tendem a sofrer uma maior taxa de fracasso escolar, problemas de aprendizagem ou inclusão social. Acredita-se que a educação também tem um papel fundamental no combate à desigualdade social, e também é uma ferramenta de transformação que deveria estar diretamente alinhada a programas do governo com o propósito de combater a desigualdade social.

Nesse viés, os princípios dos direitos humanos vistos na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como: liberdade, igualdade e fraternidade devem mover qualquer política que busque uma igualdade social e buscando superar os desafios na democratização do ensino a partir dos primeiros anos, pois, sem um efetivo Estado democrático, não há como combater ou mesmo reduzir significativamente as desigualdades sociais no Brasil.

Segundo dados da ONU, em 2005 o Brasil era a 8^o nação mais desigual do mundo. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda ou desigualdade social, divulgou em 2009 que a do Brasil caiu de 0,58 para 0,52 (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade). No entanto, o Brasil ainda permanece um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo, segundo o novo estudo lançado em dezembro de 2021 pelo World Inequality Lab²⁰ (Laboratório das Desigualdades Mundiais), que integra a Escola de Economia de Paris e é codirigido pelo economista francês Thomas Piketty.

No Ceará, Proporção de pobres cai em 2020 e chega a 40,6%,²¹ e isso se deu devido o pagamento de benefícios sociais durante a pandemia de Covid-19, levando à redução da extrema pobreza, uma queda de 12,9% para 9,3%. De acordo com dados divulgados em dezembro de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sendo assim, a necessidade de se pensar em políticas públicas

¹⁹ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/matriculas-caem-na-pandemia-e-ceara-tem-mais-de-29-mil-criancas-de-4-e-5-anos-fora-da-pre-escola-1.3280588>. Acesso em: 23 set. 2022.

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2022.

²¹ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/proporcao-de-pobres-no-ceara-cai-em-2020-e-chega-a-406-diz-ibge-1.3166830>. Acesso em: 28 set. 2022.

efetivas para a redistribuição de renda no combate à desigualdade é um desafio para qualquer governo, mas são ações essenciais que precisam ser executadas.

Certamente, a importância das Políticas Sociais e de seus instrumentos de ações, como mecanismos de garantia e ampliação de direitos e oportunidades aos cidadãos brasileiros, especialmente os de baixa renda – com ações capazes de promover melhorias na vida das pessoas e toda a sociedade – é o caminho para se tornar um país desenvolvido e igual para todos. Nesse sentido é que desenvolvimento é libertação, “[...] de um lado da sociedade dependente como um todo em face do imperialismo; de outro; das classes sociais oprimidas em relação às classes opressoras” (FREIRE, 1979, p. 120).

Todavia, no Art. 3º da Constituição Federal, onde constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em inciso III, tem como objetivo erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, ou seja, a criança já nasce como um sujeito de direitos, sendo estes civis, humanos e sociais. Portanto, combater a desigualdade social, garantindo dignidade e oportunidade igual a todos é garantir um bom desenvolvimento da nação.

Freire (2006) trata de uma justiça ao mesmo tempo redistributiva e reconhecadora dos seres humanos como sujeitos históricos e culturais. “A luta por um mundo mais justo era a base das obras e vida de Paulo Freire” (NOEL, 2010, p. 235). Segundo Freire, é “[...] a permanente mudança do mundo e a superação das injustiças” (FREIRE, 2006, p. 84).

Estados e municípios têm papéis importantes nesse combate à desigualdade social, devendo criar políticas voltadas para o cuidado na primeira infância, com acompanhamento escolar, nutricional e saúde desde cedo. Nesse sentido, as Políticas públicas são instrumentos de ação dos governos. Há obrigação de efetivação dos direitos fundamentais em melhoria das condições econômicas, políticas e/ou sociais da comunidade.

Como meios de corrigir a desigualdade, garantindo serviços essenciais aos de baixa renda, os programas sociais ajudam a combater as necessidades, minimizando as desigualdades. Nesse viés, cabe ao governo a garantia e/ou fazer a complementação de renda às famílias em estado de pobreza, assegurando alimentação, saúde e educação com olhar especial para a infância e a juventude.

Reforçando sobre a importância das políticas públicas, acredita-se que na primeira infância os impactos destas se tornam mais positivos porque reduzem a

desnutrição materna, o combate ao trabalho infantil e a garantia do acesso à educação, alimentação escolar e demais estratégias que articulam com a manutenção das crianças e adolescentes dentro da escola, para que eles aprendam e concluam o ensino básico.

No entanto, é preciso intensificar e ampliar os campos de atuação que abrangem especificidades e aprimorar novas habilidades que fomentem novos conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento integral. Dito isso, defende-se que o Estado se responsabilize e mantenha uma agenda de debates e cuidados nas questões sociais por meio de políticas públicas.

Ademais, ressalta-se que estudar e avaliar uma política pública, verdadeiramente, só cumpre uma função social se os resultados obtidos forem analisados e utilizados pelos executores para corrigir possíveis inconsistências para melhorar e alcançar os resultados.

Assim sendo, pressupõe-se que, devido à natureza da sua importância, esse programa deve promover as ações que favoreçam a redução das desigualdades sociais e inclusão de pessoas. E, em virtude de obter resultados satisfatórios, deve-se avaliar e planejar com trabalhos em conjunto, multidisciplinares e permanentes.

2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, por proporcionar contato direto com o programa, via mapeamento de documentos oficiais do programa, lei, resultados, fotografias e acesso com o corpo técnico por meio de entrevistas e visitas, sendo conduzida sob a forma de estudo de caso como estratégias metodológicas que poderão auxiliar na compreensão do programa e sua funcionalidade.

Em relação à prática, Howard Becker (1999) diz que o “estudo de caso” se refere a uma análise detalhada de um caso individual e de modo adaptado da tradição médica, o estudo de caso se tornou uma das principais modalidades de análise das Ciências Sociais. Desse modo, os questionamentos que nortearão a pesquisa impulsionam a uma pesquisa de campo para observações, coletas de dados e conclusões. Conforme Becker (1999, p. 119), sobre o estudo de caso, é que “[...] a meta abrangente do estudo de caso, contudo, mesma que não seja alcançada, têm consequências importantes e uteis. Prepara o investigador para lidar com descobertas inesperadas”.

Sobretudo, no que diz respeito à abordagem, ela se destaca como pesquisa qualitativa, pois envolve uma avaliação das informações coletadas na pesquisa de campo com os atores institucionais, que são: Dagmar Soares, Gloria Bulamarque, Elvis Alves, Caio Talmag, Diogo Bastos e Camila Ferreira, que são ligados ao programa na função de coordenadores desta política pública, e um comparativo dos resultados registrados desde a implantação até o momento presente.

Como já dito, o programa Mais Infância Ceará tem como pilar quatro eixos que serão descritos no decorrer desta pesquisa, mas somente um eixo será investigado e avaliado com mais profundidade e detalhes, o eixo Tempo de Brincar. Esse eixo foi escolhido devido a ele ter como foco o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças. Ele é coordenado por Gloria Francisca Burlamaque Carvalho, e a secretaria que acompanha esse eixo é a Secretaria da Proteção Social Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS, situado no endereço: rua Soriano Albuquerque, 230, Joaquim Távora.

E assim, quanto ao planejamento, este estudo adotará os seguintes procedimentos técnicos: a) revisão bibliográfica da literatura disponível sobre o

tema; b) investigação documental para buscar materiais que tenham os dados relacionados ao eixo estudado para ser analisado; e c) pesquisa de campo para realizar uma investigação com os atores institucionais ligados ao eixo Tempo de Brincar, com utilização de entrevistas.

Para o desenvolvimento da coleta de dados de uma pesquisa que tem como metodologia um estudo de caso, optamos por realizar entrevistas semi-diretivas com a equipe técnica do programa Tempo de Brincar, objetivando produzir reflexões por parte dos operadores da política pública sobre os desafios e impasses de sua implementação.

Ressalta-se a dificuldade de ser atendida por mais pessoas envolvidas, tais como Onélia Santana, que foi uma das idealizadoras; a professora Rosemary, que atualmente coordena o PforR, que foi programa que contribuiu com dados e para implementação o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Secretaria de Planejamento do Estado e mais envolvidos com o planejamento e execução do programa.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA: PROGRAMA MAIS INFÂNCIA CEARÁ E SUA CONJUNTURA

O programa Mais Infância Ceará surgiu devido a um conjunto de debates, estudos e atividades de campo. Com os dados levantados pela Fundação Abrinq, para o relatório Cenário da Infância e Adolescência no Brasil em 2015, mostrando que quase 1,2 milhão de crianças e adolescentes viviam em situação de pobreza no Ceará, e que 61% das pessoas entre zero e catorze anos habitavam domicílios em situação de pobreza, em condições de desnutrição, nutrição inadequada, doenças evitáveis e criminalidade. Esses dados impulsionaram o desenvolvimento das políticas públicas e a idealização do Programa Mais Infância Ceará.

A contribuição por meio de um planejamento estratégico, de amplas ações, estando presentes representantes dos governos federal, estaduais, municipais, universidades, associações comunitárias, fundações, UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, totalizando 69 participantes. Instituições reconhecidas no trabalho voltado à infância, como a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, interessada em conhecer o Programa, abriu novas possibilidades de trabalho, assim como pesquisadores da Universidade de Harvard que vieram visitar o Ceará, estabelecendo parceria para intercâmbio de experiências e de propostas destinadas ao combate à desnutrição e a investimentos institucionais.

E assim, o Programa Mais Infância Ceará resultou na reunião de diversos projetos e programas voltados à primeira infância com políticas públicas centradas nas necessidades das crianças. Onélia Santana (2019, online) ressaltou que “[...] os estudos sobre desenvolvimento infantil [...], o amparo em números das pesquisas locais, além dos textos de referência, nacionais e internacionais, dão suporte às nossas opções mais imediatas”. Portanto, as estratégias de redução da desigualdade de oportunidades para a acumulação de capital humano de crianças, adolescentes e jovens, eram:

I. Promoção do desenvolvimento infantil de crianças de famílias em situação de extrema pobreza por meio da expansão e melhoria de qualidade dos programas para o desenvolvimento da primeira infância; II. Melhoria da qualidade da educação para a aprendizagem na idade certa; III. Redução da evasão escolar, promoção da qualificação profissional e inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social (MAIS INFÂNCIA CEARÁ, 2019, p. 23).

Inerente às políticas públicas para a infância no Estado do Ceará, há articulações intersetoriais, com secretarias permanentes que formam o comitê consultivo intersetorial das políticas de desenvolvimento infantil no Ceará, com atuação multidisciplinar nas ações do Mais Infância Ceará, agregando aos outros programas e instituições, somando um total de 11 secretarias, que são: Secretaria da Saúde; Instituto de Pesquisa do Ceará; Secretaria das Cidades; Secretaria do Turismo; Secretaria do Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Desenvolvimento Agrário; Secretaria do Esporte e Juventude; Secretaria da Cultura; Secretária da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos; Secretaria da Educação.²²

Nesse viés, o Art. 7.º da Lei Estadual nº 17.380, de 05 de janeiro de 2021, cita que cabe ao Estado, por meio da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS, coordenar as ações governamentais voltadas à população atendida pelo Programa Mais Infância Ceará, em articulação com outros órgãos e entidades públicos, de quaisquer esferas de governo.

Nesse universo, faz parte do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará – CPDI, os seguintes membros: Presidente - Onélia Naria Moreira Leite Santana; Vice Presidente - Maria Dagmar de Andrade Soares; IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará; Programa Criança Feliz; Secretaria das Cidades; SECULT Secretaria da Cultura; SDA Secretaria do Desenvolvimento Agrário; SEDUC Secretaria da Educação; SEJUV Secretaria do Esporte e Juventude; SEMA Secretaria do Meio Ambiente; SEPLAG Secretaria do Planejamento e Gestão; SESA Secretaria da Saúde; SPS Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. Dessa maneira, esse conjunto de secretarias trabalha com ações setoriais e intersetoriais, o que é considerado estratégias inovadoras na formulação e aplicabilidades das ações.

Em março de 2022, o programa completou três em natureza de política pública, no Estado do Ceará, devido ao projeto de lei do executivo aprovado no final

²² Disponível em: Livro-Mais-Infancia-DIGITAL.pdf; e <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Livro-Mais-Infancia-DIGITAL.pdf>; e <https://spssocial.sps.ce.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 18 out. 2022.

do mês de fevereiro de 2019, pela Assembleia Legislativa, autorizando o Governo do Ceará a instituir a ação como lei estadual que garante a continuidade do programa nas sucessivas gestões, sendo consolidada e atualizada em 05 de Janeiro de 2021, trazendo na normativa os princípios, objetivos, os eixos e as competências voltadas à formulação e implementação do Programa, estando firmado no Art. 1º da lei nº 17.380. Dito isso, as principais ações do programa, encontradas no art. 11 da lei 17.380, são:

Art. 11. As ações principais desenvolvidas no âmbito do Programa Mais Infância Ceará são as seguintes: I – Cartão Mais Infância – CMIC; II – Programa Mais Nutrição; III – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN; IV – implantação de Complexos Sociais Mais Infância; V – oferta de espaços públicos adequados ao desenvolvimento infantil; VI – implantação de Núcleos de Estimulação Precoce – NEP; VII – implantação de Centros de Educação Infantil – CEI (CEARÁ, 2021, online).

No entanto, outras ações, além das previstas, poderão ser acrescentadas ao Programa a critério do Poder Público e diante da necessidade de novas demandas do seu público-alvo. O programa traz como missão gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança, posto que busca contemplar a complexidade do desenvolvimento infantil estruturado em quatro pilares, a saber: Tempo de Nascer, Tempo de Crescer, Tempo de Brincar e Tempo de Aprender, além de projetos que atuam dentro de cada eixo.

E, assim, novos projetos poderão ser incorporados, haja vista de acordo com o Art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 17.380/2021, o Programa deve atuar de forma contínua e permanente, renovando-se diante de novas demandas por programas, projetos e ações necessárias sem prejuízo à continuidade das ações já existentes.

3.1 Programa Mais Infância Ceará e o eixo Tempo de Nascer e sua conjuntura

O Programa Tempo de Nascer se insere no contexto materno infantil, e foi estruturado para o cuidado da mãe e bebê, a partir da atenção e o cuidado à gestação de alto risco e acompanhamentos que visam à redução da morbimortalidade materna e perinatal. De acordo com a Dagmar Soares, coordenadora geral do Programa Mais Infância Ceará, ele é a estruturação de toda linha de cuidado materno-infantil que se inicia na gestação (CEARÁ, 2021).

Nesse contexto, defendemos a importância de políticas públicas que prevejam atenção adequada à infância, do nascimento até o desenvolvimento da criança. Para tanto, de acordo com as assertivas de Aguiar (2019), acerca da infância:

A infância é tão curta que, para torná-la maior, a contamos em dias no seu começo, valorizando os primeiros mil dias, quando tudo acontece. Depois, contamos em meses, à medida que as crianças sobrevivem aos desafios da vida em sociedades cada vez mais complexas. Em seguida, contamos em anos, quando a autonomia exige delas todo o aprendizado dos primeiros dias e meses para atuarem de maneira independente, interagindo e integrando-se na comunidade de outros adultos e tantas crianças. Até tornarem-se prioridade absoluta nas políticas públicas, as crianças precisaram vencer uma série de erros e enganos dos adultos. Isto significou perdas históricas de desenvolvimento social e econômico, corrigidas apenas recentemente, após a Segunda Guerra Mundial, quando os direitos humanos se tornaram mais específicos, geracionais, de gênero e de condição pessoal (AGUIAR, 2019, p. 3).

Como mencionado, esse pilar não surgiu no lançamento do programa, pois sua ascensão se deu em meados de 2018 devido a um estudo, pois, de acordo com Dagmar Soares, os planejamentos do programa são baseados em evidências, e ao iniciar alguma ação do Mais Infância, é feito um levantamento de diagnóstico. Nesse viés, foi feito um levantamento a respeito da mortalidade infantil e mortalidade materna, chegando ao resultado de que apesar da redução da mortalidade infantil no Estado do Ceará – mortalidade numa média de 12% – foi identificada que o maior índice de mortalidade infantil ocorre no período neonatal, chegando ao óbito entre o sétimo e vigésimo dia após o nascimento do bebê (CEARÁ, 2021).

O estudo concluiu que 70% das mortes acontecem neste período, e os motivos principais se dão devido às condições de pré-natal, parto e gestante. Tal incidência ocorre devido à gravidez ainda na adolescência, ou mulheres com comorbidades, tais como pressão alta e diabetes sem um acompanhamento adequado, gerando complicações na hora do parto. E a partir desses estudos a respeito da mortalidade infantil, gravidez e a epidemia do Zika Vírus foi implementado o Tempo de Nascer (CEARÁ, 2021).

O pilar do Tempo de Nascer está dentro da secretaria de Saúde e é formado pelas ações da saúde, que traz toda uma linha de formação com o programa Nascer no Ceará, esta busca garantir o acolhimento de todas as gestantes cearenses durante a gravidez, o parto, puerpério e o fortalecimento da vigilância de óbito materno infantil. A partir disso foi criado um guia de cuidado à gestante, desde

atenção básica até a chegada ao hospital, com formação de profissionais, que ao todo já foram formados 1.300 funcionários dos municípios do Ceará (CEARÁ, 2021).

O Programa Nascer no Ceará integra o Programa Mais Infância, e ele tem o objetivo de reestruturar a linha de cuidado materno-infantil a partir da atenção à gestante de alto risco para garantir a assistência qualificada a gestantes e aos recém-nascidos nos 184 municípios cearenses para a redução da morbimortalidade materna e neonatal, por meio da regionalização e descentralização das ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). O Tempo de Nascer veio incorporar ao programa, por último, para atender no cuidado materno. O público de interesse do Programa é subdividido em quatro grupos, tais quais:

1. crianças, pais e familiares;
2. profissionais de saúde, educação, assistência social e ONGs;
3. gestores públicos (prioritariamente municipais); e
4. formadores de opinião e mídia.

A Secretaria da Saúde do Ceará realiza atividades de elaboração e implantação de protocolos para atenção à saúde da gestante, qualificação dos profissionais médicos e enfermeiros, com oferta de exames específicos, vinculação das gestantes às policlínicas e maternidades de referência para alto risco e métodos contraceptivos de longa duração às mulheres que tiveram gravidez de alto risco. Há também acompanhamento e monitoramento das ações através de sistema de informação e aplicativos desenvolvidos para esse fim. A Sociedade Cearense de Ginecologia e Obstetrícia (Socego) é parceira do programa na qualificação dos profissionais de saúde da atenção primária, especializada e terciária.

Outro passo tomado no Tempo de Nascer foi estruturar a rede, junto com os gestores municipais para a disponibilidade de exames e melhorias das maternidades. E assim, como desdobrando desta ação, o então governador Camilo Santana lançou o programa Cuidar Melhor²³, em que incentiva os municípios cearenses a alcançarem os objetivos nas melhorias da saúde pública com implementação de políticas, estratégias e práticas inovadoras, setoriais e intersetoriais, melhorando os resultados de indicadores de qualidade, ampliando o acesso do atendimento com qualidade, continuidade e infraestrutura.

²³ Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/2021/05/24/cuidar-melhor-sesa-reforca-proposta-do-programa-para-municipios-das-regioes-de-saude-do-sertao-central-e-de-fortaleza/>. Acesso em: 05 set. 2022.

Ademais, os municípios que apresentassem os melhores resultados na área da saúde de acordo com os indicadores pactuados no Programa Cuidar Melhor da Saúde, receberiam mais recursos do Governo, em que 15% do ICMS seriam destinados aos municípios que apresentassem os melhores resultados na área, com base nos critérios de desempenho na saúde, sendo um dos indicadores: diminuir a mortalidade infantil no município, criando estratégias para melhorar o pré-natal e o atendimento a gestante.

A redução da mortalidade materna foi integrada às metas dos objetivos do Pacto Ceará Saudável²⁴, que está fundamentado em três pilares essenciais, que são a prevenção, a gestão e o cuidado, contando com a participação de alguns setores com uma estrutura que engloba 11 grandes hospitais, 30 UPAs, 19 policlínicas regionais, 25 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), e 10 unidades especializados.

Num estudo do perfil epidemiológico da mortalidade materna, Ana Claudia Sierra Martins e Lélia Souza Silva (2017) relatam que as causas obstétricas diretas estão relacionadas às complicações na gravidez, no parto ou puerpério, em razão de tratamento inadequado, nas más práticas e omissões. Nesse âmbito, países desenvolvidos têm taxa de mortalidade materna de 12 óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos, e os países em desenvolvimento possuem 239 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos.

Ademais, no Brasil, durante o ano de 2014, foram registrados 1.552 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos²⁵. E assim, supracitadas autoras destacam que os dados são mais relevantes quando se apuram que a maioria dos óbitos poderia ser evitado segundo a avaliação do CMPMMJF, que demonstra falhas relacionadas diretamente à assistência da mulher no período gravídico puerperal, e a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas à saúde da mulher.

Outra preocupação em relação aos cuidados das gestantes foi a confirmação da epidemia do Zika Vírus no Ceará, entre 2015 e 2016, que impulsionou mais ações ao Estado do Ceará. O Estado e a equipe de saúde se engajaram em trabalhar a favor das crianças, desde a gestação, com o objetivo de

²⁴ Em 2017, os indicadores do Ceará mostravam a razão quantitativa de 69 para 100 mil nascidos vivos. No ano seguinte, esse valor havia caído para 54. Uma diferença a ser medida não apenas em números, mas em futuros.

²⁵ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/j7FSm5XkPvfcRHZQtMjJ8SK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

sanar a epidemia. E assim, as ações foram em parceria com a Universidade Federal do Ceará para a implantação do Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce – NUTEP, que é um projeto de extensão da UFC, em resposta às consequências da epidemia do Zika Vírus no Ceará. Foi um posicionamento de combate aos efeitos causados pelo vírus, especialmente quanto aos casos de bebês nascidos com microcefalia²⁶ associada a outros transtornos neuropsicomotores.

Hoje em dia, que não surgiram mais casos de microcefalia, o NUTEP vem fazendo atendimentos às crianças com outros casos, tais como psicomotor, síndromes, crianças prematuras, dentre outras necessidades. O Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce – NUTEP não é um programa, e sim um equipamento que faz parte do Mais Infância Ceará com parceria firmada entre o gabinete da primeira-dama, a Secretaria Estadual da Saúde e a UFC.

O NUTEP foi implementado em todo Estado do Ceará, onde foi descentralizado o atendimento à saúde e disponibilizado em dezenove Policlínicas estaduais para dar prioridade às famílias de bebês e crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV), ou diagnosticadas com algum atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Nesse viés, “[...] descentralizar não significa excluir a responsabilidade do Estado, mas sim congregar ações e ampliar parcerias” (ENFRENTAMENTO À SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS, 2017, p. 64).

Nesse sentido, devido à epidemia do Zika Vírus²⁷ foram realizados estudos e acompanhamentos para conhecer experiências já implantadas no Estado para adotar novas estratégias de abordagem organizacional, mantendo como foco os recém-nascidos e suas famílias, e com isso se iniciou uma parceria entre o Programa Mais Infância Ceará, o Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce (NUTEP), a Secretaria da Saúde do Estado, a Escola de Saúde Pública do Ceará e outros agentes.

²⁶ A microcefalia, entre outros fatores, é responsável pela má-formação do crânio fazendo com que ele não se desenvolva plenamente, resultando em crescimento subnormal do cérebro. Um defeito na formação que ocorre porque o cérebro da criança que não se desenvolve adequadamente durante a gestação, ou para de crescer após o parto, o que resulta na menor circunferência cefálica (ENFRENTAMENTO À SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS, 2017).

²⁷ O Zika é um vírus transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo vetor da dengue e da febre Chikungunya. É originário da floresta Zika, na África, onde foi identificado inicialmente em 1947 nos macacos sentinelas para monitoramento da febre amarela. Quase 70 anos depois, em 2015, o Ministério da Saúde brasileiro identificou o vírus no País, confirmando em seguida a relação existente entre o vírus e o surto de casos de microcefalia na região Nordeste.

3.2 Programa Mais Infância Ceará e o eixo Tempo de Crescer e sua conjuntura

O Tempo de Crescer compreende a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de serviços, assistência, acompanhamento, formações e visitas domiciliares, contemplando profissionais, pais e cuidadores. A coordenadora geral, Dagmar Soares, cita que tem três coisas muito importantes que compõem esse pilar: as formações, as visitas domiciliares e os serviços de visitas. São realizadas visitas domiciliares e encontros comunitários para o acompanhamento e orientação dos pais e/ou das(os) cuidadoras(es) das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. As visitas domiciliares são realizadas por profissionais denominadas(os) Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADIs).

Para a visita domiciliar existem dois programas: O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin), da Secretaria da Educação, e o Programa Primeira Infância no SUAS / Criança Feliz, do Governo Federal em parceria com o Estado com as competências da SEDUC, que tem a ação de implantar, coordenar, acompanhar e avaliar os municípios que irão promover o processo de adesão das famílias, coordenar, acompanhar e avaliar no âmbito local.

O Padin atende crianças em locais de difícil acesso à creche, então, o predomínio desse programa é na zona rural. O programa Criança Feliz atende as crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo todas de famílias em situação de vulnerabilidade, tendo como expansão de benefício o Cartão Mais Infância, citado no Art. 16º da lei nº 17.380:

Art. 16. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN destina-se à promoção do apoio às famílias nos cuidados e na educação de suas crianças de 0 (zero) a 47 (quarenta e sete) meses de idade, as quais estejam fora da creche, objetivando-se, por meio de suas ações, em especial de visita domiciliar, promover o desenvolvimento infantil, através do brincar e da estimulação das habilidades e capacidades cognitivas, socioemocionais e físicas, favorecendo a integração e otimização das políticas de atenção a primeira infância no Estado (CEARÁ, 2021, online).

Segundo a coordenadora geral do programa, Dagmar Soares, o Tempo de Crescer busca estabelecer o vínculo materno-infantil, porque o que se acredita é que o primeiro local em que a criança se desenvolve é na família, com um ambiente acolhedor, com uma família que proteja e cuide do sono, da alimentação e que seja amorosa com a criança. As visitas têm a função de ficarem próximas às famílias.

Esse pilar traz a compreensão de que o desenvolvimento infantil requer, desde a concepção do bebê, uma atenção e cuidado especializado e abrangente. Reconhece que o bem-estar físico e intelectual da criança, o desenvolvimento socioemocional e o cognitivo estão inter-relacionados com a construção de uma rede de fortalecimento entre os vínculos familiares e as obrigações do Estado. Na pandemia, houve denúncias de que crianças estavam vivenciando situações de violência doméstica, e, por isso, houve muitas ações emergenciais no intuito de evitar essas violências. Ademais, sabemos ser a família um laço (con)sanguíneo significativo quando se trata de educar e cuidar do ente familiar. Nesse viés, Vygotski (1994 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 2) nos diz que,

A família tem sido compreendida como o principal espaço de socialização do ser humano. Ela é o espaço onde a criança se desenvolve, cresce, e passa por um longo processo de apropriação da cultura de um determinado povo, de uma dada sociedade. Nesse sentido, a relação familiar garante à criança pequena a apropriação de hábitos, culturas e também faz com que a criança consiga sobreviver por meio da atenção de suas necessidades básicas, mais emergentes (VYGOTSKI, 1994 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 2).

O Tempo de Crescer visa à promoção do desenvolvimento infantil, por meio de uma abordagem integral que contempla o aprendizado, o crescimento e o desenvolvimento humano, com fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de serviços e formações especializadas aos pais, profissionais e demais envolvidos nestes processos de atenção à criança, e para isso, ele também tem como foco a formação dos pais, profissionais e demais comprometidos no atendimento à criança.

Os agentes fazem os atendimentos de forma especializada e individual, por meio de visitas domiciliares, acompanhamentos e orientações necessárias. Os profissionais qualificados devem contribuir para reforçar a importância da parentalidade responsável, dando suporte no cuidado adequado ao desenvolvimento infantil.

Para especificar mais esse pilar, o Tempo de Crescer, do Programa Mais Infância Ceará, iniciou tendo como suporte os três programas que são responsáveis pela formação profissional e pelas visitas domiciliares voltadas às crianças e suas famílias. As articulações do programa, no processo de formação e visitas a outros projetos, programas e instituições, são: Padin e Programa Criança Feliz/SUAS.

O PADIN foi projetado para prestar atendimento a 36 municípios cearenses e duas Regionais de Fortaleza, identificadas como as que detêm maior percentual de famílias em condições de vulnerabilidade social, e sem acesso aos Centros de Educação Infantil – CEI. Ele tem três eixos estruturantes que são a família, a comunidade e o Estado, que segundo a proposta, especificadas no art. 17º da lei 17.130/2021, promove:

I – fortalecimento das competências familiares para o desenvolvimento integral da criança; II – promoção de intersetorialidade entre as várias instâncias do governo estadual e municipal, assim como entidades da sociedade civil; III – promoção de rede de apoio comunitário por meio da socialização e da ampliação de experiências favorecedoras do aprendizado e da prevenção às violações dos direitos da criança pequena; IV – realização de vivências comunitárias por meio da participação infantil permitindo que a criança construa-se como sujeito social, reconhecendo seus direitos, limites e deveres (CEARÁ, 2021, online).

A execução é feita por meio de visitas domiciliares, que buscam uma aproximação com o núcleo familiar e segundo a SEDUC (2006). As suas ações têm como princípio o vínculo com a família, os cuidadores e as crianças para o desenvolvimento infantil. Hoje, o Padin atua nos 184 municípios e já atendeu 97 mil crianças. E assim, dentre as prioridades do PADIN, estão:

1. fortalecer a competência do núcleo familiar como primeira e mais importante instituição de cuidados e de educação da criança nos primeiros anos de vida;
2. apoiar as ações educativas voltadas ao desenvolvimento integral da primeira infância e, por consequência, a redução das desigualdades de aprendizagem; e
3. garantir o desenvolvimento de políticas públicas de Educação Infantil mais eficiente e eficaz.

A outra articulação com a família, que também tem como ponto forte as visitas domiciliares é o Programa Criança Feliz/SUAS – que foi instituído pelo Governo Federal em 2016, e tem como propósito promover o desenvolvimento integral da criança, considerando o aspecto familiar e as condições em que ela vive – buscou fortalecer os vínculos afetivos e familiares. Ele também oferece apoio a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais. O período perinatal é da 28ª semana de gestação até o 7º dia de vida do bebê, e

esses cuidados se dão priorizando as gestantes e as crianças no acesso às políticas e serviços públicos.

Em suma, são prioridades do programa: Fortalecer a competência do núcleo familiar como primeira e mais importante instituição de cuidados e de educação da criança nos primeiros anos de vida; apoiar as ações educativas voltadas ao desenvolvimento integral da primeira infância e, por consequência, à redução das desigualdades de aprendizagem; garantir o desenvolvimento de políticas públicas de Educação Infantil mais eficientes e eficazes (IPECE).

No final de 2018, o Ceará recebeu do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), durante o Encontro Nacional da Criança Feliz, que ocorre em Brasília, a premiação nacional pela melhor execução e desempenho do Programa Primeira Infância, tal premiação se deu devido ao maior número de municípios e maior número de visitas realizadas, atendendo ao maior número de crianças possíveis. Com efeito, no total, já foram realizadas 5,8 milhões de visitas. Mais de 147 mil crianças assistidas e 36 mil gestantes atendidas visitas domiciliares pelo Padin, PforR, e o Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz. Esses programas de visitas domiciliares estão nos 184 municípios cearenses (CEARÁ, 2022).

De acordo com o mais recente livro do livro Mais Infância Ceará, 2022, em cinco anos de execução, o PADIN atendeu 48 municípios, com 270.413 visitas domiciliares, 11.382 famílias e 18.883 crianças. Participam do programa 49 supervisores e 412 agentes. E mais: 12.971 encontros coletivos foram realizados e 2.596 profissionais foram capacitados (CEARÁ, 2022, p. 38). Assim sendo, segundo os dados registados nos documentos oficiais, a meta de atendimento está sendo cumprida e ampliada.

No Tempo de Crescer foram feitos materiais para disponibilizar aos municípios com diversos temas, como cuidando do cuidador, a importância da leitura e a visita domiciliar como ferramentas para cuidar das crianças e das suas famílias. No programa Mais Infância Ceará foram realizadas muitas formações, porque acreditam no lema: “Só vamos ter a sociedade que queremos quando todas as pessoas compreenderem sobre o desenvolvimento infantil”, e a capacitação é a porta de entrada. Foram capacitados gestores, professores, profissionais da saúde, diretores dos Centros de Educação Infantil dos 184 municípios, e, no total, já tinham sido capacitados 42 mil profissionais.

As formações buscaram o desenvolvimento infantil, e as temáticas trabalhadas são: o desenvolvendo com afeto, que traz a importância do vínculo, do brincar e da linguagem; o desenvolvendo com saúde, que é a importância do parto e puerpério e a primeira infância; e o desenvolvimento com segurança, que é a prevenção da violência a proteção de acidentes domésticos. O programa tem alguns parceiros que a coordenadora geral considera muito importante, porque ajuda com subsídio e nas questões das formações.

Todas essas temáticas são as estruturadas diante de cada área com temas específicos. O filme *Pensar Vida* foi outra ação distribuída em todos os municípios, escolas e CRAS, com mais de 29 mil exibições. Segundo Dagmar Soares, os relatos foram que os pais ficaram mais participativos e amorosos com os filhos, pois proporcionou um maior conhecimento do universo infantil.

O PforR (Program for Results) é um sistema desenvolvido para fortalecer os vínculos familiares, assegurar maior participação e acessos dos mais pobres aos benefícios e serviços sociais prestados pelo governo, e do acompanhamento e monitoramento das famílias atendidas, e como é denominado pelo Banco Mundial, ele é caracterizado pelo desembolso de fundos diretamente para o alcance de resultados de programas específicos.

Ademais, o Programa PforR (Program for Results) planeja ações que buscam estruturar novas formas de estar na família e na comunidade que possam reduzir a incidência de situações de risco no território. As ações são, além da de proteção ao desenvolvimento das crianças e fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, como retrocitado, cria espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção da criança e no processo de desenvolvimento infantil para que alcancem as crianças, as famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social, promove as ações de combate ao trabalho infantil, à negligência, o abuso e aos maus-tratos, como também a violência doméstica, física ou psicológica, privação emocional e nutricional.

A implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos proposto por este programa é feito por meio da formação de técnicos e orientadores sociais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que trabalham e acompanham as famílias.

3.3 Programa Mais Infância Ceará e o eixo Tempo de Aprender e sua conjuntura

O eixo Tempo de Aprender busca atender às metas da universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, e a ampliação da oferta de creches para aquelas de zero a 3 anos. O Programa visa apoiar, construir e qualificar os Centros de Educação Infantil (CEI) nos municípios. No Art. 6º, inciso IV da Lei 17.380, especifica que o Tempo de Aprender compreende o acesso à Educação Infantil como direito e garantia para o desenvolvimento integral da criança por meio da construção de espaços e qualificação de profissionais.

Tem como meta entregar 167 Centros de Educação Infantil (CEIs), dos quais 39 foram inaugurados até dezembro de 2018. Os municípios já favorecidos, foram: Fortaleza, Irauçuba, Horizonte, Aquiraz, Iguatu, Quixeramobim, Sobral, Tauá, Varjota, Tianguá, Guaraciaba do Norte, Viçosa, Itaitinga, Farias Brito e São Gonçalo. A proposta é que as unidades sejam compostas por recepção, quatro salas de aula, laboratório de informática, berçário, fraldário e playground, além de cozinha, copa, refeitório e dormitório.

Em fevereiro de 2020 foi entregue uma unidade em Fortaleza, no bairro Jangurussu, CEI Manoel Pinheiro dos Santos, que beneficiou cerca de 200 crianças, de 1 a 5 anos de idade. Dagmar Soares ressalta que o Governo do Estado do Ceará é articulado às formações dos professores, porque o estado tem, além da secretaria de educação, a COPEM - Coordenadoria de Cooperação com os Municípios para Desenvolvimento da Aprendizagem na Idade Certa – que vem executando toda a capacitação da Educação Infantil. O Estado também constrói CEIs, e ele tem dois projetos de CEI com espaços de lazer, laboratório de informática, berçário.

Figura 2 – CEI Manoel Pinheiro dos Santos



Fonte: Ascom Casa Civil e Gabinete da Primeira-Dama (2020).

3.4 Programa Mais Infância Ceará e o eixo Tempo de Brincar e sua conjuntura

Segundo o E-book Mais Infância Ceará (2022), o programa tem como foco os benefícios das brincadeiras e da ludicidade para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, integrado ao convívio familiar, além da socialização e de sua integração à cultura da comunidade. De acordo com o que está descrito no Art. 6º, no inciso III, da Lei 17.380, o Tempo de Brincar compreende o brincar como ferramenta para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, além do convívio familiar.

Segundo dados oficiais, o interesse de todos os eixos é fortalecer e enriquecer os laços familiares, e como todos os outros pilares, este pilar também visa à socialização e o convívio familiar. O Tempo de Brincar tem como orientação o Plano Nacional para a Primeira Infância (PNP), que descreve que o brincar é o melhor caminho para uma educação integral.

Nesse pilar, o Programa Mais Infância Ceará se concentra na implantação e na revitalização de espaços públicos adequados ao desenvolvimento infantil, para a socialização e a sua integração com a cultura de sua comunidade, com a construção e revitalização de espaços públicos, favorecendo ações de arte, cultura e lazer nas praças municipais.

O Tempo de Brincar se constitui na criação de novas praças e implementação de brinquedopraças e brinquedocreches. As Praças Mais Infância foram planejadas para implantar em 34 municípios com a colaboração das prefeituras na doação do terreno, ela é construída do zero e se encontra nos

municípios de grande porte. Os espaços devem ter uma área suficiente para receber quadra poliesportiva – basquete, vôlei, futsal e espirobol, brinquedos temáticos e interativos, área de convivência, playground, bicicletário e pistas de skate, incluindo academia esportiva ao ar livre, banheiros acessíveis, área para piquenique e espaços cobertos multiuso para a realização de atividades culturais, educacionais e de lazer.

Segundo Ação Governamental Desempenho, da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, as Praças Mais Infância já foram implantadas em 37 municípios cearenses²⁸, e no Ebook Mais Infância Ceará (2022), 22 estão em andamento, perfazendo um total de 47 praças. Destas, já foram construídas em Amontada, Acopiara, Aquiraz, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Cascavel, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Granja, Icapuí, Icó, Iguatu, Itapipoca, Itarema, Juazeiro do Norte, Mauriti, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Pentecoste, Quixadá, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Tauá, Tianguá e Trairi.

De acordo com essas ações do Governo do Estado do Ceará, é fomentado as potencialidades das crianças, haja vista o Brincar ser um fator de desenvolvimento cognitivo e emocional do aprendiz. Com efeito, de acordo com Winnicott (1975), o brincar é a própria saúde. Ele considera a brincadeira como uma comunicação universal própria da criança que a faz de maneira natural por onde estabelece relacionamentos grupais. Winnicott ainda observa o brincar como terapia, quando a criança cria em torno da brincadeira uma atmosfera de envolvimento tão acentuado que a faz se desligar do mundo, da realidade, direcionando toda a energia, atenção, concentração para a atividade.

O brincar possui tudo o que as crianças necessitam para o desenvolvimento, uma vez que nesta ação é capaz de encontrar soluções para o problema e conflito que surja durante esta etapa, enquanto o adulto se coloca à disposição sem podar ou impedir a autonomia do aluno em sua capacidade de decisão diante do grupo. Brincar se constitui um ato coletivo, que Vygotsky (1991) vai chamar de interação social ao contribuir na promoção do autocontrole, quando o sujeito aprende a controlar seus desejos próprios em benefício do coletivo para tornar possível a convivência. Nesse sentido, percebemos políticas públicas para a

²⁸ Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/03/Principais-Relizacoes-2021.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

infância que trabalham de fato os fatores responsáveis pela saúde e formação da criança.

As brinquedopraças, outra modalidade deste eixo, são aplicadas em praças já construídas, ou em espaço comunitário de convivência. É nesse território que o Programa Mais Infância irá atuar com um trabalho voltado a revitalizar o que se encontrava sem uso, requalificando aquele espaço para plena utilização (CEARÁ, 2019). Segundo a proposta do programa, o espaço de 230 m² é cercado, tem piso anti-impacto e disponibiliza uma casinha dupla, com ponte de playground, escorregadores com balanço triplo, gangorras e brinquedos em mola. Contudo, é de competência do município garantir o bom estado de conservação dos brinquedos, posto que um município poderá receber mais de uma Brinquedopraça.

Fortaleza recebeu cinco Brinquedopraças, e no total, em 2018, foram entregues 84 em todo o Estado (CEARÁ, 2019). Cada município possui, pelo menos, uma brinquedopraça, o que é passível de promover a revitalização do espaço. Em Fortaleza, segundo Dagmar Soares, coordenadora geral do Mais Infância, a meta é construir mais 25, com preferência para os bairros mais vulneráveis. Nesse sentido, já foram entregues 3 no Bom Jardim, 1 no Lagamar e 1 no Pirambu. As novas ações são que as últimas Brinquedopraças foram feitas com a SEMA - Secretaria do Meio Ambiente, em que foi desenvolvido um projeto de educação ambiental com plantio de mudas.

Faz parte, também, do Tempo de Brincar, as brinquedocreche. Segundo o programa, até o final de 2018 foram inauguradas 35 brinquedocreches. A proposta é destinar as ações para reavivar as creches municipais, instalando kits de brinquedos e outros recursos lúdicos adequados. No total, já foram entregues 35 e estão com 150 para entregar. Além dos brinquedos, são entregues livros e jogos. Para receber esse material, é necessária a solicitação do prefeito via ofício.

Outra ação é o Arte na Praça, que tem como proposta transformar as praças em ambiente propício ao desenvolvimento infantil, ampliando o acesso à arte, ao esporte, à cultura e ao lazer nos municípios com programação mensal de amostras de artes plásticas, apresentações artísticas e didáticas, exposições teatrais, aulas de pintura, música e dança, acontecendo sempre no primeiro sábado do mês. Já foram feitas 169 edições, contudo ficou estacionário no ápice da pandemia. Ademais, possui o ônibus Mais Infância, e ele faz parte dos eventos porque nele

funcionam oficinas de EVA, gessos, cortes de cabelos, maquiagens, tudo voltado para as crianças.

Somado ao supracitado, outra ação é o Espaço Mais Infância, que visa estimular o desenvolvimento infantil nos aspectos físico, cognitivo e emocional, com o objetivo de fortalecer a socialização, o convívio familiar e os valores culturais. Funcionando exclusivamente em Fortaleza, na Praça Luíza Távora, o espaço é uma casa que foi reformada e adaptada para ser mais uma opção de lazer, vivência e aprendizagem para as crianças entre 03 e 12 anos. O espaço é composto por brinquedoteca, biblioteca, sala de multimídia, cozinha gourmet, cineminha, e são realizadas atividades de arte, cultura, lazer, saúde, educação e palestras sobre o universo infantil, apresentadas aos pais, cuidadores e profissionais. “Desde 2016, já contabiliza 252 mil atendimentos de crianças e adultos” (CEARÁ, 2022, p. 78).

O Espaço Mais Infância funciona de domingo a domingo com programação de terça a domingo, recebendo escolas, abrigos com agendamento, e na sexta, no sábado e domingo é aberto ao público, porém, está fechado por conta da pandemia, mas faz parceria com o SESC que está promovendo atividades via online, com contação de histórias, dança, dentre outras.

A ação de cinema foi um dos últimos projetos a ser integrado ao programa Mais Infância Ceará. Ele se deu devido ao Plano Cultural Infância, desenvolvido pela Secretaria Estadual da Cultura. Segundo o programa, a ação pioneira era inédita no Brasil, e o seu foco é a ampliação das garantias da criança à cultura e à arte. Segundo Dagmar Soares, O Mais Infância é o único projeto que patrocina editais de cultura e infância. É aberto através da Secretaria de Cultura e são beneficiados tanto a capital como os interiores para que se promova dança e teatro. O edital é lançado e as entidades recebem o financiamento para essas ações, com foco nos locais mais periféricos. Tal política pública para a infância contempla um leque responsável por crescer uma cultura lúdica para o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança.

Por fim, tem o projeto Praia Acessível, que tem em sua proposta a criação de um espaço adequado para que crianças, adultos e idosos com deficiência ou com mobilidade reduzida usufruam da praia de modo seguro em um trecho de litoral onde as ondas são mansas. Segundo o programa, neste espaço integra piscina, frescobol, quadra de vôlei adaptados, esteiras e cadeiras anfíbias, banheiro acessível e vagas de estacionamento adequadas. O projeto tem quatro estações,

uma das estações se encontra na Praia de Iracema em Fortaleza, inaugurada em 2016, a segunda estação se encontra em Caucaia, inaugurada em 2018. A praia de Majorlândia, localizada no município de Aracati, recebeu a terceira estação do Praia Acessível, em outubro de 2021, e em dezembro o município de Aquiraz recebeu a quarta estação do programa.

São parceiros do projeto Praia Acessível, a Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Hotel Sonata, e em Caucaia é a Prefeitura de Caucaia e o parque aquático Cumbuco Acqua Beach.

3.5 Articulações intersetoriais

Como já dito, as articulações intersetoriais são através do PADIN e do Programa Criança Feliz/SUAS, que agregam outros programas e instituições ao programa Mais Infância Ceará. Dito isso, seguem abaixo os outros programas e projetos que complementam e unificam as ações com os pilares do Programa Mais Infância Ceará.

3.6 Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde

O curso tem carga horária de 100 horas/aulas, divididas entre online, presenciais e atividades práticas com a abordagem “Família Brasileira Fortalecida na Atenção à Primeira Infância”, e temáticas sobre o desenvolvimento infantil, atenção à saúde, cultura de paz e educação na infância. Além da formação dos profissionais, tem como proposta objetiva, no final da capacitação, entregar à gestão municipal um diagnóstico situacional da primeira infância e um projeto de intervenção local a ser construído durante o processo de qualificação.

O objetivo da capacitação dos agentes comunitários de saúde é “[...] promover a saúde integral mãe-bebê, favorecer o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário, evitar violação de direitos no ambiente familiar e no contexto social” (E-book Mais Infância Ceará, 2019, p. 46). O projeto foi criado para atuar com as famílias como uma ferramenta de cuidado e prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Os profissionais da saúde, educação e assistência atuam de forma preventiva com as famílias de crianças de 0 a 6 anos.

O projeto tem por objetivo capacitar os profissionais da saúde para atuarem de forma humanizada e com práticas transformadoras na perspectiva de

reduzir riscos e promover a saúde da gestante e o do bebê. Trata da elaboração e implantação de protocolos, qualificação dos profissionais médicos e enfermeiros, oferta dos exames preconizados no protocolo de pré-natal de alto risco, vinculação das gestantes estratificadas de alto risco às Policlínicas e Maternidades de Referência para Alto Risco na macrorregião, oferta de métodos contraceptivos de longa duração às mães/mulheres que tiveram gravidez de Alto Risco, aplicativo e sistema de informação para o acompanhamento e monitoramento das ações.

3.7 Núcleos de Tratamento e Estimulação Precoce

É um dos mais antigos programas de extensão da Universidade Federal do Ceará, que desenvolveu espaços para atendimento aos bebês e crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, além de crianças com atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor e está descrita no Art. 23 da lei 17.380. O NUTEP é instituição de referência no Ceará em assistência, ensino e produção de conhecimentos em transtornos do desenvolvimento na infância. Com uma equipe de mais de 100 profissionais qualificados em áreas específicas.

3.8 O Começo da Vida

Esse projeto foi a divulgação de sete mil DVDs do documentário *O Começo da Vida*, segundo a página oficial do Governo do Estado do Ceará, foram entregues a todas as escolas públicas (municipais, estaduais e federais) do Estado. O filme fala da importância dos primeiros anos de vida.

3.9 Cartão Mais Infância Ceará

É um programa de transferência de renda que complementa os pilares do Programa Mais Infância Ceará. Voltada para as famílias mais carentes como auxílio no complemento de suas rendas, e os requisitos são pessoas que vivem exclusivamente do Programa Bolsa Família e que tem criança na primeira infância, de 0 a 5 anos e 11 meses, com renda per-capita de 89 reais. No Art. 12, da Lei nº 17.380, especifica que o Cartão Mais Infância Ceará é uma ação voltada à promoção do desenvolvimento infantil, em famílias em situação de extrema pobreza, mediante política de transferência de renda com condicionalidades.

No início, o critério era de moradia inadequada, mas com a pandemia

passou para o critério renda. Para dar lisura ao processo na escolha das famílias, Dagmar (2021) defende que o critério é receber o Bolsa Família, “porque o bolsa família é o atestado de vulnerabilidade e baixa renda”, e ter criança de 0 a 5 anos e 11 meses. Em virtude, devido à pandemia, mesmo que a criança tenha saído da idade critério, nenhuma família foi cortada.

Somado a isso, a necessidade surgiu devido à identificação das pessoas em situação de desamparo, pois, em um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa do Ceará – IPECE, foi constatado que 51.000 famílias rurais e urbanas, nos 184 municípios do Estado, vivem nas seguintes condições: moradias com paredes em material inapropriado (taipa, palha, madeira aproveitada, no caso das famílias rurais), sem banheiro ou sanitário, e sem água canalizada em pelo menos um cômodo (moradias urbanas).

A transferência é uma quantia de R\$ 100,00 mensais a cada família, durante dois anos consecutivos, com possibilidade de renovação por mais um ano. O Cartão permitiria ainda acesso preferencial aos programas financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza nas áreas de habitação, segurança alimentar, saúde, educação e inclusão produtiva. Segundo o programa, os beneficiários do cartão são as famílias cearenses, em vulnerabilidade social, com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, incluídas no cadastro único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Em 2019, segundo os dados do programa Mais Infância, cerca de 51 mil famílias foram beneficiadas. O cartão atendia 48 mil famílias em dezembro de 2020 e passou para 70 mil. No mês de maio de 2021 pagou 106 mil famílias, e a meta era alcançar 150 mil em julho. No período da Pandemia do novo Coronavírus em 2020, segundo o jornal O Povo, do dia 15/06/2020, os beneficiários receberam o pagamento antecipado devido ao período de isolamento, que afetou muitas rendas. Mais de 45 mil famílias, com crianças de 0 a 5 anos em situação de vulnerabilidade, foram contempladas.

A coordenadora geral do Programa Mais Infância Ceará, Dagmar Soares, destacou que essas famílias são focos das políticas públicas do Estado do Ceará, e assim, as famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância são assistidas por serviços, programas e projetos do Sistema Único da Assistência Social, descrito no Art. 12, parágrafo 6º da Lei nº 17.380. Contudo, em todo o programa de políticas públicas do Estado houve ampliação nos números de famílias, e essas famílias estão

automaticamente inclusas, como prioridades, em demais projetos, como o vale gás e o programa de distribuição de leite.

3.10 Programa Mais Nutrição

O Art. 13, da Lei nº 17.380, traz o Programa Mais Nutrição, e esse programa constitui ação voltada ao enfrentamento da fome em todo o Estado do Ceará, ampliando o acesso e a disponibilidade de alimentos saudáveis para a população, evitando o desperdício e o descarte de alimentos com alto valor nutricional. É uma parceria entre o Programa Mais Infância Ceará, a Ceasa e os seus permissionários que criaram um banco de alimentos para o aproveitamento de produtos de qualidade para industrialização imediata. Assim, foi criada uma estrutura física da fábrica, ao lado da CEASA, em Maracanaú, equipada com máquinas e processadores nacionais e internacionais. A inauguração foi em 2019.

De acordo com a proposta desse programa, o alimento é higienizado, processado, embalado e liberado para o consumo. A produção é de polpa de frutas para sucos, frutas *in natura* e sopas desidratadas. O Mais Nutrição garante que os alimentos contêm alto poder nutritivo, um bom rendimento, que são distribuídas para as instituições sem fins lucrativos que atendem crianças, gestantes e idosos. Mais de 655 toneladas de alimentos já foram doadas para as entidades.

O Mais Nutrição teve início com a visita da primeira-dama, Onélia Leite de Santana, à CEASA. O espaço se trata de uma central de abastecimento, e no Ceará são 3, sendo 1 em Maracanaú, 1 em Barbalha e 1 em Tianguá, em que foi observado que havia desperdício de alimentos. Dagmar Soares (2019, online) exemplificou a situação de desperdício, ao discorrer que: “Há a venda de abacaxi que vai 100 abacaxis por dia, se vendeu 80, os 20 que sobraram iam para o lixo, e nisso, deu-se a ideia de criar o Programa Mais Nutrição”.

O trabalho se iniciou com os permissionários que pegavam tudo que sobrava e encaminhava para a fábrica do Mais Nutrição, uma parte virava polpa, outra parte virava sopa e a outra era entregue *in natura*. As entregas eram realizadas para instituições que atendiam crianças. Até então, foram contempladas 91 entidades, com público de quase 16 mil crianças e adolescentes, e estão abrindo outra fábrica em Barbalha, que irá beneficiar 40 instituições.

Em janeiro de 2021 foi lançado o III edital de Credenciamento para Organizações da Sociedade Civil dos municípios de Fortaleza, Maracanaú e

Caucaia, por meio da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), hoje já se somam mais de 100 instituições.

Quando o Mais Nutrição começou, os alimentos eram doados para as instituições que atendiam as crianças no contraturno da escola. Com a pandemia, as instituições não poderiam fazer as suas ações, então, foi feito o repasse dos alimentos às instituições, que repassavam as suas respectivas famílias. Devido à pandemia, não foram somente repassadas às instituições credenciadas, o repasse se estendeu aos trabalhadores de artesanatos, para os trabalhadores da arte circense e para entidades que atendiam moradores de rua.

Nesse contexto, na fábrica Mais Nutrição os alimentos eram selecionados, lavados e higienizados. No espaço, há máquinas que fazem a triagem, e a máquina que corta, realiza a secagem, se transforma num mix de legumes e polpas. O mix de legumes tem a quantidade de 10 kg, contendo 2 kg de mandiocas, 1,250 kg de cenouras, 1,350 kg de batatas, 0,500kg de abóboras, 0,400kg de beterrabas, rendendo, no total, 40 sopas.

Dessa maneira, compete à SPS – Secretaria de Proteção Social coordenar as ações governamentais do Programa, e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – DAS e suas ações vinculadas aos principais parceiros na execução do Programa Mais Nutrição, que são: a parceria permanente da Associação dos Permissionários da Ceasa (Assucece), o Grupo M. Dias Branco, além dos parceiros espontâneos da iniciativa privada, as Centrais de Abastecimento do Ceará (Ceasa-CE), a Agência de Defesa Agropecuária do Ceará (Adagri) e do Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nutec), e apoio do Instituto Agropolos do Ceará.

3.11 Mais cultura

A criação do Plano Estadual de Cultura Infância, sancionado pela lei no Governo em 2017, está dividido em quatro eixos de atuação: cidadania e diversidade cultural; patrimônio cultural e memória; educação e cultura e linguagens artísticas.

O plano está inserido nas ações do Programa Mais Infância Ceará e tem o objetivo de trazer a cultura como uma dimensão importante para o desenvolvimento da criança, e busca garantir que os municípios tenham espaços públicos, como praças, parques e outros, com infraestrutura voltada para o

acolhimento de atividades de Cultura Infância.

O Programa se propõe a ser um canal de formação, difusão e fruição da música instrumental, numa ação articulada com as escolas públicas dos municípios selecionados. O lançamento do Edital Cultura Infância apoiou projetos que se enquadravam em três categorias: criação, produção e circulação; pesquisa e formação; patrimônio cultural e memória.

4 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA, DESIGUALDADES E CONTEXTOS SOCIOHISTÓRICOS

Compreende-se o conceito de infância quando reconhecemos que a criança é um sujeito histórico e de direitos, pois até o final do século XVIII não existiam crianças caracterizadas por sua expressão particular, posto elas serem retratadas como homens e mulheres em tamanho reduzido. A criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto (HEYWOOD, 2004), e assim, cabia aos adultos desenvolver nelas o caráter e a razão, contudo, “[...] a fascinação pelos anos da infância é um fenômeno relativamente recente” (HEYWOOD, 2004, p. 13).

Os Estudos Sociais e de História da Infância no Brasil tiveram um promissor impulso inicial nos fins dos anos de 1980. No entanto, passados mais de quinze anos, esses estudos aparentam perda, comparado ao início, apresentando reduzido crescimento.

Logo, quando as crianças passaram a serem vistas como um ser social, assumindo um papel central nas relações familiares e na sociedade, tornando-se um ser de respeito, com características e necessidades próprias, o conceito de infância também surgiu com alterações significativas ao longo da história, com abordagem de temas e de problemas vinculados à história social, passando ela a ser vista em sua perspectiva histórica como um ser pleno, reconhecendo suas diferenças e construção da sua identidade pessoal, um “[...] sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas, que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva” (Resolução CNE/CEB, 2009, online).

Assim sendo, a criança hoje é vista como um sujeito de direitos, situado historicamente, e que precisa ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais supridas, respeitadas de forma singular porque a criança é um ser particular, com características bem diferentes das dos adultos, portadora de direitos, que deve atuar de forma ativa na construção do conhecimento sobre si e sobre o mundo, e assim como na construção cultural do seu meio social.

Na infância, existe a relação entre formação da personalidade e a estrutura familiar, e é por isso que, nesta fase, o desenvolvimento cognitivo, psicológico e físico devem ser priorizados ao proteger e cuidar de uma criança, e principalmente os desamparados, como exemplo, os órfãos da Covid-19 em que

constam, de acordo com as professoras Ângela Pinheiro e Inês Mamede – do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (Nucepec), da Universidade Federal do Ceará (UFC)²⁹ – o número de crianças e adolescentes em unidades de acolhimento aumentou cinco vezes, e elas acreditam que isso se deve a tais perdas familiares.

A criança nessa situação pode desenvolver grande carência afetiva, dificuldade para estabelecer vínculos, baixa autoestima e atrasos no desenvolvimento psicomotor. Dito isso, a perspectiva intersetorial do Programa Mais Infância possibilita o comprometimento de diversas ações do setor social para que haja amparo às crianças em suas diversas situações de vulnerabilidade, pois além dos órfãos da Covid-19, também têm as que vivem em situação de rua, em abrigos, em lares violentos, dentre outras situações, e para isso, é necessário adotarem estratégias para mapear esses casos e levantar dados para firmar um compromisso em desenvolver uma agenda de proteção e cuidados.

Narodowski (1993), em seu trabalho *Infância e poder: a conformação da pedagogia moderna* – em que ele realizou um estudo inédito, centrando suas análises na relação entre infância, poder e pedagogia – especificou que a infância é um fenômeno histórico e não meramente natural, e as suas características no Ocidente moderno podem ser esquematicamente delineadas a partir da heteronomia, da dependência e da obediência ao adulto em troca de proteção.

Embora a concepção de infância dos dias atuais seja bem diferente da de alguns séculos atrás, é importante salientar que a visão que se tem da criança é algo historicamente construído, por isso é que se podem perceber os grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos. Nesse viés, Paula (2005) destaca que:

Considerar a infância como uma categoria social ou estrutural, não significa afirmar que as crianças estejam descoladas da sociedade, que tenham total autonomia no processo de socialização ou que suas produções ocorram sem interlocução com o mundo social dos adultos. Mas é necessário compreender que elas atribuem outras significações e sentidos sobre as coisas à sua volta e, sobretudo ao que fazem. As crianças transcendem as regras instituídas pelos adultos e instituem outras de acordo com as relações que estabelecem com seus pares, pois se sabe que os laços de amizade entre as crianças e, conseqüentemente, as teias de interesses afins encorajam as "invenções", possibilitando a expansão de acordos, de

²⁹ Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/reuniao-discute-politicas-publicas-sobre-criancas-e-adolescentes-orfaos-da-covid-19/>. Acesso em: 18 out. 2022.

criações, de expressões, enfim, de produções culturais (PAULA, 2005, p. 2).

Ao propósito de definir a infância, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASÍLIA, 1998, online) especifica que “[...] as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”. E conforme a Carta Magna Internacional, assinada pelo Brasil em 1990, em uma convenção sobre os Direitos da Criança (1989, online) traz o entendimento de que a infância é dada pelo período de vida de todo indivíduo com menos de dezoito anos de idade, “salvo se, em virtude da lei que lhe seja aplicável, tenha atingido antes a maioridade”.

E assim, “[...] a criança, em virtude de sua falta maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento” (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989, online).

Logo, vale destacar, também, a definição que se tem da criança. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução CNE/CEB 5/2009, em seu Art. 4º, compreende a criança como sendo:

Sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 18).

As abordagens com temáticas sobre a História da Infância começaram a aparecer no Brasil no começo dos anos 90, século XX, trazendo a construção de novas disciplinas sociais, específicas e autônomas, como a História e a Sociologia da Infância. Assim, surgindo novos trabalhos brasileiros, de perfil acadêmico sobre a infância e que no decorrer da década seguinte, a diversificação dos trabalhos de História da Infância no Brasil cresceu de forma lenta, com os mesmos tipos de perfis adotados nos termos conceituais e procedimentos analíticos, na qual, avalia-se informações em sua quantidade, índices e percentuais, mediante comparação com parâmetros ou expectativas identificadas ou desenvolvidas pelo pesquisador. Portanto, dos novos trabalhos de História, a infância no Brasil estava limitada aos discursos institucionais e às práticas, com destaque para a família e escola.

A elevação das políticas de proteção à infância foi representada pela Declaração de Genebra, de 1924, o que demonstrou uma preocupação internacional em assegurar os direitos de crianças e adolescentes, mas foi somente após o fim da

Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU e a UNESCO.

Ademais, a Convenção dos Direitos da Criança, em razão do conteúdo da Declaração sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959, foi realizada com o intuito de atender as demandas de assistência e cuidados especiais à criança como: proteção jurídica integral de proteção no antes e depois do nascimento. Celina Souza aponta que “o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação” (2006), dito isso, é preciso compreender que as políticas públicas para serem eficientes elas devem suprir as necessidades coletivas e trabalhar de acordo com os interesses da sociedade.

Ressalta-se que o Brasil foi o primeiro país a adequar a legislação interna aos princípios defendidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, culminando na normatização na Constituição de 1988 sob forma do artigo 227, originando o Estatuto da Criança e do Adolescente em seguida.

No texto *Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil*, a autora Mirian Jorge Warde (2007) concluiu que os desafios a serem enfrentados para o avanço dos Estudos Sociais e de História da Infância no Brasil, há de se incluir, ademais, a desenvoltura com que autores das Ciências Humanas e Sociais desferem críticas às pesquisas biológicas, bem como às psicológicas de base experimental. Mirian (2007) cita Prout em seu texto, quando assevera que para os desafios enfrentados, é preciso entender que a “[...] infância é construída por elementos heterogêneos da natureza e da cultura, os quais, em qualquer caso, não podem mesmo ser facilmente separados” (PROUT, 2005, p. 44).

A desigualdade social dificulta o acesso aos serviços básicos, tais como transporte, habitação, saneamento básico, segurança alimentar, e ela procede, principalmente, da má distribuição de renda e da falta de investimento nas áreas sociais, como educação e saúde. Sem dúvida, o poder aquisitivo separa a sociedade por classe, e quanto mais baixa, mais é limitada a ascensão e o acesso aos direitos básicos, que são: saúde, educação, segurança, moradia, e um dos mais agravantes, a alimentação.

As crianças são as que mais sofrem nesse sistema de exclusão, por terem sua infância sacrificada. Elas são expostas a situações de rejeição,

exploração, violência e demais experiências nocivas à formação física e psicológica, em que muitas são obrigadas a trocar a escola e as brincadeiras por trabalho. Dificilmente conseguirão se livrar da pobreza e da ignorância, que muito cedo as fazem entrar na vida adulta de forma precoce.

De acordo com Úrsula Marianne Simons, psicóloga e professora da Tuiuti, a infância se prolonga no ingresso à escola, em que criança até os 14 anos necessita do objeto concreto para agir sobre o mesmo. Em síntese, no aspecto neurológico, é normal uma menina até essa faixa etária brincar de boneca, por exemplo.

A Escola Únika, no bairro Novo Mundo, em Curitiba, decidiu incentivar as brincadeiras mais tradicionais, na tentativa de frear o amadurecimento precoce das crianças. Acredita-se que quando a criança deixa de brincar muito cedo, ela pode se desenvolver precocemente, demonstrando que o “[...] conceito de infância e adolescência é uma invenção própria da sociedade industrial, ligado às leis trabalhistas e ao sistema educacional” (FERREIRA, 2005, online).

A expressão infância perdida percorre por vias, demonstrando a triste realidade da exploração de crianças no Brasil, que vai da criança que deixa a escola e as brincadeiras para assumir as responsabilidades de adultos à exploração sexual. O trabalho infantil doméstico em casa de terceiros é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil, mas também o trabalho infantil é visto no campo, nas ruas, nos sinais de trânsito e transportes coletivos.

A violência sexual também é um problema muito frequente no Brasil³⁰. O Brasil ocupa o 2º lugar no ranking de exploração sexual infanto-juvenil, segundo a Childhood Brasil (2019), 75% das vítimas são meninas e, em sua maioria, negras, principalmente nas regiões mais pobres, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo, tendo o acesso ao lazer, à saúde e à educação de forma precária. Consoante levantamento da Polícia Federal com o Childhood Brasil³¹, apontou que as regiões com maior número de pontos vulneráveis são Nordeste (1.079), Sul (896), Sudeste (710), Centro-Oeste (531) e Norte (435).

Eva Dengler, gerente de programas e relações empresariais da Childhood

³⁰ Disponível em: <https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil>. Acesso em: 14 out. 2022.

³¹ Faz parte da World Childhood Foundation (Childhood), instituição que conta ainda com escritórios na Suécia, na Alemanha e nos Estados Unidos. A organização é certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Brasil, afirma que a exploração sexual é algo que acontece no Brasil inteiro e nas regiões com maior vulnerabilidade econômica. Nos locais em que os valores são pautados no adultocentrismo, machismo, homofobia e racismo, é onde intensificam a probabilidade de crianças nesta situação.

A infância pobre com abandono, com a violência estrutural e institucional conduz à opressão, tornando-a mais vulnerável. A perda da infância tem uma maior proporção por ela estar longe dos modelos almejados para compor a sociedade justa, sem desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas. Lugar de criança é na escola, e suas atividades principais são estudar, socializar e brincar.

No período colonial brasileiro, o acesso à escola era privilégio de nobres e ricos, e com o passar do tempo, a educação foi ofertada a outras camadas da população. Hoje, o acesso à educação é assegurado por lei, assim, as crianças e os adolescentes têm direito garantido a acessar a escola. A importância atribuída à escolarização da infância foi tomada como esperança de uma nação pela certeza de que a escola seria responsável por salvar o país das mazelas, assim, lançá-lo ao patamar das nações civilizadas do mundo.

4.1 Infância no Ceará

O Ceará ainda é impactado pelo seu desenvolvimento de modo desigual, que devido ao longo da história teve a influência da seca que gerou uma alta migração, concentração fundiária, desemprego, o não acesso a escola, dentre outros. Essa desigualdade é destacada pelas inúmeras áreas periféricas em que predominam os maiores casos de violências, população de rua, informalidade e precariedade do trabalho, como é vista na cidade de Fortaleza e outras metrópoles. Exemplificando o crescimento urbano de Fortaleza, é notável que os investimentos ainda sejam seletivos, pois as grandes ações do poder público, como infraestrutura, preservação, espaços culturais e lazer se concentram mais nas áreas nobres da capital. Assim sendo, para falar sobre a infância no Ceará, faz-se necessário entender e avaliar o índice de desenvolvimento humano (IDH), porque este leva em consideração a expectativa de vida da população, a taxa de mortalidade, os investimentos públicos em saúde e o nível de desigualdades.

O IDH indica itens, tais como riqueza, alfabetização, educação e demais itens, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças, e a partir desses dados se pode avaliar a situação da pobreza no Ceará.

Dito isso, conclui-se que pode ser mais necessário investir em qualidade de vida do que em economia. Ao conhecer as dimensões econômicas, demográficas e culturais dos Estados e cidades, podemos ter noções de como poder investir em políticas públicas mais eficazes para melhorar o desenvolvimento econômico, social e humano das pessoas.

Portanto, ter ciência a respeito do IDH do nosso Estado e de nossa cidade é adquirir conscientização pública sobre o bem-estar da população e redução da desigualdade econômica.

O Ceará teve uma melhora no Índice de Desenvolvimento Humano, de acordo com o comparativo dos IDHM das unidades da federação. Em 2017, quatro apresentaram médio desenvolvimento humano (Piauí, Alagoas, Pará e Maranhão); o Ceará está entre os 20, atingindo 0,735, e subindo três posições no ranking nacional. Apenas três se encontraram inseridas na faixa de muito alto desenvolvimento humano: Distrito Federal (0,850), São Paulo (0,826) e Santa Catarina (0,808) (IPECE, 2022).

A cidade de Fortaleza, de acordo com os dados de 2010, foi o município com o maior Índice de Desenvolvimento Humano no Estado do Ceará. Fortaleza apresentou um índice de 0,754c. Sabendo que o IDH é quem mede os índices de saúde, educação e renda do povo, o estudo definiu o ranking dos locais onde há melhor e pior desempenho. Segundo a Prefeitura de Fortaleza, estas informações ajudam na criação de políticas públicas, direcionadas aos problemas específicos de cada localidade. Exemplificando o índice de educação, o estudo mostra que os bairros com a maior proporção de pessoas alfabetizadas na capital são: Meireles (98,8%), Estância (Dionísio Torres) (98,7%), Cocó (98,6%) e bairro de Fátima (98,6%), sendo que as maiores representatividades nestes bairros são de pessoas do sexo masculino.

Quando se analisa os bairros com as menores taxas, observa-se o inverso, nas regiões com as piores taxas, as mulheres são mais alfabetizadas que os homens, como é o caso do bairro de Pedras (87,2%), Praia do Futuro I (87,5%), Ancuri (87,7%) e Sabiaguaba (87,9%), e bairros com melhor IDH têm menos homicídios (IPECE, 2022).

Dito isso, no quesito educacional, o Ceará se destaca com o maior índice

de frequência escolar entre crianças com 5 e 6 anos de idade ³²entre os 26 estados brasileiros e Distrito Federal. Segundo a pesquisa, 96,29% das crianças nessa idade frequentam a escola regularmente. Entre alunos de idades mais avançadas, no entanto, o Ceará não repete o índice. Entre jovens com idade entre 11 e 13 anos, 86,02% frequentam a escola, o que coloca o Ceará em 12^o nesse quesito, desse modo, Ceará teve o maior índice de frequência escolar com crianças de 5 e 6 anos.

Os assassinatos se distribuem em áreas com diversas vulnerabilidades sociais, sendo necessárias agilidades nas políticas públicas nessas áreas. No texto *Experiências, multipertencimentos e riscos de vida: Narrativas de jovens filhos de jovens vítimas de homicídios*, os autores ressaltam sobre número elevado de armas ilegais que circulam pelo país, assim como do despreparo de uma parte dos agentes de segurança pública, também menciona a precariedade nos serviços públicos. Conforme Camila Holanda; Samara Edwiges; Vinicius Cavalcante (2019):

As trajetórias de vida de jovens em risco e ameaçado de morte no Brasil estão marcadas pela experiência da precariedade. É precário o acesso às políticas públicas, a uma vida segura, à inserção no mercado de trabalho, às atividades de lazer e cultura, produzindo, dessa forma, marcas de inseguranças e incertezas que delineiam suas experiências de vida (HOLANDA; EDWIGES; CAVALCANTE, 2019, p. 172).

Ademais, é cada vez maior o número de mulheres chefes de família nos dias de hoje, pois muitas mães criam seus filhos sem a presença do pai. Segundo o IBGE³³ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), essa composição é a realidade de 11,6 milhões de famílias, segundo dados de 2015. Já atualizados, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)³⁴, o percentual de domicílios brasileiros chefiados por mulheres passou de 25% em 1995 para 45% em 2018. A estimativa é de que entre 2014 e 2019, quase 10 milhões de mulheres assumiram o posto de gestora da casa, enquanto 2,8 milhões de homens perderam essa posição no mesmo período. Elas são responsáveis pelo sustento, pela educação, pela criação dos filhos e todo trabalho doméstico.

Essa realidade faz com as mulheres fiquem sobrecarregadas e acumulem diversas tarefas, e exerce influência na situação social da família, porque pode

³² Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/07/no-ceara-fortaleza-tem-o-maior-idh-diz-estudo-salitre-tem-o-menor-indice.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

³³ Disponível em: <https://hemocord.com.br/criacao-dos-filhos-sem-pai/#:~:text=Hoje%20em%20dia%2C%20muitas%20fam%C3%ADlias,dados%20mais%20recentes%2C%20de%202015>. Acesso em: 10 set. 2022.

³⁴ Disponível em: <https://www.smetal.org.br/imprensa/chefes-de-familia-sao-elas-quase-metade-dos-lares-e-sustentado-por-mulheres-no/20220317-145015-q099>. Acesso em: 10 out. 2022.

mudar as oportunidades de as famílias de mães solteiras terem uma renda mais baixa do que famílias formadas por casais.

O Grupo Ser Ponte³⁵ ajudou 210 famílias chefiadas por mulheres em Fortaleza durante a pandemia, com repasse de uma renda básica mensal de R\$ 180, entre abril e dezembro, para cerca de 210 famílias chefiadas por mulheres. De acordo com a organizadora do grupo, Valéria Pinheiro, foi feita uma sondagem, pelos agentes territoriais, e o grupo Ser Ponte soube que essas famílias viviam com cerca de R\$ 54 mensais. De acordo com Valéria Pinheiro, são famílias muito necessitadas, vulneráveis e em territórios com muitas precariedades.

Em 2015, o Ceará tinha 1.198.254 crianças e adolescentes vivendo em situação de pobreza, com menos da metade de um salário-mínimo. O levantamento foi divulgado pela Fundação Abrinq³⁶, com indicadores sociais relacionados à infância e adolescência no Brasil. Os índices relacionados ao Ceará mostraram que 61% das pessoas com faixa etária entre 0 e 14 anos que viviam em situação domiciliar de pobreza, indicando que a cada cinco crianças, três vivem nessas condições, os dados são da matéria feita por Ranniery Melo (2018) para o G1 CE³⁷.

Citados dados mostraram que o Ceará era o terceiro Estado do Nordeste com mais crianças e adolescentes vivendo em situação de pobreza, segundo o relatório Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil. Todavia, em 2017, o Ceará melhorou o Índice de Desenvolvimento Humano e ganhou três posições no ranking nacional. Nesse cenário, o Estado atingiu 0,735, resultado que superou o de 2016 (0,726). Em relação aos outros Estados, ele saiu de 18º do ranking para o 15º, em 2017, segundo os dados que estão no Ipece/Informe (nº 203 – janeiro/2022)³⁸.

Fazendo um comparativo, por meio dos dados do IPECE, o IDHM cearense, em 2010, era de 0,682, ou seja, o Estado estava na faixa de médio desenvolvimento humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como baixo desenvolvimento humano (0,541), em 2000,

³⁵ Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/dias-melhores/grupo-ajudou-210-familias-chefiadas-por-mulheres-em-fortaleza-durante-a-pandemia-saiba-como-apoiar-1.3031275>. Acesso em: 10 set. 2022.

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/ceara-tem-mais-de-um-milhao-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-pobreza.ghtml>. Acesso em: 14 ago. 2022.

³⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/ceara-tem-mais-de-um-milhao-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-pobreza.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

³⁸ Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2022/01/ipece_informe_203_14_jan_2022.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

e de muito baixo (0,405) desenvolvimento humano, em 1991. O resultado de 2010 levou o Ceará ao 17º maior IDHM dos Estados brasileiros e o segundo maior do Nordeste. Esse valor mostrou que o desenvolvimento humano no Estado vem melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, ainda mais quando levado em consideração o índice de 2017.

Dito isso, mesmo que o Ceará tenha melhorado o seu índice, a pobreza ainda continua alta, destacando os anos de 2019 a 2022, em que, pelo menos 2 milhões de famílias brasileiras tiveram a renda reduzida e caíram para a extrema pobreza entre janeiro de 2019 e junho de 2021, os dados são do Cadastro Único do Governo Federal³⁹. O CadÚnico aponta para um aumento mês a mês de pessoas na miséria desde novembro de 2020. Em dezembro de 2018, durante o governo Michel Temer (MDB), era 12,7 milhões na pobreza extrema, dois anos e meio depois, com Jair Bolsonaro na Presidência, esse número chegou a 14,7 milhões em junho de 2021⁴⁰, segundo Portal UOL⁴¹, que produziu uma série de reportagens em cidades das cinco regiões do país em 2021.

4.2 Primeira infância, suas prioridades e as bases jurídicas

A primeira infância é uma fase de muitas transformações, é nela que se iniciam as comunicações pelos gestos, sons e balbucios, expressões, mudanças de comportamento e a construção de conhecimentos. Iole da Cunha (2001, online)⁴² afirma que “[...] o desenvolvimento do cérebro depende de uma complexa interação entre os genes com os quais se nasce e as primeiras experiências que se tem”, e a neurociência, ciência interdisciplinar que estuda o desenvolvimento e o funcionamento desse sistema, afirma que existe uma relação direta entre as primeiras experiências e o desenvolvimento cerebral. Dito isso, é necessário dar as devidas atenções a essa fase, relevando as habilidades socioemocionais.

O desenvolvimento integral da criança está ligado aos cuidados e o

³⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/mais-miseria-mais-fome/>. Acesso em: 10 set. 2022.

⁴⁰ Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-09-26/familias-extrema-pobreza-bolsonaro.html> e <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/mais-miseria-mais-fome/>. Acesso em: 10 set. 2022.

⁴¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/mais-miseria-mais-fome/>. Acesso em: 10 set. 2022.

⁴² Iole da Cunha é pediatra e neonatologista, preceptor de Residência Médica em UTIN do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ver: <https://www.unoeducacao.com/2019/03/14/primeira-infancia-a-etapa-mais-importante-na-vida-da-crianca/>. Acesso em: 10 set. 2022.

brincar, pois o cuidar conota a “[...] ideia de preservação da vida, de atenção, de acolhimento, envolvendo uma relação afetiva e de proteção” (FARIA; SALLES, 2007, p. 52), e o brincar, por sua vez, é uma “[...] apropriação ativa do real por meio da representação” (FORTUNA, 2014, p. 24), e assim, assumir “[...] a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias” (BRASIL, 2009, p. 2), como também o cuidado e o brincar que estão intrinsecamente ligados ao sucesso do desenvolvimento pleno da criança, na reflexão sobre a integração desses dois componentes de modo qualitativo e efetivo.

Os primeiros anos de vida da criança permeiam pelo desenvolvimento motor, comunicativo, intelectual e emocional, e o papel essencial de quem promove o cuidado do bebê é oferecer meios para o crescimento e o desenvolvimento saudáveis, observando e analisando as atitudes e seu desenvolvimento durante os cuidados para que esse desenvolvimento seja progressivo e autônomo.

Para além da alimentação e higiene que são ações essenciais nesse processo, saber orientar, oferecer segurança, tranquilidade, criar a relação de afetividade, interação, sociabilidade e identificar riscos de desenvolvimento das habilidades são, também, ações fundamentais para que a criança não perca nenhuma etapa no seu crescimento.

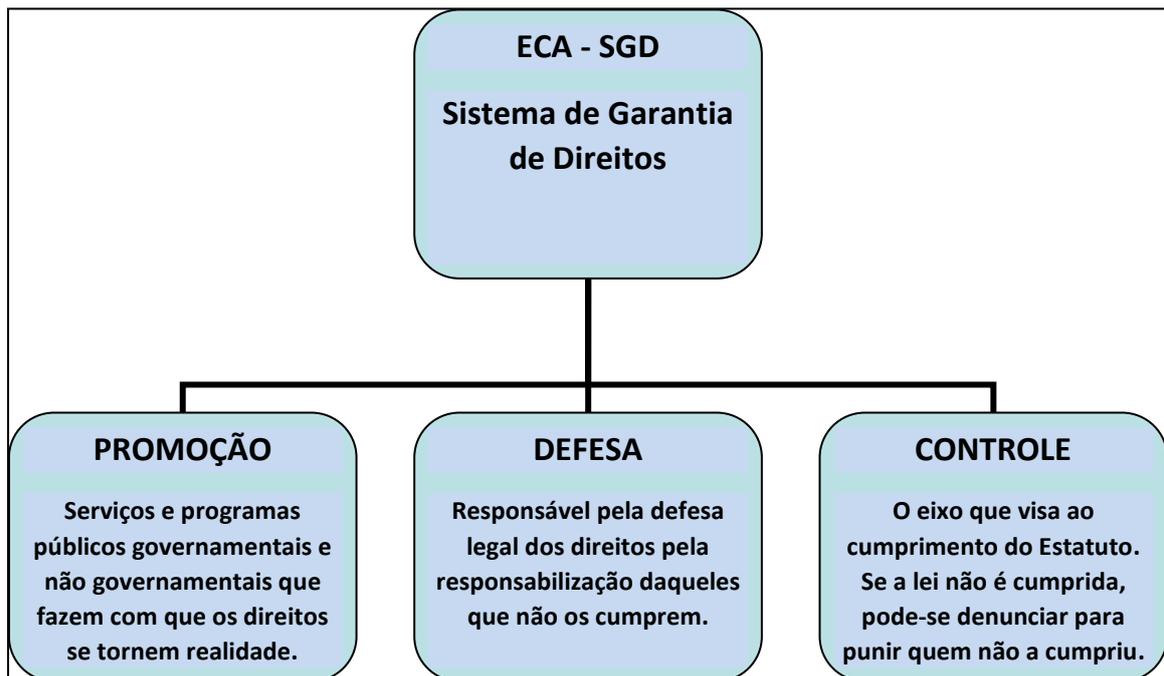
O art. 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, recomendando, também, que seja considerada a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento e os direitos e deveres individuais e coletivos.

O respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento é um princípio previsto no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 4º do ECA, segundo o qual a criança e o adolescente merecem atenção especial pela sua vulnerabilidade. Como já mencionado a respeito do ECA, ele é a base jurídica no Brasil para qualquer medida, intervenção ou discussão sobre os direitos dos menores de 18 anos, e ele foi sancionado dois anos depois, em 1990, em que traz um conjunto de normas que buscam regulamentar detalhadamente o princípio estabelecido pelo artigo 227 da Constituição.

A lei define quais são esses direitos, quem deve aplicá-los ou garanti-los, e como deve ser aplicada. Ressalta-se que o estatuto é subordinado à Constituição. Outras garantias instituídas no ECA, incluem: a proibição da criança ou adolescente

de viajar para o exterior sem autorização de ambos os pais ou outros responsáveis pela guarda; atendimento pré-natal gratuito a gestantes; proibição de qualquer tipo de trabalho a pessoas com menos de 14 anos. Para que as premissas previstas no ECA sejam garantidas, foi criado o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), divididos em três eixos:

Figura 3 – Sistema de Garantia de Direitos (SGD)



Fonte: MPPR – Ministério Público do Paraná.

Compreendendo que a criança e o adolescente devem ter prioridade absoluta em qualquer situação, é obrigação de todos assegurarem e cobrar que sejam cumpridos os direitos da criança e do adolescente. Sob o mesmo ponto, o Art. 7º da lei a Lei nº 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, formaliza que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, nos respectivos âmbitos, comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância com a finalidade de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos de direitos.

Tendo ciência dessas garantias, reporta-se a primeira infância e os cuidados essenciais. É na primeira infância que pessoa aprende muito e de forma rápida. As crianças absorvem de modo rápido todo o tipo de informação, as

emoções, o afeto, as experiências, as descobertas que o indivíduo é exposto, e fará a diferença para o resto da vida.

A primeira infância é do nascimento até completar 6 anos de idade, e proteger a infância inclui todas as práticas de cuidado cotidiano e educação, desde os cuidados básicos (que envolvem a higiene, o sono e a alimentação), os vínculos familiares e sociais. Somado a isso, a autonomia e o brincar são aspectos significativos dentro de um ambiente de desenvolvimento saudável na primeira infância.

O cuidar requer condições estruturais que possam prover o bem-estar da criança pequena desde o nascimento. As primeiras relações, os primeiros vínculos, de um bebê trarão as bases afetivas. O psiquiatra inglês John Bowlby (1988) estudou a relação inicial entre o bebê e seu cuidador principal. Em sua Teoria do Apego, ele demonstrou que o apego oferece as bases para o desenvolvimento socioemocional e também cognitivo.

Segundo Bowlby (1988),

[...] a saúde mental da criança depende de que ela tenha [...] a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com sua mãe (ou uma mãe substituta permanente, uma pessoa que desempenha, regular e constantemente, o papel de mãe para ela) na qual ambos encontrem satisfação e prazer (p. 13).

Dito isso, potencializar a existência de bons relacionamentos e a formação de vínculo é um elemento fundamental que começa no ambiente familiar e se estende a outros ambientes.

A convivência social da criança tem importante papel na construção do conhecimento do mundo e de si, em que vai despertar a consciência dele como um indivíduo que vive em coletividade. Ainda na primeira infância, aprendemos que fazemos parte de grupos, começando pela própria família, e assim, as primeiras regras apresentadas à criança devem ser no ambiente familiar.

A escola, depois da família, é o primeiro grupo social a que pertencemos. Na escola aprendemos a interagir com as pessoas, a conhecer novos comportamentos e a respeitar uns aos outros, preparando para as diferenças que existem entre cada um ali inserido. A escola também tem a responsabilidade no cuidado com a criança, nela a aprendizagem e o cuidado andam ao lado.

Como já mencionado, o cuidar é um processo fundamental no desenvolvimento da criança, mas o cuidar não é restrito ao aspecto biológico do

corpo, ele também está relacionado à afetividade, pois a criança precisa de segurança, apoio, incentivo e envolvimento com a família, com o professor e toda a comunidade escolar. Cuidar faz parte do ato de educar, uma educação sem atenção aos cuidados enrijece as relações, podendo afetar o desenvolvimento social, no ambiente escolar e educacional. Henri Wallon (2006)⁴³ traz a afetividade como um dos aspectos centrais do desenvolvimento. Para Wallon, a inteligência se desenvolve após a afetividade, e a importância da afetividade no desenvolvimento humano é porque o ser humano ao seu nascimento já é envolvido pela afetividade e que o afeto desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e no estabelecimento de boas relações sociais.

O cuidar está relacionado aos afetos, a dar importância a algo ou alguém. É um valor, um compromisso ético que deve ser assumido com muita disponibilidade e responsabilidade por todas as pessoas, em especial educadores e profissionais da saúde, porque eles entram nesse processo como figuras essenciais de complemento nos cuidados na primeira infância, posto que esses profissionais oferecem estruturas de bases essenciais à criança. A exemplo disso, um pediatra presta assistência em seus mais diversos aspectos, tanto de modo preventivo quanto curativo e a afetividade faz com que a criança se sinta segura e tranquila durante uma consulta.

O professor ajuda a criança a crescer em suas habilidades, estimulando-as a se compreender no mundo. A maneira de o educador demonstrar afeto a criança é quando ele planeja a organização dos espaços e atividades que promovam a participação da criança nas tomadas de decisões, na valorização de suas ideias, no incentivo a sua autonomia, no acolhimento aos momentos de tristeza, na mediação dos conflitos, na atenção ao bem-estar físico e emocional.

Logo, os cuidados se apresentam nos detalhes e trazem muita diferença ao dia a dia, desde num cantinho organizado com brinquedos especialmente selecionados para que as crianças possam continuar a brincadeira do dia anterior; no lanche e nos pratos preparados com capricho para garantir uma apresentação apetitosa dos alimentos, na realização de diferentes propostas de brincadeiras com respeito às diferentes formas de participação de cada uma das crianças, na maneira de falar com cortesia e carinho, entre tantas outras situações.

⁴³ Henri Paul Hyacinthe Wallon foi um filósofo, médico, psicólogo e político francês.

Em síntese, o brincar, o cuidar e o educar são meios interligados e que possuem fundamental importância na edificação da criança, tanto na aprendizagem, na construção de sua própria identidade, quanto em seu desenvolvimento integral (DAMASCENO; LEANDRO; FANTACINI, 2017; OLIVEIRA; SILVA; FANTACINI, 2016).

De acordo com o estudo *Primeiríssima Infância – Interações*⁴⁴ (2020), a respeito da primeira infância, apresentou um resultado que gerou preocupação, haja vista demonstrar que o percentual de adultos responsáveis que não sabe que o bebê aprende desde o nascimento acendeu um alerta. Nesse sentido, de acordo com o estudo, dos mil respondentes de cinco segmentos sociodemográficos do Brasil, foram indagados sobre a partir de que momento a criança começa a aprender.

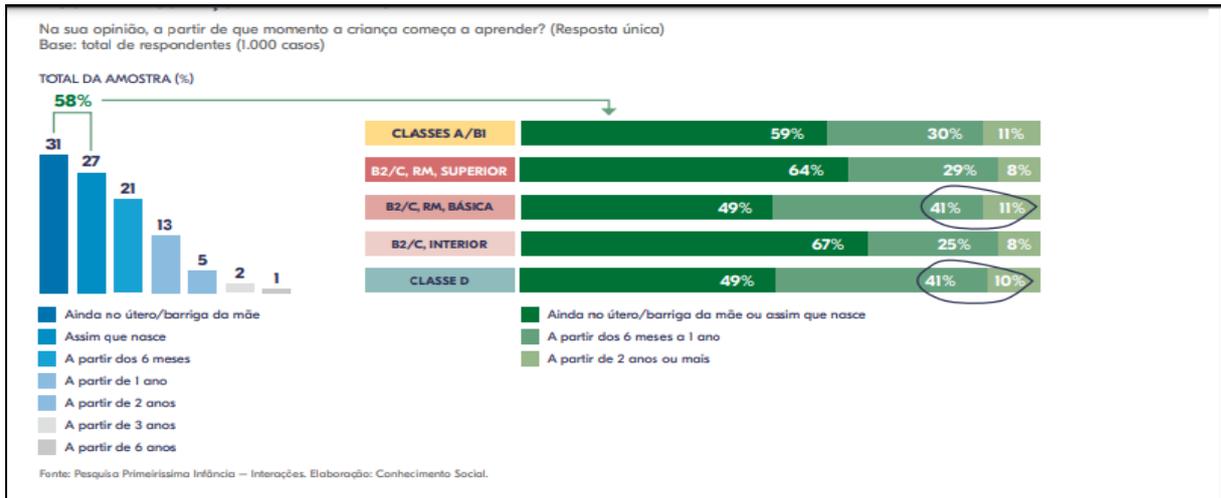
No total, a amostra demonstrou que 58% revelaram pensar de forma alinhada com o que diz a ciência, mas 42% acreditavam que o início da aprendizagem só acontecia a partir dos 6 meses de vida ou mais. O grupo formado por pessoas das classes média e média-baixa (B2/C) que vivem no interior do país foi o que mais demonstrou atualização sobre o assunto.

O grupo de respondentes das classes média e média-baixa (B2/C) que moravam nas Regiões Metropolitanas (RM) e possuíam escolaridade básica, por sua vez, externaram percepção mais tardia quanto ao início da aprendizagem, seguido pelo grupo da classe D residentes nas capitais. E, nos diferentes segmentos sociodemográficos estudados, não foi desprezível a proporção de pessoas afirmando que a criança só começava a aprender após os 2 anos de idade ou mais.

Ao analisar essa pesquisa, questiona-se como é comum presenciar, em diversos locais, principalmente em locais que estimulam o consumismo, comportamentos afetos de crianças, não sabendo lidar com as emoções ao ouvir um não, demonstrando nítida raiva, de irritação, insatisfação com uma situação com a qual ela não consegue lidar, e, ao invés dos pais desenvolverem um diálogo a respeito daquele comportamento, eles cedem à vontade entregando o controle a criança, ou seja, os pais também não sabem lidar com essa situação.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/primeirissima-infancia-interacoes-comportamentos-pais-cuidadores-criancas-0-3-anos/>. Acesso em: 10 set. 2022.

Figura 4 – Começo da aprendizagem



Fonte: Primeiríssima Infância – Interações: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos.

O brincar na primeira infância é um tema sempre abordado quando se fala em criança. Diversos estudiosos, como Lev Vygotsky, Jean Piaget, Paulo Freire, defendem que as atividades lúdicas, os jogos, as brincadeiras, a interação com o outro oportunizam o desenvolvimento das aprendizagens cognitivas e socioemocionais. Para Vygotsky (1991), o brincar é essencial para o desenvolvimento cognitivo da criança, pois os processos de simbolização e de representação a levam ao pensamento abstrato.

Piaget (1971) ressalta que o desenvolvimento da criança acontece através do lúdico, ela precisa brincar para crescer. Paulo Freire diz que: “[...] ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (2001, p. 52). Efetivamente, a brincadeira tem função importante no desenvolvimento social e intelectual, pois cria oportunidades para que a criança vivencie suas experiências com conflitos, emoções trazidas em seu dia a dia. Por isso, é necessário criar situações onde a criança possa fazer indagações, permitindo-se construir o seu conhecimento.

Pode-se afirmar que o brincar é uma das coisas mais importantes que as crianças fazem ao viver a sua infância. Brincando ela aprende, estimula a imaginação, a criatividade, o convívio, o diálogo, desenvolve a relação interna e externa, a coordenação motora e cognição. Qualquer objeto vira brinquedo, porque ela consegue explorar materiais usando a imaginação. O brincar deve ser respeitado

para a desenvoltura do infante, não se deve impedir a criança de ter esses momentos para desempenhar outras funções. Infelizmente, as condições sociais desfavoráveis para algumas famílias fazem com que a criança assuma funções, como cuidar do irmão mais novo ou trabalhar. A infância é um período de forte influência e referência na idade adulta, e o brincar traz boas memórias a quem teve oportunidade.

Durante o brincar, as crianças aprimoram experiências que contribuem para se conhecerem melhor e a lidar com mundo e suas diversidades, aprimorando as relações, promovendo melhores resultados na aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento integral. Nas brincadeiras, as ações são organizadas sem mesmo precisar de regras, porque as crianças naturalmente se entendem com uma linguagem interna que somente elas entendem durante as brincadeiras. Através do brincar ela experimenta um mundo de possibilidades, desenvolvendo as relações sociais, elaborando a sua autonomia de ação, organizando emoções e a interação com o outro para aprimorar esse aprendizado.

À medida que o bebê vai crescendo, a socialização se torna necessária, nesse sentido, a convivência com outras crianças é fundamental para o desenvolvimento social, cognitivo e comportamental, pois durante a interação com o outro ele tem experiências com outros modos de ser, de agir e pensar, fazendo com que aprenda a compartilhar, a esperar, e a respeitar as diferenças.

A brincadeira é considerada na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), como um dos eixos estruturantes da prática pedagógica, e o brincar como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento. As brincadeiras e interações são eixos estruturantes da proposta da BNCC para a Educação Infantil.

De acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e se apropriar de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. A interação durante o brincar traz muitas aprendizagens e estímulos significativos para o desenvolvimento integral das crianças.

Na pesquisa *Primeiríssima Infância – Interações: Comportamentos de*

pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos (2019), Daniel Becker⁴⁵ reforça que a combinação dos momentos de brincar junto e brincar sozinho, em situações controladas que não ofereçam perigo, trazem benefícios para a criança em termos de autonomia, criatividade, imaginação e da própria capacidade de estar consigo mesma. Assim, como o respeito é também um dos valores mais fundamentais na educação infantil, é uma virtude para a vida toda. Respeitar é conviver com as diferenças e valorizar a singularidade de cada um. A família e a escola devem ensinar a conviver e valorizando com as diferenças

Ao aceitar o outro, reconhecendo as diferenças, fará com que compreenda que somos seres humanos únicos e amplos. O respeito permite que a sociedade viva em paz, numa convivência saudável e civilizada. Em contrapartida, a falta de respeito gera violência, conflitos, desconforto e confrontos.

O relacionamento afetivo traz laço emocional que une as pessoas, criando vínculos entre elas, e, desde cedo – em um ambiente escolar, por exemplo – a criança cria vínculos com quem ela mais se identifica e se sente bem. O vínculo afetivo é uma forma de se relacionar com o outro com o sentido de se manter ligado, tanto no sentido emocional e/ou comportamental.

Ações como brincar, conversar, contar histórias, cantar e passear são maneiras de criar vínculo e demonstrar afeto. A afetividade tem um papel determinante nesse processo de convivência e aprendizagem, porque está presente em todas as áreas da vida, influenciando no crescimento cognitivo, social, desenvolvendo o respeito a si e ao próximo. O respeito é um dos valores mais fundamentais na socialização.

Ainda sobre o brincar e como ela influencia positivamente no desenvolvimento integral da criança, possui, também, como ponto positivo o autoconhecimento que possibilita aprender desde cedo a identificar os seus sentimentos e os estímulos que os despertam, e assim, crescer com equilíbrio e sabendo lidar com eles com as suas emoções e as dos outros.

De acordo com Goleman (2012), todos nós possuímos e podemos desenvolver a capacidade de lidar com emoções e sentimentos que afetam não apenas nossa vida social, mas a própria saúde física. Ademais, o adulto também tem um papel fundamental nesse processo de fazer a criança se entender para

⁴⁵ Sanitarista, palestrante e escritor. Formado e com residência pela UFRJ e mestre em Saúde Pública pela Fiocruz.

poder lidar com o que se sente, no cotidiano, em casa e na escola. As famílias e professores podem incentivar as crianças a falarem sobre si e sobre o que sentem, além de práticas relacionadas à educação emocional, com reflexões, limites, diálogos em rodas de conversa, relaxamentos, jogos, entre outras atividades, com a finalidade de promover o autoconhecimento.

Destaca-se que o autoconhecimento não se desenvolve de uma só vez, é um processo que se consolida com o tempo. O processo se inicia quando as crianças começam a ser capazes de reconhecer e nomear suas emoções, pontos fortes, desafios, expressar o gostar e não gostar. Nesse sentido, fica claro que desenvolver o autoconhecimento é importante para pessoas de todas as idades, haja vista o autoconhecimento resultar na harmonia em casa, na escola, no local de trabalho e nas relações com outras pessoas.

Para Goleman (2012), cinco aptidões são fundamentais como forma de desenvolver o coeficiente emocional (QE), que são: conhecer suas próprias emoções, lidar com as emoções, motivar-se, reconhecer emoções nos outros e lidar com relacionamentos, essas aptidões devem ser incentivadas para um processo de autoconhecimento. Conforme o RCNEI (1998, p. 24): “A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades”.

Por fim, após o nascimento do bebê, os cuidados essenciais são a vacinação, alimentação, principalmente o aleitamento materno, os cuidados com a higiene e a consolidação do vínculo afetivo com a família que são as interações que aumentam a confiança parental. A qualidade do ambiente em que a criança convive, a boa alimentação, o afeto e a interação social influenciam o desenvolvimento do cérebro.

Ademais, a pobreza está relacionada com o atraso no desenvolvimento infantil, afetando o seu crescimento corporal, assim como a desnutrição e o desempenho escolar, porque a falta de renda limita a capacidade da família de atender as necessidades básicas, tais como a alimentação e saúde. Nesse sentido, o Murillo José Digiácomo, promotor de justiça no Estado do Paraná, ao falar sobre o sistema de garantia dos direitos da Criança e do Adolescente, à luz da política de atendimento idealizada pela Lei nº 8.069/90⁴⁶, ele considera que de nada adianta a

⁴⁶ Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-1590.html>. Acesso em: 15 out. 2022.

"aplicação de medidas", de maneira "formal", se estas não tiverem respaldo em programas e serviços capazes de atender de maneira adequada, qualificada - e resolutive - os casos de ameaça/violação de direitos infanto-juvenis.

A função dos cuidados na primeira infância irá influenciar nas formações cognitivas e socioemocionais, da mesma forma o corpo também precisar estar bem cuidado, considerando que essa função está amparada no Marco Legal da Primeira Infância, em seu Art. 16, prescrevendo que a expansão da educação infantil deverá ser feita de maneira a assegurar a qualidade da oferta, com instalações e equipamentos que obedeçam a padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação, com profissionais qualificados conforme dispõe a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e com currículo e materiais pedagógicos adequados à proposta pedagógica. Bem como, no parágrafo único, citando que a expansão da educação infantil das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, no cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação, atenderá aos critérios definidos no território nacional pelo competente sistema de ensino, em articulação com as demais políticas sociais.

As experiências ruins na primeira infância podem causar danos ao longo da vida, e algumas experiências, como um ambiente familiar violento ou bullying, podem afetar atraso na fala, alteração de humor e irritabilidade. Os pais e professores devem ficar atentos a alguns sinais de alerta, tal como falta de contato visual, dificuldade para dormir, agitação, baixa interação social, irritação extrema e agressividade. E, ao identificar comportamentos incomuns, é importante uma avaliação mais criteriosa.

Destaca-se que o investimento em políticas públicas para infância trará resultados a curto, médio e longo prazo, a exemplo disso, investir em creches aumenta a economia local, haja vista a mãe poder deixar seu filho para ter condições de trabalhar, além de outros benefícios que a creche oferece a criança, porque é um meio desta interagir, aprender e se desenvolver integralmente.

Considera-se também essencial o investimento no profissional, como está formalizado no Art. 10 da lei nº 13.257 de 08 de março de 2016, citando que os profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância terão acesso garantido e prioritário à qualificação, sob a forma de especialização e atualização

No mais, investir em educação para a primeira infância é a melhor

'estratégia anticrime', como defende James Heckman, Nobel de Economia e professor universitário de Chicago. Ele estimou que para cada dólar investido no programa Perry, que na década de 60 atendeu crianças de pré-escola socialmente vulneráveis nos Estados Unidos, gerou uma economia de 7 dólares até a idade de 27 anos e 14 dólares até os 40 anos.

Heckman concluiu que o investimento na primeira infância é uma estratégia eficaz para o crescimento econômico, e investir em crianças carentes durante a primeira infância pode aumentar a renda, diminuir a criminalidade, gerar empregos e melhorar os índices de saúde, além da redução de gravidez precoce e comportamentos de riscos na adolescência. E, assim, a sua análise do programa Perry, no início dos anos 2000, chegou à conclusão de que houve um retorno sobre o investimento de 7 a 10% ao ano, com base no aumento da escolaridade e do desempenho profissional, além da redução dos custos com reforço escolar, saúde e gastos do sistema penal.

Nos primeiros anos de vida se constrói uma base de habilidades que vão servir para o futuro, posto que as crianças pequenas são muito influenciáveis, flexíveis e volantes, algo que em outras etapas da vida que não são vistas, dessa forma, é muito fácil preenchermos as crianças com experiências significativas e agradáveis que irão influenciar para o resto da sua vida.

No Art. 6.º da Lei nº 17.380/2021, no parágrafo III, formaliza que o eixo Tempo de Brincar compreende o brincar como ferramenta para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, além do convívio familiar, da socialização e da sua integração com a cultura de sua comunidade, com a construção e revitalização de espaços públicos. E ainda na mesma Lei, em seu Art. 16, também ressalta a importância quando descreve a promoção do desenvolvimento infantil, através do brincar e da estimulação das habilidades e capacidades cognitivas, socioemocionais e físicas, favorecendo a integração e otimização das políticas de atenção à primeira infância no Estado. Segundo prescrito na lei, as ações são contempladas nos projetos que favorecem o Eixo Tempo de Brincar e nas ações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN.

O pesquisador do programa Gladston Ferreira da Silva (2022, p.10) ressalta que através da sua experiência profissional no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS da cidade de Tianguá-CE, por estar em contato direto com as famílias beneficiárias do Programa Mais Infância Ceará e por vivenciar no

meu cotidiano profissional o protagonismo e desenvolvimento social, afetivo, familiar e comunitário das crianças e de suas famílias, considera que por se tratar de uma legislação recente foi observado avanços e desafios ao longo da sua implementação, mas ele considera que o Programa Mais Infância Ceará vai de contramão com a pobreza na infância, que tem um potencial de prejudicar o desenvolvimento das crianças.

5 O EIXO TEMPO DE BRINCAR E SEUS PROJETOS

Programa Mais Infância Ceará está estruturado em quatro eixos de modo intersetorial. A intersetorialidade é a articulação entre atores de setores diversos, com diferentes competências e poderes com vistas a enfrentar e solucionar problemas complexos. Dentro de cada eixo engloba os projetos que desempenham as ações com a mediação das secretarias e coordenadores, e os eixos do Programa Mais Infâncias Ceará e as respectivas ações.

Reforça-se que o presente trabalho tem por objetivo principal pesquisar o Programa Mais Infância Ceará, e, devido a quantidade de ações, permear-se-á somente nas ações do Tempo de Brincar. Para isso, foram feitas visitas para levantar informações a respeito da funcionalidade, os efeitos de cada ação e as melhorias que podem ser feitas.

A pesquisa é caracterizada como uma pesquisa aplicada, observacional, com entrevistas e registros. Esse eixo foi escolhido devido a se acreditar que o brincar é fator essencial no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, além dos seus projetos que merecem muitas atenções. Em suma, como referido no texto oficial do programa, reforça-se que “[...] vale ressaltar que dispositivos legais garantem à criança o direito a brincar no espaço público com segurança e qualidade” (MAIS INFÂNCIA CEARÁ, 2022, p. 72).

Em 2022 foi lançado outro livro digital do Mais Infância Ceará, com resultados das ações atualizadas, e nele constam observatórios feitos por alguns estudiosos que descrevem o programa e seus projetos, ressaltando a importância de uma política voltada para a infância e as ações que desenvolvem a criança integralmente, que está proposto no Programa Mais Infância Ceará, no entanto, são somente análises de fortalecimento da essencialidade do programa que certamente devem ser enaltecidos.

O eixo Tempo de Brincar traz a ideia da importância do brincar, que já foi pontuado neste texto. Ele foca nas brincadeiras e na ludicidade, porque o Tempo de Brincar defende que essas ações sejam “[...] favorecedoras do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional da criança, assim como a socialização do brincar e de sua inclusão na cultura da comunidade” (MAIS INFÂNCIA CEARÁ, 2022, online), que tem o objetivo de “[...] aproveitar espaços públicos para implantar e revitalizar áreas que garantam o direito da criança ao brincar e às brincadeiras” (MAIS

INFÂNCIA CEARÁ, 2022, p. 23).

O Tempo de Brincar é coordenado pela Glória Francisca Burlamaqui Carvalho, e a secretaria que acompanha esse eixo é a Secretaria da Proteção Social Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS, situado no endereço: rua Soriano Albuquerque, 230, bairro Joaquim Távora. O que Glória considera muito interessante no Programa é a intersectorialidade e o envolvimento das secretarias de assistência sociais e dos prefeitos.

Nesse contexto, há municípios que não têm praças e nem espaços para as crianças, e com a parceria com o Estado, as prefeituras entram com o espaço onde elas se mobilizam para revitalizar ou construir para que o Estado entre com os equipamentos. Além de estar oferecendo espaço para a criança, essa ação também gera renda na cidade. Conforme Glória, é algo que dinamiza a cidade, pois quando se implanta uma praça ou o prefeito melhora a praça, e o Estado coloca a brinquedopraça, “[...] você gera outras coisas, é pipoqueiro que vai lá vender pipoca, o algodão doce, então você mexe com a economia do município, mesmo que seja uma economia informal” (GLORIA BURLAMAQUI CARVALHO, 2022).

Todavia, sobre as dificuldades, o que Glória considera a maior dificuldade é que todo eixo passa por processo licitatório, então, o que ocorre às vezes é um atraso no cronograma de implantação, porque o fornecedor que ganha a licitação não tem a velocidade para implantar conforme a demanda. Essa demora é considerada muito complicada, posto que o município faz a parte dele, arruma a praça, o espaço, contanto, ficar aguardando o Estado em sua execução, além do atraso dos fornecedores no tempo planejado, faz com que haja grande dificuldade e desgaste.

Um segundo problema que ela destaca é a questão da educação da nossa população. Pois, quando o Estado fecha uma parceria com os municípios, ele pede que coloque vigilância para cuidar da praça, do espaço, e, mesmo assim, chegam vândalos que danificam o ambiente público. Destas situações, há casos em que o brinquedo que possui cordinhas, são cortadas ou mesmo arrebitadas naturalmente, e quando a coordenação aciona o fornecedor, o mesmo alega que aquilo não está coberto pela garantia.

Glória reforça sobre a necessidade de trabalhar a educação das pessoas “[...] para que elas possam entender que aquilo ali é um bem que elas pagam” (GLORIA BURLAMAQUI CARVALHO, 2002), demonstrando muita positividade e

empolgação nas ações, animada com o que o programa oferece. Também se percebe que há uma demanda grande em suas atribuições, e a sua indignação se mantém apenas na fala, sem muita ação para resolver, pois, sobre esse anseio da importância da preservação por parte da população, ela não deixou claro se tem tomado alguma medida ou cobrado de outros setores competentes algum projeto de preservação.

Desse modo, no Tempo de Brincar estão presentes as ações de implantação e revitalização de espaços públicos, ações de arte, cultura e lazer nas praças municipais. Projetos e ações que buscam melhorar a qualidade de vida e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Dito isso, serão apresentados os projetos contidos nesses pilares. As informações apresentadas foram adquiridas por meio de visitas aos projetos, entrevistas com os atores que compõem cada ação e estudo de documentos oficiais.

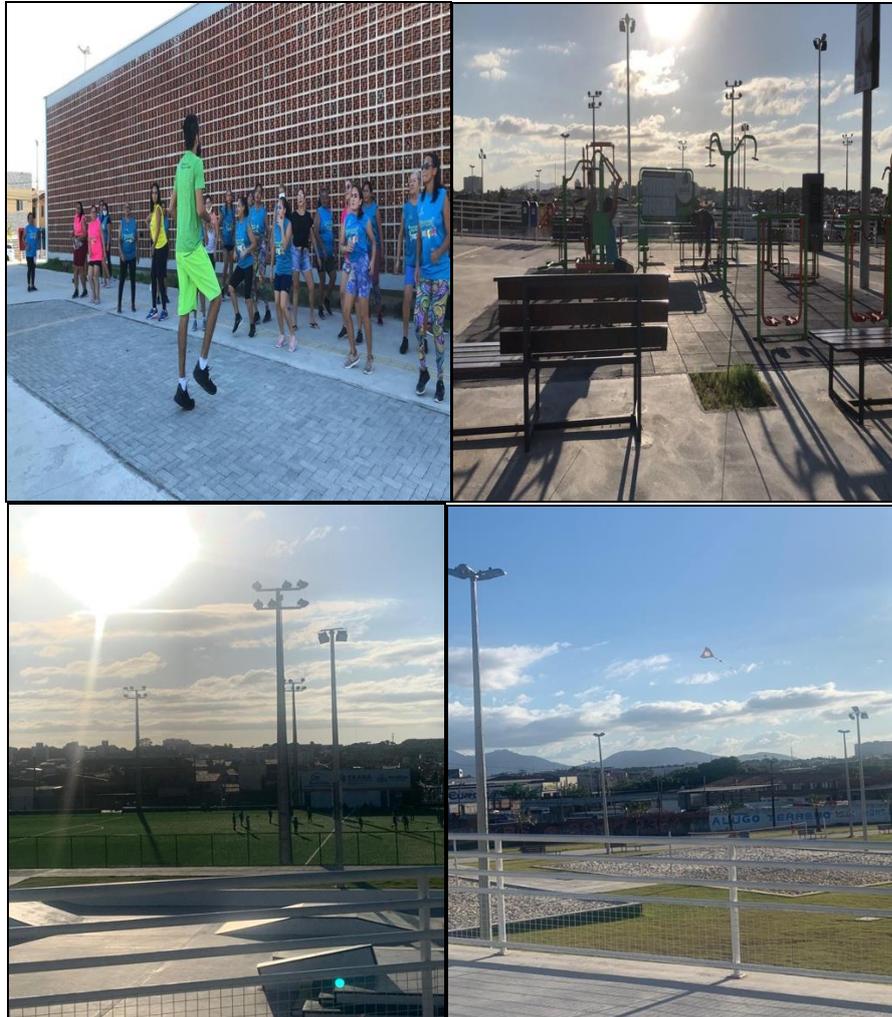
Os espaços visitados, como o Espaço Mais Infância, Praia acessível, Biblioteca Estadual, que é uma extensão do Espaço Mais Infância, é para alguns um local de fácil acesso, mas para outros é mais difícil no sentido da distância, ao que se observou a dificuldade para muitas comunidades periféricas, como a Cidade Jardim, Conjunto São Cristóvão, Parque Santa Rosa, Planalto Airton Sena, dentre muitas outras comunidades que se localizam para o lado Sul de Fortaleza, no mais, os espaços são bem equipamentos com mobiliários novos e bem planejado.

A seguir, nas próximas subseções iremos explicar os nove projetos que compõem o eixo Tempo de Brincar.

5.1 Praças mais infância

As Praças Mais Infância já foram implantadas em 25 municípios cearenses, e 22 estão em andamento, segundo está descrito no Livro Mais Infância Digital (2022), perfazendo um total de 47 praças. A implantação dessas praças se dá com a parceria das prefeituras municipais que devem doar o terreno com mais de 2,5 mil m², área considerada suficiente para receber uma quadra poliesportiva – basquete, vôlei, futsal e espirobol –, brinquedos temáticos e interativos, área de convivência, playground, bicicletário, pistas de skate, academia ao ar livre e banheiros. Em Fortaleza já foram entregues 32, entre praças e brinquedopraças, de acordo com Programa Mais Infância – SPS.

Figura 5 – Praça Dom Aluísio Lorscheider, situada no bairro Itaperi, antigo Instituto Penal Professor Olavo Oliveira I (IPPOO I)



Fonte: Elaborado pela autora.

5.2 Brinquedopraças

Esta ação se diferencia da Praça Mais Infância, no sentido de que o município já dispõe de uma praça ou de um espaço comunitário de convivência, do qual não é extraído o melhor proveito com um trabalho voltado a revitalizar o que se encontrava sem uso, requalificando aquele espaço. O espaço de 230 m² é cercado, tem piso anti-impacto e disponibiliza de uma casinha dupla, com ponte de playground, uma casinha dupla com ponte de eucalipto, escorregadores com balanço triplo, gangorras. Com efeito, o município garante o bom estado de conservação dos brinquedos. Em Fortaleza já foram entregues 32 brinquedos, praças, e, até a presente data: 27/06/2022, os bairros que receberam serão

apresentados no anexo. Foram feitas 3 visitas em 3 bairros distintos para analisar os benefícios que se trouxe ao bairro, a aceitação e conservação.

5.2.1 Brinquedopraça na comunidade da Babilônia

A visita a esta comunidade foi realizada com as presenças de Manoela Dantas (Manu), referência do bairro, que exerce papel não oficial de líder comunitária; e com o Diogo Bastos, técnico em edificações do Programa Mais Infância Ceara. Devido a comunidade ser considerada de risco, foi recomendado chegar no carro oficial da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, sob a supervisão da líder comunitária.

A brinquedopraça foi inaugurada em novembro de 2021 (23/11/2021), o que trouxe muitos benefícios de acordo com a Manu, pois ela ressalta que a comunidade nunca teve nada, e a brinquedopraça foi a primeira ação a ser implementada no local, pois as crianças têm um espaço adequado para brincar, “[...] antes, elas brincavam nas vielas vendo o que não deve”.

Manoela ressalta que a melhor forma de resolver a problemática da iniciação da criança ao mundo do crime, é desenvolver estrutura de escola integral, posto haver crianças que ficam sozinhas em casa. Inclusive, há uma agenda pública que propõe construir uma escola em tempo integral a partir do mês de setembro. Manu considera que investir na educação é o caminho para melhorar a violência, e defende uma educação em moldes não convencionais, com fomento à arte, esporte e lazer. A fala da Manu, como é conhecida no bairro, é de suma importância porque ela conhece de perto os problemas da comunidade, tornando-se a voz dos moradores devido essa preocupação de cobrar providências perante a ausência do Poder Público.

Por fim, foi questionada sobre o que precisa para melhorar a comunidade, e Manu respondeu que: “[...] é o geral porque aqui nunca teve nada! Educação, Esporte, lazer”. Manu faz um trabalho em que busca soluções para os problemas do bairro e adjacências em que mora. Ela sempre convida pessoas de renome local para fazer visitas e dar visibilidade à comunidade.

Figura 6 – Brinquedopraça na comunidade da Babilônia



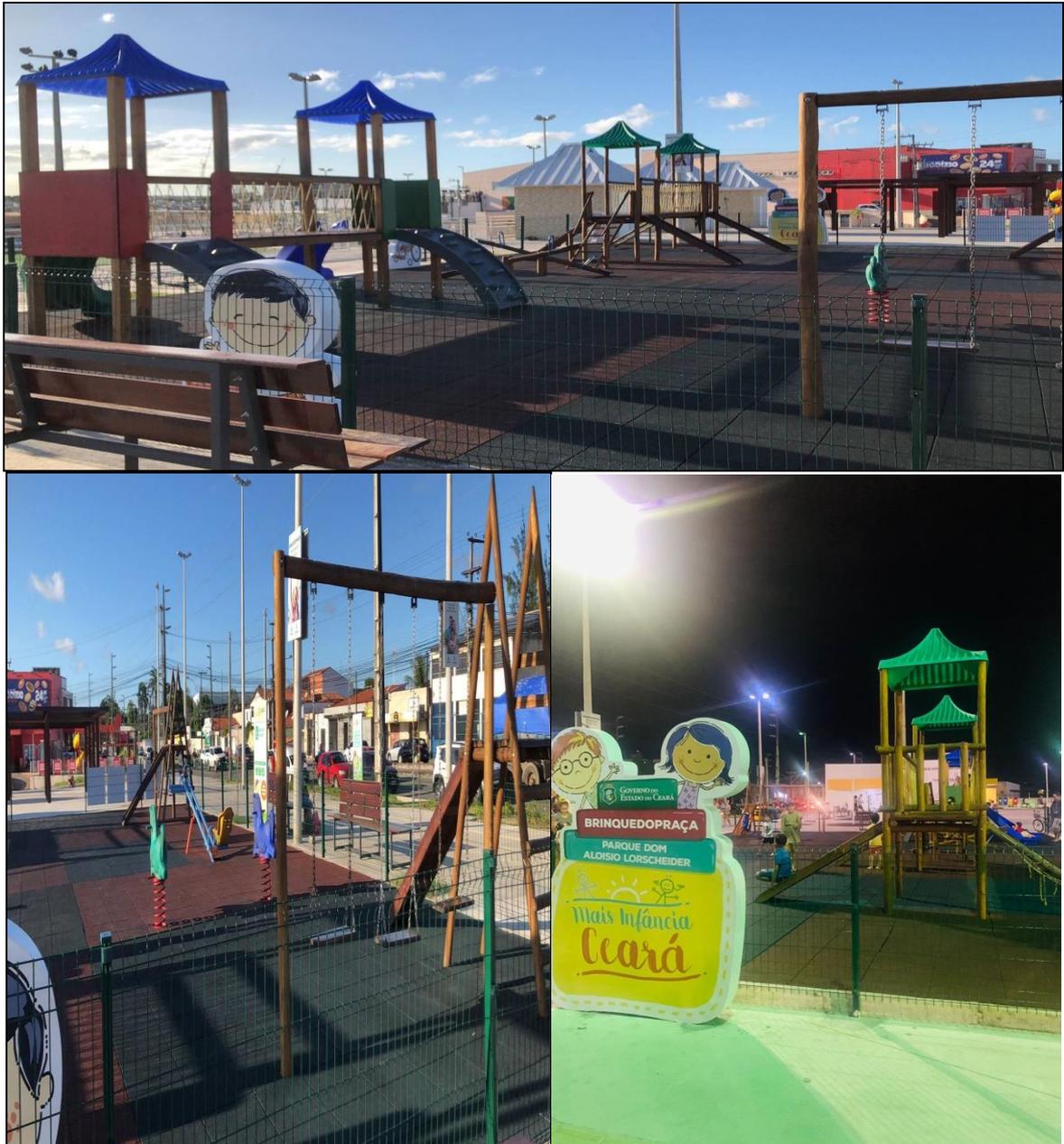
Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.2 A Brinquedopraça do Parque Dom Aloísio Lorscheider, no bairro Itaperi

O Parque Dom Aloísio Lorscheider é uma nova área de lazer e esportes de Fortaleza, inaugurada em março de 2022. O espaço tem 27 mil m², composta por Areninha, brinquedopraça, academia ao ar livre, rampa de skate, quadras poliesportivas, quadra de areia, anfiteatro, quiosques e biblioteca, como também oferta zumba, capoeira, futebol, futsal, funcional, tiro-arco e oficinas, todas as ações são com professores e monitores. O espaço é cuidado e preservado com a presença de vigias. De acordo com a funcionária Daniele Rodrigues, o parque tem ótima

frequência, teve uma boa aceitação da comunidade e o público gosta e aprova as ações promovidas.

Figura 7 – Brinquedo praça no bairro Itaperi



Fonte: Elaborada pela autora.

Os frequentadores relataram que estão satisfeitos com o espaço. A comerciante Paula é moradora do bairro e coloca pintura em gesso, comidas e bebidas, citou que o comércio é registrado e tem policiamento constante, os problemas com iluminação e furtos estavam sendo resolvidos, segundo a comerciante local.

Figura 8 – Brinquedo praça do Parque Dom Aluísio Lorscheider, 28/06/2022, bairro Itaperi



Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.3 Brinquedopraça do Lago Jacareí

A brinquedopraça da praça Lago Jacareí, no bairro Cidade dos Funcionários, foi inaugurada 12/11/2020. A visita foi feita no dia 28/06/2022. Foi observado que o local é muito bem frequentado, tem comércio de comidas, brinquedos infláveis, pipoqueiro, dentre outros. Tinha também aula de aeróbica com monitoria do Corpo de Bombeiros, e mesmo sendo numa terça-feira, a praça estava bem cheia.

Num diálogo com as frequentadoras, a Carol e a Vanessa, que levam seus filhos à brinquedopraça do Lago Jacareí, relataram que o espaço é muito bom e acham que foi bem pensado para as crianças, e elogiaram o piso da brinquedopraça, que os brinquedos sempre passam por manutenção e sempre estão em bom estado. O que foi considerado ruim neste espaço foi a iluminação.

Figura 9 – Brinquedopraça Lago Jacareí, no Bairro Cidade dos Funcionários



Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta – se que a escolha das visitas nas três brinquedopraças foram de forma proposital para observar o impacto nas comunidades. Foram escolhidos 3 bairros com realidades diferentes para fazer um comparativo de uso e preservação. As brinquedopraças escolhidas ficam na comunidade da Babilônia (Castelão), no Itaperi e na Cidade dos Funcionários, bairros de diferente poder aquisitivo e realidade social.

E, nestas visitas, foi observada a funcionalidade, e as informações colhidas foram de que a brinquedopraça teve muita aceitação, as crianças brincam muito no espaço, as mães frequentam mais a praça porque tem um local adequado e pensado para seus filhos, no entanto, também foi observado o estado de preservação, que levantou alguns questionamentos. Qual motivo de um espaço entregue estar menos preservado que no outro bairro? O que está faltando? De quem é a responsabilidade? O que fazer para mudar essa realidade? Haja vista apesar de o espaço ser público, o equipamento e todo o resto são feitos com o dinheiro público.

A agente escolar, Luciana Balreira, moradora do Cidade Jardim I, relata que o bairro Cidade Jardim I é uma comunidade pobre e que precisa de apoio e

serviços, como, biblioteca ambulante, oficina de teatro, revitalização da lagoa, limpeza de ruas, iluminação. Ela acredita que não ter uma representante dentro do bairro gera prejuízos porque pelo fato de “não termos uma liderança comunitária competente, também perdemos a representatividade” e essa falta de representatividade deixa a comunidade carente de serviços essenciais, pois não “temos creches, escola, linhas de ônibus favoráveis, atendimento sanitário adequado, posto de saúde, e sem o menor investimento dos poderes públicos. Somos invisíveis para o estado”.

5.3 Brinquedocreche

Esta ação é voltada para estimular as creches municipais por meio da instalação de kits de brinquedos e outros recursos lúdicos. Segundo o Programa Mais Infância Ceará, cada brinquedo foi pensado para “[...] estimular a criatividade, a socialização, a afetividade, a autoestima, o raciocínio lógico, o desenvolvimento das capacidades motoras, a memória, a percepção e a imaginação” (MIC, 2022, p. 76). Já foram inauguradas 138 brinquedocreches, em todo Ceará, em Fortaleza foram X, e 47 estão em andamento.

Figura 10 – Brinquedo creche do abrigo Tia Julia





Fonte: Elaborado pela autora.

A implantação da brinquedoteca é feita através da solicitação do prefeito a secretária da Secretária da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, através de um ofício, identificando a escola com quantidade de crianças, com as especificidades do bairro em que a escola se encontra.

5.4 Praia acessível

O Projeto Praia acessível são ações que permitem que crianças, adultos e idosos com deficiência ou com mobilidade reduzida, possam ter momentos de lazer com piscina, frescobol, quadra de vôlei adaptados, esteiras e cadeiras anfíbias em um trecho da praia onde as ondas são mansas, no espaço tem banheiro acessível e vagas de estacionamento adequadas. Hoje, com quatro estações: Aquiraz, Aracati, Caucaia e Fortaleza, com previsão de entrega, ainda em 2022, nos municípios de Flexeiras, em Trairi, Camocim, Cascavel e Jijoca de Jericoacoara.

Em Fortaleza a estação fica na Praia de Iracema e é coordenado por Elvis Alves. Elvis resumiu como foi a implantação, e ele participou do processo. Segundo o coordenador, de início houve seis meses de estudos para ajeitar, adaptar o espaço e verificar os equipamentos. As cadeiras anfíbias são italianas e o valor de cada uma custou R\$20.000. Na estação de Fortaleza têm sete unidades, e a esteira é alemã. O projeto funciona de terça a sábado das 8h ao meio-dia.

Como retrocitado, o projeto é para pessoas com algum tipo de deficiência, de qualquer tipo, à mobilidade reduzida ou mental, física ou intelectual, e para os idosos. Às terças-feiras eles deixam atendimento exclusivos aos residentes que são pessoas abandonadas e que vivem em lares de abrigos, tanto para idosos como

para deficientes. Crianças abaixo de cinco anos precisam ser acompanhadas. O atendimento a cada cliente, como o coordenador gosta de nomear o usuário, é em torno de 20 minutos, e antes é feito um diagnóstico.

A equipe de trabalho são dois bombeiros civis, dois guarda-vidas, tem o apoio da Polícia Militar e da viatura da guarda municipal e alguns voluntários. São cinco funcionários da praia acessível mais os bombeiros, totalizando nove pessoas, além dos voluntários. Os voluntários são estudantes educação física e fisioterapia do Ensino Superior da Unichristus, Uninassau, dentre outras. A professora Fernanda Yvelize, que ministra aulas na Unichristus e Faculdade Rodolfo Teófilo, sempre leva seus alunos ao projeto. Ela frisa que a sua experiência com os alunos “[...] foi muito gratificante, e acredito que as visitas foram fundamentais para formação humanizada dos alunos!”. Fernanda afirma que a integração dos alunos com os participantes do projeto proporcionou reflexões quanto às dificuldades de acesso e mobilidade na cidade, e também reflexões sobre inclusão social.

Um ponto crítico é que têm dias que o coordenador precisa de mais pessoas na equipe, e o que ajuda é o voluntário. Mas ao mesmo tempo, ele entende que não tem como ter uma equipe grande devido à demanda que alterna muito, pois nem todos os dias têm muitos usuários, e manter muito funcionários seria um gasto para o Estado manter, na observação do coordenador, então, ele conta com os voluntários nos fins de semana porque tem uma demanda maior.

Com efeito, ao que foi identificado neste estudo, a necessidade de que o projeto tivesse um banco de reserva para que fosse possível trabalhar por diária, e, de acordo com a demanda, o coordenador chamaria o trabalhador que seria remunerado pela diária. Dois pontos críticos que o coordenador Elvis ressalta: um é a questão do tempo da chuva que às vezes não dá para atender, e é um constrangimento, pois o usuário está lá e se deslocou de longe, e não pode ser atendido.

A segunda questão se refere à divulgação. As pessoas não conhecem o projeto. Então ele sugere passar mais conhecimentos, divulgar os horários e o público. Nesse contexto, o senhor Assis tem 67 anos, é um usuário oriundo do bairro Jardim Iracema e frequenta todos os sábados, é um ótimo nadador. Segundo a equipe, ele usufrui do espaço, e quando termina de nadar, gosta de ajudar a equipe a guardar todo o equipamento.

O bombeiro Pedro Borges também traz a crítica em relação à divulgação

do projeto e o público que deve frequentar. Ele já faz parte há dois anos, e só atendeu três idosos. Ele acredita que a falta de frequência de idosos é devido à falta de conhecimento, haja vista muitos crerem ser o projeto exclusivo para pessoas com deficiência. Uma observação e sugestão dada pelo Bombeiro Pedro é que os idosos sentem muito frio e não aguentam ficar “nem cinco minutos”, então ele acha que deveria haver roupas mais específicas, pois é uma falta de atrativo para os idosos, sendo necessária uma atenção específica.

Figura 11 – Praia acessível de Fortaleza





Fonte: Elaborado pela autora.

Na foto o usuário se chama Antonio Davi Sousa de Almeida, que tem paralisia cerebral. Conheceu o projeto em maio de 2022, ele relata que gostou muito do projeto, e pretende frequentar de modo assíduo, porque entende que aquele espaço é dele e o mesmo quer que o projeto se mantenha. As sugestões de melhorias dadas por Davi foram a divulgação do projeto. A divulgação foi algo sinalizado por todos os entrevistados, e uma formação continuada para quem trabalha no projeto, apesar de ele ter se sentido muito bem cuidado e acolhido por todos. Ele deseja que as pessoas em volta compreendam que alguém com limitações também tem autonomia, poder de escolha e não deve ser tratado como um incapaz, “uma criança, um sujeito passivo”.

Davi deseja que as pessoas que trabalham com esse público compreendam que a pessoa com deficiência agora tem outras funções na sociedade, elas são pais, são professores, líderes, então, ele ressalta que a postura de cuidado deve ser mudada, com mínima formação para a equipe responsável.

5.5 Espaço mais infância

É um espaço para o desenvolvimento das crianças entre 3 e 12 anos de idade, composto por brinquedoteca, biblioteca, sala de multimídia, cozinha gourmet e cineminha. Neste espaço também são realizadas atividades de arte, cultura, lazer, saúde, educação e palestras sobre o universo infantil, apresentadas aos pais, cuidadores e profissionais. Segundo a proposta, “[...] o espaço visa estimular o desenvolvimento infantil nos aspectos físico, cognitivo e emocional, bem como fortalecer a socialização, o convívio familiar e os valores culturais” (MIC, 2022, p. 78).

O Espaço Mais Infância funciona em dois locais, somente em Fortaleza. O primeiro fica na Praça Luíza Távora e foi inaugurado em 2016. O segundo está localizado no subsolo 1 da nova Biblioteca Pública do Estado, e foi inaugurado em 2021. Neste espaço, além do mobiliário todo lúdico e adaptado para atender as crianças, o ambiente oferece um acervo contendo livros do clássico ao gibi. Camila Oliveira é a coordenadora do Espaço Mais Infância da praça Luiza Távora, e lá têm os dias de agendamentos para as escolas públicas, as terças e quartas e são disponibilizados transportes. Nos dias para atendimento ao público em geral, eles possuem uma programação que passa por cada ambiente do espaço.

Figura 12 – Espaço Mais Infância da Praça Luíza Távora





Fonte: Elaborado pela autora.

5.6 Educação Ambiental

O projeto tem como ação o plantio de mudas nos equipamentos do Programa Mais Infância Ceará. De acordo com a proposta, o intuito dessa ação é despertar nas crianças e na comunidade a importância do ecossistema, onde eles estão inseridos. A parceria é com a Secretária do Meio Ambiente (SEMA), em que ela foi interveniente financeira, e para efeito de divulgação, todos os produtos migraram para a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. O projeto criado pela antiga primeira-dama Onélia Santana e a SEMA dá apoio técnico que entra com a parte da conservação e a entrega. No total, já foram realizados o plantio de 9.500 mudas arbóreas, frutíferas e ornamentais nativas da região, segundo o Livro Digital Mais Infância Ceará de 2022.

5.7 Toda banda de música é uma escola

Este projeto consiste na doação de instrumentos musicais para implantação ou reestruturação de bandas municipais de música, com o objetivo de ampliar o acesso à música para crianças, jovens e adultos no interior. Ele está articulado com músicos profissionais, regentes, arte-educadores e escolas para oferta de oficinas, ensaios e apresentações artísticas. Caio Talmag é o coordenador do projeto, e ele esmiuçou o início do projeto e descreveu sobre o processo de

aquisição que é através de edital.

Desse modo, o Edital Toda Banda de Música é uma Escola, surgiu a partir de uma demanda do Sistema Estadual de Bandas de Músicas do Ceará (SEBAM-CE), e atualmente também está vinculado ao Programa Mais Infância Ceará. O SEBAM é um sistema setorial, estabelecido por Lei, em 2005, que coloca a Secult-CE como interlocutora junto às bandas de música do estado. A necessidade deste projeto é uma demanda, praticamente unânime, de todas as bandas do Estado, segundo Caio Talmag, pois às vezes falta instrumento para implantar uma banda no município, ou às vezes a banda já existe, mas os instrumentos já estão bem desgastados.

Dito isso, foi desenhado o edital pensando em duas categorias: a de implantação e a de modernização de banda de música, e o kit de instrumentos a ser doado seria o mesmo, independente da categoria.

Kit de instrumentos (46 itens) por município selecionado: 20 (vinte) Flautas germânicas, 04 (três) clarinetes, 02 (dois) Saxofones Alto, 01 (um) Saxofone Tenor, 03 (três) Trompetes, 02 (dois) Trombones, 01 (um) Bombardino, 01 (uma) Tuba Sib, 01 (um) Bombo, 01 (uma) Caixa, 01 (um) par de pratos, 10 (dez) estantes para partituras. A maioria das bandas do Estado é municipal, provavelmente há, aproximadamente, 145 municípios com banda municipal atualmente, ressalta que o edital foi todo voltado para bandas municipais, não sendo possível bandas de associações privadas participarem.

O edital também prevê compromissos e contrapartidas que as prefeituras contempladas têm que cumprir: contratação remunerada do Regente; disponibilizar espaço adequado para ensaios, atividades da banda; disponibilizar local adequado para guarda dos instrumentos; oferecer fardamento aos músicos que integram a banda de música; inserir o tombo dos instrumentos musicais concedidos a partir da formalização do Termo; manutenção anual dos instrumentos com material adequado e técnico profissional.

Figura 13 – Cerimônia de entrega no Centro de Eventos do Ceará



Fonte: Cedidas pelo coordenador Caio Talmag.

5.8 Arte na praça

“Transformar as praças em ambiente propício ao desenvolvimento infantil é o propósito desse projeto” (MAIS INFÂNCIA DIGITAL, 2022, online). Ele é voltado para ampliar o acesso à arte, ao esporte, à cultura e ao lazer com mostras de artes plásticas, apresentações artísticas, didáticas, exposições teatrais, aulas de pintura, música e dança. O Programa Mais Infância Ceará tem o SESC como parceiro na execução das atividades, no total já realizaram 169 edições em 117 municípios, segundo está descrito no livro Mais Infância Digital.

Figura 14 – Arte na praça (SESC)



Fonte: Governo do Estado do Ceará.

5.9 Cidade Mais Infância

A Cidade Mais Infância é uma cidade cenográfica em escala infantil, que conta com 34 espaços temáticos disponíveis, em uma área de aproximadamente 6 mil metros quadrados no Centro de Eventos do Ceará. Estes espaços são réplicas de hospitais, escolas, corpo de bombeiros, Polícia Civil e Militar, aeroporto, bancos, salão de beleza, restaurantes, teatro, biblioteca, Casa do Cidadão, museu do artesanato e de paleontologia, DETRAN, CAGECE, dentre outros serviços prestados pelo Estado. O coordenador do espaço é Marcus Rodrigues. Até a presente data, julho de 2022, a Cidade Mais Infância ainda não estava ainda recebendo visitas.

Figura 15 – Cidade Mais criança



Fonte: Governo do Estado do Ceará.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção visa apresentar as considerações finais sobre a pesquisa realizada, além de observações referentes a descrição e análise da implementação do Programa Mais Infância Ceará, detalhando o pilar Tempo de Brincar na Cidade de Fortaleza, e a avaliação de seu processo de implementação e funcionalidade, baseado na questão norteadora que iniciou esta pesquisa. E assim, já descritas algumas ações do programa, com dados referentes à política pública investigada e os resultados das ações enquanto sua eficácia e funcionalidade, objetivando produzir reflexões sobre a política pública voltada para a infância, sua efetividade, eficácia e os desafios.

O Programa Mais Infância Ceará se institui, conforme seus documentos oficiais anteriormente citados, alegando ser uma política pública de referência por traçar ações intersetoriais voltadas ao cuidado materno-infantil, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, à alimentação, à distribuição de renda e estimulação de bebês e crianças com atraso no desenvolvimento, à educação e construção de espaços para brincar e se socializar.

Mencionando o Cartão Mais Infância, que é uma ação do Programa, buscou-se identificar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias através da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) e da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (Funcap), juntos com pesquisadores da Universidade Federal do Ceará que desenvolveram um diagnóstico aplicando questionários em 569 das 1.077 famílias de três municípios pilotos: Baturité, Maracanaú e Canindé. Nesse sentido, foram identificadas seguintes características dos chefes de famílias:

Grande parte do sexo feminino, solteira, cor parda, católica, com média de idade de 30 anos e dois filhos, tendo o primeiro filho com menos de 18 anos, baixa escolaridade – a maioria com o fundamental incompleto –, com alta percepção de fome entre as crianças e renda per capita média de R\$ 137,54, desconsiderando as transferências recebidas. Outro resultado da pesquisa, não menos importante, está relacionado ao desempenho educacional das crianças cujos lares são beneficiados com o cartão. Verificou-se que, em média, um aumento de 10% nesse repasse poderia crescer a nota de português ou matemática em aproximadamente 14%. (FLÁVIO ATALIBA; MAURO BENEVIDES FILHO, 2021, p. 32).

Assim sendo, percebe-se a partir de ações que contemplam o universo infantil, nos mais diversos campos voltados para a área social, com foco principal para as crianças cearenses podem trazer melhorias significativas nas vidas dessas

crianças e suas famílias. Dessa maneira, afirmou-se a necessidade de investir em projetos para essa faixa, discutindo sobre o desenvolvimento infantil com os diversos setores e especialistas, em que se desenvolveu ações coordenadas, articuladas e executadas em parceria com os municípios em conjunto com 11 secretarias, o que pode ser considerado relevante devido ao movimento e as delegações de compromissos compartilhados.

E assim, fora o trabalho com as diversas secretarias, tem a cooperação de entidades não governamentais, estaduais, universidades, representantes da sociedade civil e de agência multilateral (UNICEF), que operam na proposição de ações ou levantamento de necessidades, até apoio técnico-científico. Dito isso, integrar serviços requer mudanças e adaptação. E no caso de políticas públicas de primeira infância, a atuação instrumentada dos outros setores é uma necessidade primordial, e a disposição das secretarias envolvidas colaborou com a funcionalidade, materializando as ações no Mais Infância.

A criança precisa de saúde, educação, lazer, cultura, alimentação, ambiente familiar seguro e “[...] tudo isso só pode ser oferecido com os esforços conjugados das áreas de saúde, educação, assistência social, gestão urbana, sistema judiciário e de segurança pública. Por isso, desde o seu desenho inicial, a integração deve ser contemplada” (Mariana Luz, 2022).

Observou-se que muitos ainda não conhecem o Programa Mais Infância Ceará, e essa observação é validada pelos profissionais dos projetos e na visita realizada ao Praia Acessível no curso da observação de campo. No Arte na Praça não foi possível adquirir muitas informações, além das que já estão nas páginas oficiais e quem coordena essa ação. No entanto, de forma geral, o que se pode afirmar como principal característica observada é que o governo do Estado do Ceará, as prefeituras e as secretarias se relacionam, compondo um vínculo que se entende essencial para que o programa cresça cada vez mais e permaneça ativo.

No mais, a perspectiva e investimento nesta política foram grandes e chega a ser considerado de muita importância para o Estado do Ceará. No Tempo de Crescer, a previsão de investimento: R\$ 3,3 milhões, no Tempo de Aprender a Previsão de investimento de R\$ 1,1 milhão, no Tempo de Brincar o investimento de R\$ 4.000.000,00, e custeio de R\$ 4.177.220,32, e no Cartão Mais Infância 150.000

teve um investimento financeiro de R\$ 192.350.382,00.⁴⁷

Todavia, se a política, apesar dos investimentos citados no relatório de Ação Governamental Desempenho do Governo do Estado do Ceará, ainda não promove mudança na situação da população local, pois, 35% da população em situação de rua de Fortaleza, de acordo com o Censo Municipal da População de rua, realizado em 2021, apontou que pelo menos 2.653 pessoas vivem nas ruas da capital cearense, um aumento de 53,1% entre os anos de 2014 e 2021, assim como, cerca de 100 crianças e adolescentes estão em situação de rua em Fortaleza.

Supracitadas informações foram auferidas pelo relatório do II Censo Geral da População de Rua, realizado pela Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social de Fortaleza (SDHDS), por meio da empresa de pesquisa Qualitest, e divulgado no início do mês de fevereiro, que foi realizado entre os dias 19 e 23 de julho de 2021, matéria publicada pelo Jornal O Povo⁴⁸.

E, além da matéria e relatório publicado, é comum observarmos crianças e suas famílias desabrigadas em situações de rua e nos semáforos pedindo dinheiro e/ou alimentos. Em contraste, é mencionado no texto Histórico e monitoramento do Programa Mais Infância Ceará: Relato de experiência (2022), que o programa Mais Infância Ceará possui uma abordagem e coordenação intersetorial, composta por secretarias do Estado em articulação com diversas políticas setoriais, com uma visão abrangente de todos os direitos da criança, constituindo-se um instrumento por meio do qual o Estado e os municípios asseguram o atendimento dos direitos da criança.

Porquanto, inegavelmente o programa é muito considerável e seus resultados da entrega a aquilo que se propõe, poderá ser mais aparente com o passar do tempo, porque se deve levar em consideração que é um programa novo, então, é necessário continuar avançando na proposta, seguindo com manutenção de equipamentos, educação e informações à população, pois as pessoas devem se apropriar, usufruir e também cuidar daquilo que lhes são entregues, para não perder o que foi construído. E assim, seguir avançando para melhorias do ponto de vista das políticas públicas, nas condições institucionais e sociais dos resultados.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/03/Principais-Relizacoes-2021.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/02/02/35-da-populacao-de-rua-de-fortaleza-vive-nesta-situacao-ha-um-ano.html> e <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/02/11/censo-aponta-que-cerca-de-100-criancas-e-adolescentes-estao-em-situacao-de-rua-em-fortaleza.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

Com efeito, vale ressaltar que uma das principais queixas relatadas pelos usuários Antonio Davi Sousa, a professora Fernanda Yveliza, e até mesmo pelos coordenadores Elvis Alves do projeto Praia Acessível, e Camila Ferreira de Oliveiras do Espaço Mais Infância, é à falta de informação. Muitas pessoas não conhecem os projetos, o que ocasiona a falta de frequência, segundo eles.

No projeto Praia Acessível, e no Espaço Mais Infância, a frequência de usuário é considerada baixa. Ou seja, mesmo que haja um amplo investimento na infraestrutura do projeto e em equipamentos e tecnologia avançada, se não houver usuário, pode-se até fechar porque não é eficiente manter uma ação e investir num projeto se não tiver a utilização por parte do público, como relatou Antonio Davi Sousa de Almeida, 33 anos, que tem paralisia cerebral (PC) e é usuário do Projeto Praia Acessível. Ele cita a experiência dele com vários projetos, que, pela falta de uso, o projeto fecha.

Decerto, a avaliação da eficácia de um projeto permite a imersão de algumas questões que dificilmente seriam observadas se fossem analisadas somente à luz do próprio projeto e dos seus respectivos objetivos. As visitas aos espaços e diálogo com quem está na prática nos permite olhar além do que está escrito. Assim, as considerações finais aqui expostas refletem o caminho percorrido em busca de vivenciar na prática para responder as questões norteadoras deste trabalho, que almeja justamente analisar a eficácia de uma política pública.

Na perspectiva de atuação, como poderá ser a busca de proximidade com a educação e com as problemáticas enfrentadas, a exemplo da destruição dos equipamentos por parte do próprio usuário. Pois, sabendo que o desenho do programa começou com a identificação do problema e do público-alvo que deveria ser priorizado, assim, identificar o papel do programa e outras instituições por meio de suas ações, no combate à desigualdade social na Cidade de Fortaleza, e assim foi realizado o levantamento da aplicabilidade do Programa Mais Infância com visitas, observações e entrevistas com usuários e profissionais envolvidos com as práticas do programa.

Em um dos objetivos específicos - proceder à pesquisa documental sobre as legislações e documentos que fundamentam a materialidade do Programa Mais Infância Ceará, para durante as visitas analisar a eficácia – esse objetivo foi trilhado a partir do estudo e análise de documentos oficiais, além da visita e diálogos com gestores, culminando num olhar praticamente unilateral devido ao contato com

usuários ter sido menos do que esperado, revelando um grande desafio para a disseminação de instrumentos.

Outro desafio foi encontrar pressupostos teórico-metodológicos, com análises críticas sobre o tema, que auxiliassem na hora de avaliar e comparar a partir de outras observações o desempenho dessas políticas. As pesquisas encontradas são de modo descritivos com reflexões da importância dessa política pública em relação a proposta apresentada. Mesmo assim, a vontade de conhecer o programa e sua funcionalidade, provocadas pelas leituras dos documentos oficiais e visitas realizadas, foi possível compreender o objetivo em questão, mesmo não sendo como planejado, tendo em vista o desenvolvimento do trabalho de dissertação ter como base as teorias que trabalham as Políticas Públicas, de forma mais específica.

No tocante deste desafio encontrado nesta pesquisa, registra-se que os poucos de dados aprofundados e documentos, além dos oficiais disponíveis, também teve a dificuldade de dialogar com algumas pessoas do corpo técnico que fazem parte diretamente ou indiretamente do programa, seja no sentido de criação e implantação, execução e acompanhamento do programa, assim sendo, esse processo permeou algumas limitações destacadas acima, e, portanto, as considerações ficaram sob uma única ótica.

O outro objetivo específico proposto foi identificar e/ou desenhar instrumentos metodológicos que possibilitassem analisar a eficácia dos Projetos inseridos no eixo Tempo de Brincar. Para tanto, recorreremos ao alicerce teórico que trata de forma específica, e após explorar todo o material disponível e identificar os meios de avaliações, optou-se por traçar um instrumento tendo como critério a avaliação da eficácia da política em sua implementação. Do mesmo modo que é citado no texto Histórico e monitoramento do Programa Mais Infância Ceará: Relato de experiência dos desafios enfrentados pelo programa (2022), estão o monitoramento das ações desempenhadas pelas secretarias que compõe o comitê as limitações dos municípios não possuem equipes organizadas para realizar sistematicamente as avaliações dos seus indicadores, dito isso, ainda é enredado avaliar a eficácia nos resultados das ações.

Para alcançar o terceiro objetivo específico - compreender, de forma crítica e contextualizada, o projeto, seu enquadramento institucional, seu ciclo de implementação, a dinâmica que caracteriza a atuação dos principais atores

envolvidos, os objetivos pretendidos, o público-alvo beneficiado diretamente com a política, e os critérios de inclusão. E assim, foi possível compreender e contextualizar a política formulada pelo Governo do Estado do Ceará, que é oferecer qualidade do desenvolvimento na primeira infância. Dessa maneira, quando se fala oferecer um cuidado integral a criança, é recomendado seguir com estudos de segmento da Política de Assistência à Criança do Ceará, fortalecendo as representações comunitárias nas Câmaras, nos Conselhos e nos Fundos Municipais como estratégia para a melhoria dos serviços públicos.

Logo, dentro da Constituição Federal e leis de proteção à infância e regulamentos que trazem dispositivos que visam amparar e proteger a criança do abandono, o problema é a aplicação dessas leis e fiscalização das políticas públicas, bem como trazer a sociedade para conhecer, acompanhar e cobrar quando não estiver funcionando ou acontecendo na sua comunidade, a exemplo disso, ainda não haver uma brinquedopraça nos bairros Cidade Jardim I e na II.

Sobretudo, a educadora, mãe e moradora do Cidade Jardim II, Germana Gonçalves Barbosa, aponta que o bairro é bom, mas precisa melhorar em relação ao espaço de convivência para as crianças, “[...] um lazer diferente, algo que envolva educação, que envolva crianças pequenas e grandes [...] falta algo pra gente poder sair com as crianças, se divertir, enfim, precisa melhorar em relação a isso”. Vale destacar que essa comunidade é distante de qualquer área de lazer nas adjacências.

Sobre o Cidade Jardim¹, foi inaugurado em 2018, e mais de 5 mil famílias, em Fortaleza, e segundo a moradora e agente educacional, Luciana Balreira, a comunidade hoje vive “em franco descaso pelas políticas públicas, especialmente se comparado ao mesmo modelo Cidade Jardim 2” e como exemplo desse descaso, ela cita que as famílias precisam se deslocar mais que o necessário para buscar opções de linhas de ônibus, “por diversas vezes os motoristas não entram no conjunto, são muitos os danos e dificuldades aos trabalhadores”. E ressalva que muitas crianças nas ruas pela falta de vagas em escolas ou creches e não há um só projeto dentro do conjunto que contemple tais crianças, bem como jovens e adultos (idosos). Em virtude, Luciana afirma: “Requeremos diversas vezes aos Bombeiros, por exemplo, que tragam a ginástica para o bairro, no entanto sempre nos foi negado”.

Em síntese, a política pública só atingirá o objetivo e a eficiência quando

ela conseguir atender de forma integral a todos, e no caso do Programa Mais Infância Ceará, a todas as crianças do Estado, reduzindo, assim, os índices de abandono, desnutrição e pobreza com lazer, educação e saúde. Portanto, é essencial ter em mente que uma criança em risco nas suas necessidades básicas como saúde, educação, moradia, alimentação e outras, desenvolve consequências que podem virar causas de abusos, violências e morte. É por isso que a infância deve ser uma questão significativa para toda a comunidade, porque é nela que são promovidas as primeiras bases de formação de um sujeito.

Ressalta-se que o programa tem clareza dos objetivos, metas e direção da política, apresentando recursos necessários considerados no momento da formulação/implementação da política, em contrapartida, a divulgação das ações e o conhecimento sobre o que é o Programa Mais Infância Ceará é mínima, porque a população não conhece ao máximo, haja vista só ouvirem falar sobre, inclusive profissionais de órgãos que trabalham com a infância e juventude, tais como Gisele Cardoso, advogada e assessora jurídica do Conselho Estadual da Infância e Juventude; Alisson Lima, conselheiros tutelar de Fortaleza e Amanda Oliveira de Sousa, advogada e assessora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA – Ceará.

Todos os envolvidos que trabalham com a proteção da criança, relataram que já ouviram falar, mas não estudaram o Programa, e estes órgãos não têm vertentes de vínculos e atuação direta com o Programa Mais Infância Ceará. Apesar de não existir uma atuação direta, profissionais ligados a infância deveriam ter um conhecimento aprofundado sobre esta política pública, sua atuação e projetos, até mesmo para cobrar as ações quando necessário. Amanda Oliveira, assessora do CEDECA, ressalta que “[...] para a promoção de uma mudança no cuidado com a infância, é necessário pensar numa perspectiva multidisciplinar para qualificação do atendimento às crianças em situação de violação de direitos”, e ela defende que as políticas públicas no campo devem ser pensadas nessa perspectiva.

As pessoas que estão usufruindo dos espaços entregues nas praças – pois no projeto tem a Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil – Brinquedopraças, tendo os usuários, de modo geral, constituídos pelas crianças, suas famílias e pelos moradores ao redor que também vão comercializar, e embora nas visitas às praças tenha havido diálogos informais, em que os frequentadores demonstraram satisfação, não temos um documento formalmente

elaborado que comprove essa percepção de satisfação, e ter documentado os níveis de satisfação e percepções gerais sobre a política, são informações importantes para a conclusão de uma análise executiva adequada, mas uma observação deve ser levantada: a melhoria dos espaços públicos estimulou a circulação de pessoas, das famílias e movimentou pequenos comércios.

Seguramente, salienta-se que os pontos negativos são a falta de divulgação, as poucas referências bibliográficas achadas, até dezembro de 2022, além dos oficiais, e dificuldade nos contatos. Em suma, acredita-se que a informação da importância de uma política públicas, de uma ação e como ela irá beneficiar a criança e toda a comunidade, é uma preparação educacional e cultural que as pessoas precisam conhecer para usufruir, e principalmente preservar o objeto que são entregues a comunidade.

Quanto ao cumprimento dos objetivos, metas e prazos, levando em consideração as ações previstas, houve êxito quanto as entregas e funcionalidades, nota-se as praças cheias de crianças e seus familiares, comerciantes locais, até mesmo numa terça-feira, em que ocorreram visitas às brinquedopraças, bem como quando se observa a efetividade da participação dos demais atores, a principal característica é a articulação existente.

Reforça-se que para que exista eficácia nestes programas públicos, é preciso desenvolvê-los localmente, de forma que as instituições sejam ligadas as diferenças das relações sociais, em que além de atender às necessidades essenciais, deve-se sempre manter diálogos com as comunidades, usuários e demais envolvidos no âmbito local, dessa forma, a articulação entre os atores representa uma solução mais adequada ao desenvolvimento pretendido.

E assim, apesar de alguns pontos levantados que devem ser melhorados, contanto, nada que prejudique a execução das ações, os gestores entrevistados consideram que o Programa Mais Infância Ceará, na cidade de Fortaleza, atinge a eficácia quando considerados os instrumentos de análise utilizados, no entanto, as políticas públicas eficientes têm a função de suprir as necessidades coletivas e trabalhar de acordo com os interesses da sociedade, e já foi entendido que Programa Mais Infância Ceará se propõe a atender as crianças do Estado do Ceará, mas se deve ressaltar que não se pode considerar ainda eficaz enquanto houver crianças em vulnerabilidade, em situação de rua e passando fome, bem como é preciso que haja participação ativa por parte dos cidadãos para que atinja a eficácia.

Por fim, reforça-se que o caminho para a eficácia em políticas públicas não deve ser percorrido unilateralmente, cabendo ao poder público municipal e a sociedade o compromisso de direcionar e consolidar as políticas públicas para a realidade local.

A pesquisa aqui exposta pretende contribuir para a melhoria ao pontuar as observações feitas, cuja discussão ainda é tão principiante por ser um programa jovem no campo das políticas públicas, mas que contribua quando planejar novos rumos, novas metas para a respectiva política.

No entanto, avista-se que as considerações advindas deste trabalho podem ser vistas como o início de um leque de possibilidades para outros estudos que envolvam o campo da avaliação de políticas públicas voltadas para a infância, e a avaliação do Programa Mais Infância Ceará, de forma a contribuir com a construção de metodologias que favoreçam a análise da sua eficiência, da sua eficácia e da sua efetividade.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. Redação Observatório 3º setor. **500 mil crianças são vítimas de exploração sexual no Brasil, por ano**, 2021. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/500-mil-criancas-sao-vitimas-de-exploracao-sexual-no-brasil/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ALECE – Assembleia Legislativa do Ceará. **AUDIÊNCIA propõe busca ativa e assistência a crianças e adolescentes órfãos da Covid-19**, 2021. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/97572-0510gs-audie-ncia-orfa-os-da-covid-r>. Acesso em: 10 out. 2022.

ATALIBA, F.; FILHO, M. B. **Como enfrentar a pobreza no Nordeste**. Macroeconomia, Conjuntura Econômica | Março 2021.

BBC. G1. **4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BARBOSA, L. **Mais de 29 mil crianças de 4 e 5 anos estão fora da pré-escola no Ceará**. Jornal O Povo, 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/09/21/mais-de-29-mil-criancas-de-4-e-5-anos-estao-fora-da-pre-escola-no-ceara.html>. Acesso: nov.2022.

BARROSO, R. E. C. **Infância e memória: a educação da criança cearense nas primeiras décadas do século XX**. 2007. 199f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza-CE, 2007.

BORGE, G. **35% da população em situação de rua de Fortaleza vive nesta situação há um ano**. Jornal O Povo, 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/02/02/35-da-populacao-de-rua-de-fortaleza-vive-nesta-situacao-ha-um-ano.html>. Acesso: 06 out. 2022.

BOWLBY, J. **Apego e perda: Apego – A natureza do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 5/2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de dezembro de 2009. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03

mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Educação Infantil Na Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso: 29 jun. 2022

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento** / Ministério da saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 1. ed. 2. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal** (Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 90 de 15/09/2015), Art. 6º. Brasília, DF. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_15.09.2015/art_6_.asp Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.257 – Marco Legal da Primeira Infância**. 2016. Disponível em: encurtador.com.br/bdBX2. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Vc4sdh6KwCDyQPvGGY8Tkmn/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2022.

CHILDHOOD BRASIL. **SAIBA Como Agir**: proteger a infância e a juventude é responsabilidade de todos. veja como você pode agir e fazer a sua parte para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CALDEIRA, L. B. **O Conceito De Infância no decorrer da História**. 2008. Disponível em: <https://btux.com.br/professorbruno/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/O-Conceito-de-Inf%C3%A2ncia-no-decorrer-da-inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CARVALHO. M. T. V. **Primeira Infância**: a etapa mais importante na vida da criança. Uno Educação, 2019. Disponível em: <https://www.unoeducacao.com/2019/03/14/primeira-infancia-a-etapa-mais-importante-na-vida-da-crianca/#:~:text=Aprender%20a%20comunicar%2Dse%20para,do%20c%C3%A9rebro%20e%20seu%20sistema>. Acesso em: 02 jul. 2022.

CEARÁ. Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Ceará. **Nascer no Ceará**. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/nascer-no-ceara/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CEARÁ. **Ceará Saudável**. Disponível em: <https://ww4.ceara.gov.br/projeto/ceara-saudavel/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

CEARÁ. Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. **Mais Nutrição**. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/2021/01/20/mais-nutricao-governo-do-ceara-lanca-iii-edital-do-programa-para-entidades-de-fortaleza-maracanao-e-caucaia/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CEARÁ. Secretaria do Desenvolvimento Agrário. **Entidades cearenses já foram contempladas com mais de 700 toneladas de alimentos**. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/2021/02/26/entidades-cearenses-ja-foram-contempladas-com-mais-de-700-toneladas-de-alimentos/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Ceará (melhora Índice de Desenvolvimento Humano e ganha três posições no ranking nacional)** Ipece/Informe (nº 203 – janeiro/2022. Disponível em: encurtador.com.br/yL026. Acesso em: 10 mar. 2022.

CEARÁ. **Ação Governamental Desempenho 2021**. Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag, 2021. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/03/Principais-Relizacoes-2021.pdf>. Acesso: 10 set. 2022.

CEARÁ AGORA. **PROGRAMA amplia de 5% para 15% a distribuição do ICMS aos municípios**. 2021. Disponível em: <https://cearaagora.com.br/programa-cuidar-melhor-do-governo-no-estado-amplia-a-distribuicao-de-recursos-do-icms-aos-municipios/>. Acesso em: 15 set. 2022.

COELHO, I. **Proporção de pobres no Ceará cai em 2020 e chega a 40,6%, diz IBGE - Índice de extrema pobreza caiu para 9,3% diante do pagamento de benefícios sociais**. Diário do Nordeste, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/proporcao-de-pobres-no-ceara-cai-em-2020-e-chega-a-406-diz-ibge-1.3166830> . Acesso em 07 mar.2022.

COSTA, G. F. **O Afeto Que Educa: afetividade na aprendizagem**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/pedagogia/files/2017/12/O-AFETO-QUE-EDUCA.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CUNHA, I. A revolução dos bebês – aspectos de como as emoções esculpem o cérebro e geram os comportamentos no período pré e perinatal. **Revista Psicanalítica da SPRJ**, v. 2, n. 1, 2001, p. 10.

DAMASCENO, B. C. E.; LEANDRO, V. S. B.; FANTACINI, R. A. F. A importância do brincar para o desenvolvimento da criança com Síndrome Down. **Research, Society and Development**, v. 4, n. 2, p. 142-152, 2017.

DANTAS, H. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. *In*: LA TAILLE *et al.* **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992b.

DIÁRIO DO NORDESTE. **GRUPO ajudou 210 famílias chefiadas por mulheres em Fortaleza durante a pandemia.** Redação, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/dias-melhores/grupo-ajudou-210-familias-chefiadas-por-mulheres-em-fortaleza-durante-a-pandemia-saiba-como-apoiar-1.3031275/> Acesso em: 05 mar. 2022.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Ministério Público do Paraná, 2014. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-1590.html>. Acesso em: 05 nov. 2022.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente: um avanço legal a ser descoberto. **MPPR – Ministério Público do Paraná.** Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-2173.html>. Acesso: 28 jun. 2022.

FARIAS, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FARIA, V.; SALLES, F. **Currículo na educação infantil.** São Paulo: Scipione, 2007.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Desenvolvimento Humano, Por Bairro, Em Fortaleza.** Disponível em: <http://salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo/documentById?id=22ef6ea5-8cd2-4f96-ad3c-8e0fd2c39c98/> Acesso em 10.Mar.2022.

FORTES, T. **Extrema Pobreza:** Ceará tem 561 mil crianças convivendo com a extrema pobreza. O Povo. Disponível em: <https://oxereta.com/noticia-1499205497-ceara-tem-561-mil-criancas-convivendo-com-a-extrema-pobreza>. Acesso em: 07 mar. 2022.

FORTUNA, T. R. A importância de brincar na infância. *In:* HORN, C. I. *et al.* **Pedagogia do brincar.** Porto Alegre: Mediação, 2014.

FRANCO, L. **Investir em educação para a primeira infância é melhor 'estratégia anticrime', diz Nobel de Economia.** BBC News Brasil. Site Terra. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/investir-em-educacao-para-a-primeira-infancia-e-melhor-estrategia-anticrime-diz-nobel-de-economia,6605be07c69b6b8e22718f2520c1893cv8s32wzo.html>. Acesso em: 30 de Jun de 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FVG. **MAPA da nova pobreza:** Estudo revela que 29,6% dos brasileiros têm renda familiar inferior a R\$ 497 mensais, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Coleção leitura. Editora Paz e Terra, 2001, 17 ed.

FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil.** 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional:** a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

HEITOR, F. “O Estado não converte a arrecadação das grandes fortunas para dar um IDH digno ao Ceará”. **Equipe Focus**, 2021. Disponível em: <https://www.focus.jor.br/heitor-ferrer-o-estado-nao-converte-a-arrecadacao-das-grandes-fortunas-para-dar-um-idh-digno-ao-ceara/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004. Resenha por Moysés Kuhlmann Jr. Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Porto Alegre: Artmed, 2004, 284p.

IPREDE. PRIMEIRA Infância, uma questão de prioridade. **Revista Primeira Infância**. v. 3, n. 2., 2019.

INFANCIA. **Centro de Referencias em Educação Integral**. Cidade Escola Aprendiz, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/gyzOZ. Acesso em: 05 mar. 2022.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Educ. Soc.**, v. 27, n. 96. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Vc4sdh6KwCDyQPvGGY8Tkmn/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LIMA, F. M.; NOBRE, M. C. Q. N.; SOUSA, A. F. M. S. (RE)tratos da Infância e Juventude Fortalezaense: questão social no Ceará e as faces sócio-históricas do abandono familiar. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Universidade Federal de Maranhão, 2017.

MADEIRO, C. **Mais Miséria, mais fome. 2 milhões de famílias caíram na extrema pobreza durante o governo Bolsonaro**. UOL Maceió. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/mais-miseria-mais-fome/#cover> . Acesso em: 07.Mar.2022.

MELO, R. **Ceará tem mais de um milhão de crianças e adolescentes em situação de pobreza**. G1CE, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/ceara-tem-mais-de-um-milhao-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-pobreza.ghtml> / Acesso em 07.Mar.2022.

MESQUITA, C. **Mais de 350 mil jovens no Ceará não estudam nem trabalham; crescimento é recorde**. Diário do Nordeste, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/mais-de-350-mil-jovens-no-ceara-nao-estudam-nem-trabalham-crescimento-e-recorde-1.3088273>. Acesso em: 14 nov. 2022.

NIS – Núcleo de Inteligência Social. **ÍNDICE de pobreza multidimensional**, 2020. Disponível em: <http://nis.org.br/indice-de-pobreza-multidimensional/>. Acesso em: 03 jul. 2022.

NARODOWSKI, M. **Infância e poder: a conformação da pedagogia moderna**. 1993. [229]f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253038>. Acesso em: 10 mar. 2022.

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; FORTES, V. A. Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Contexto & educação**. Editora Unijuí, v. 23, n. 79 Jan./Jun. 2008, p. 47-63.

O POVO. **BAIRROS com melhor IDH têm menos homicídios**, 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/04/29/bairros-com-melhor-idh-tem-menos-homicidios.html/>. Acesso em: 09 mar. 2022.

OLIVEIRA, D. E. S. D.; SUZUKI, A. C.; PAVINATO, G. A.; SANTOS, J. V. L. A importância da família para o desenvolvimento infantil e para o desenvolvimento da aprendizagem: um estudo teórico. **Revista Científica Intraciência**. Faculdade do Guarujá. 19. ed., jun. 2020. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522115524.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

OBSERVATÓRIO TERCEIRO SETOR. **INFÂNCIA perdida**: a triste realidade da exploração de crianças no Brasil, 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/media-center/videos/infancia-perdida-a-triste-realidade-da-exploracao-de-criancas-no-brasil/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ONU. Perspectiva Global Reportagens Humanas, Search the United Nations **POBREZA extrema aumenta pela primeira vez em 20 anos, diz Banco Mundial**, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1728962#:~:text=Entre%201990%20e%202015%2C%20por,7%2C9%25%20em%202020>. Acesso em: 01. jul. 2022.

PONTE SOCIAL. **COMO superar a extrema pobreza no brasil**, 2021. Disponível em: encurtador.com.br/oXY56. Acesso em: 01 jul. 2022.

PERES, A. **Escolas tentam prolongar a infância**: Incentivar brincadeiras infantis ajuda a frear o amadurecimento precoce das crianças. Gazeta do Povo, 2008. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/escolas-tentam-prolongar-a-infancia-b6chbw306inj9yh1kntudxpam/> Acesso em: 05 mar. 2022.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zanhar, 1971.

PRIMEIRÍSSIMA infância. Interações: comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos. / Coordenação de Ana Carolina Vidal Guedes; 1. ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020.

RBA – Redação Brasil Atual. **APÓS 11 anos de redução da pobreza, Brasil vive 5 anos de aumento da miséria**, 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/09/pobreza-brasil-banco-mundial/>. Acesso em: 05 mar. 2022.

REDE JUNTOS PLATAFORMA DIGITAL. **OS Reflexos da Desigualdade Social na Primeira Infância**. Disponível em: <https://wiki.redejuntos.org.br/busca/desigualdade-social-na-primeira-infancia-sobre-fatores-como-maternidade-precoce-e-dados-do>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SMETAL. **CHEFES de família são elas**: quase metade dos lares é sustentado por mulheres no país, 2022. Disponível em: <https://www.smetal.org.br/imprensa/chefes->

de-familia-sao-elas-quase-metade-dos-lares-e-sustentado-por-mulheres-no/20220317-145015-q099. Acesso: 12 set. 2022.

SANTANA, O. M. M. L. *et al.* Histórico e monitoramento do Programa Mais Infância Ceará: Relato de experiência. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 11, 3 spe, p. e112922, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202211029>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SEVERO, L. **Quais são as políticas de primeira infância no Ceará e como a população pode ter acesso a elas.** Diário do Nordeste, 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/quais-sao-as-politicas-de-primeira-infancia-no-ceara-e-como-a-populacao-pode-ter-acesso-a-elas-1.3204387>. Acesso em: 27. set. 2022.

SILVA, E. R. **A infância no Brasil tem sido alvo de políticas públicas e incentivos do Governo.** Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/infancia-politicas.htm>. Acesso em: 14 out. 2022.

SILVA, G. F. **Programa Mais Infância Ceará:** possibilidades para o desenvolvimento integral da criança. Universidade de Brasília Faculdade de Educação – FE. Brasília, 2022.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

SOUZA, C. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Dossiê Sociedade e Políticas Públicas • Sociologias 2006.

TOKARNIA, M. **Seis em cada dez crianças no Brasil vivem na pobreza, diz Unicef.** Agência Brasil – Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/seis-em-cada-dez-criancas-no-brasil-vivem-na-pobreza-diz-unicef> / Acesso em: 07.Mar.2022.

VIANA, T. **Mais da metade da população de 71 cidades do Ceará vive em extrema pobreza; veja mapa.** Diário do Nordeste, 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/mais-da-metade-da-populacao-de-71-cidades-do-ceara-vive-em-extrema-pobreza-veja-mapa-1.3256482>. Acesso em: 22 nov. 2022.

VIANA, T. **Grande Fortaleza tem pior cenário de pobreza em 10 anos; 1,5 milhão vive com até R\$ 465 ao mês.** Diário do Nordeste, 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/grande-fortaleza-tem-pior-cenario-de-pobreza-em-10-anos-15-milhao-vive-com-ate-r-465-ao-mes-1.3265274>. Acesso em: nov.2022.

VIANA, T. **Matrículas caem na pandemia e Ceará tem mais de 29 mil crianças de 4 e 5 anos fora da pré-escola.** Diário do Nordeste, 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/matriculas-caem-na-pandemia-e-ceara-tem-mais-de-29-mil-criancas-de-4-e-5-anos-fora-da-pre-escola-1.3280588>. Acesso em nov. 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, H. O desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção. **Revista Didática Sistemica**, v. 4, julho dezembro de 2006.

WARDE. M. J. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, 21-39, jan./jun. 2007.

ANEXOS

Síntese: Segue o quadro e anexos que sintetizam o conjunto de projetos e ações desenvolvidos no período de 2015 a 2022. Este anexo também indica as demais ações previstas ou em andamento.

TEMPO DE BRINCAR

PROJETOS E AÇÕES, DESENVOLVIDOS RESULTADOS / METAS E DETALHES

Brinquedopraças 191 entregues e 213 em andamento. No total, estão previstas 404 brinquedopraças - Revitalização de praças já existentes, por meio da instalação de kits de brinquedos adequados a cada etapa do desenvolvimento infantil, buscando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integral das crianças em suas capacidades emocionais, motoras e cognitivas.

Praças Mais Infância - 25 entregues e 22 em andamento. O total é de 47 Praças Mais Infância. Espaços compostos por playgrounds, quadras poliesportivas, áreas de convivência, bicicletário, dentre outros, nos quais poderão ser realizadas atividades artísticas, culturais, educacionais e de lazer, ampliando as dimensões coletivas favoráveis ao crescimento saudável.

Brinquedocreches - 138 entregues e 47 em andamento. O total é de 185 brinquedocreches. Funciona em uma sala que reúne espaços como casinha petit, escorregador reto, tabela de basquete com bola, túnel lúdico, gangorra com três lugares, piscina com bolinhas, toca 3 em 1, trave gol com bola, livros de literatura (braille, sonoro e livros ampliados) e brinquedos pedagógicos.

Arte na Praça - Foram 169 edições realizadas em 117 municípios. Ações que acontecem mensalmente na capital e em municípios do interior do Estado, visando transformar as praças em ambientes propícios para o desenvolvimento infantil, possibilitando o acesso às atividades de cultura e lazer, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e as relações intergeracionais.

Espaço Mais Infância - (Praça Luíza Távora) Em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc) Ceará, foram realizados mais 252 mil atendimentos de crianças e adultos até o início de março de 2022. Espaço composto de brinquedoteca, biblioteca infantil, sala de multimídia, cozinha gourmet e cineminha. É um espaço para as crianças crescerem, brincarem e aprenderem, conforme os eixos do

Programa Mais Infância Ceará. No local, são realizadas atividades de arte, cultura, lazer, saúde e educação, além de palestras para pais, profissionais e cuidadores. Em alguns momentos da pandemia, o público foi atendido com programação on-line.

Espaço Mais Infância - (BECE) - Com um mobiliário adaptado ao universo lúdico da infância, o ambiente oferece um acervo que estimula o gosto pela leitura, de clássicos infantis aos gibis. Um lugar para ler, estudar, desenhar, brincar, imaginar e criar novos mundos, histórias e personagens. Realizou o atendimento de mais de 7.500 pessoas. O espaço foi preparado para oferecer atividades como contação de histórias, teatro, música, jogos educativos, fantoches (e outros elementos lúdicos e pedagógicos) e computadores para acesso exclusivo das crianças. O setor Infantil é localizado no subsolo e oferece espaço exclusivo para bebês, com livros, brinquedos e fraldário.

Projeto Praia Acessível - Praia Acessível realizou mais de 8.500 atendimentos nas quatro estações do projeto nos municípios de Aquiraz, Aracati, Caucaia e Fortaleza. A iniciativa conta com a parceria das prefeituras municipais. Promove o acesso à praia para crianças, adulta e idosa com deficiência e mobilidade reduzida. O local reservado para o acesso conta com piscina, frescobol e quadra de vôlei adaptados, além de esteiras e cadeiras anfíbias. O espaço também conta com vagas apropriadas para estacionamento e banheiro acessível.

Toda Banda de Música é Uma Escola (Secult) - Entrega de 2.760 instrumentos às bandas de 60 municípios do Estado. Canal de formação, difusão e fruição da música instrumental, numa ação articulada com as escolas públicas dos municípios selecionados. O projeto apoia, promove e fortalece a Rede Estadual de Bandas de Música do Ceará.

Educação ambiental - com plantio e doação de mudas - Educação ambiental, plantio e doações de mudas arbóreas, frutíferas e ornamentais (nativas) nas inaugurações de equipamentos do Mais Infância Ceará. De novembro de 2019 a março de 2022, foram doadas mais de 9.500 mudas. A iniciativa tem o intuito de despertar na criança a importância do ecossistema, garantir o espaço do brincar mais agradável e estimular o desenvolvimento infantil. O contato com a natureza promove a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, além de contribuir para o bem-estar de uma infância saudável. A ação é realizada por crianças com o

auxílio de técnicos da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), que também doam mudas para a população local.

Cidade Mais Infância - A Cidade Mais Infância é uma cidade em escala infantil que combina inspiração, diversão e aprendizagem através de atividades realistas, nas quais as crianças podem explorar livremente cada um dos mais de 30 espaços disponíveis e suas diferentes atividades, em uma área de aproximadamente 6.000 m2 no Centro de Eventos do Ceará. Estes espaços são réplicas de hospitais, escolas, corpo de bombeiro, Polícia Civil e Militar, aeroporto, bancos, salão de beleza, restaurantes, teatro, biblioteca, Casa do Cidadão, Museu do artesanato e de paleontologia, DETRAN, CAGECE, entre outros serviços prestados pelo Estado. Síntese retirada do Livro Mais Infância Ceará – livro digital, 2022⁴⁹.

BRINQUEDOCRECHES ENTREGUES EM FORTALEZA

Nº	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	DATA DA ENTREGA
01	Fortaleza	Unidade de Acolhimento Tia Júlia- Jaime Pinheiro 100, Bairro Guararapes	05.08.2021
02	Fortaleza	Complexo Social Mais Infância Maria de Lourdes Moreira Leite Lima- Rua Aragoiânia, N°: 77 / Bairro João XXIII	13.10.2021
03	Fortaleza	Creche Escola Felisbela Bemvinda- Tribunal de Justiça- Rua Roberto Silva 309- Edson Queiroz	01/02/2022
04	Fortaleza	Parque Dom Aloísio Lorscheider, Rua Holanda com Avenida Bernardo Manuel, S/N, Itaperi	25/03/2022

FONTE: PROGRAMA MAIS INFÂNCIA- SPS
DATA: 05.07.2022

BRINQUEDOPRAÇAS ENTREGUES- FORTALEZA

ORDEM	LOCALIZAÇÃO	DATA DE INAUGURAÇÃO
1	Praça Marcílio Dias - Av. Leste Oeste X Av. Filomeno Gomes - Bairro Moura Brasil	28/06/2018
2	Praça Santa Cecília - Rua Coronel Virgulino Nogueira X Rua Coronel João Correia – Bairro Bom Jardim	22/10/2018
3	Praça Do Conj. Tamandaré - Av. Castelo de Castro X Rua Gergelim - Bairro Conjunto Palmeiras	20/12/2018
4	Praça do Sítio Córrego - Rua Seis X Rua Onze – Bairro Sítio Córrego	21/12/2018
5	Praça João XXIII - Rua Desembargador Gomes Parente X Rua Melo de Oliveira – Bairro João XXIII	02/01/2019
6	Praça das Orquídeas – Rua Lago das Orquídeas – Jardim das Oliveiras.	18/02/2019
7	Praça Uv 06 - Av. F X Rua Seiscentos e dez - Bairro Conjunto Ceará	22/05/2019
8	Praça Uv 03 - Av. H – Bairro Conjunto Ceará	25/02/2019
9	Praça do Polo da Sapiroanga – Rua Edilson Brasil Soares com Rua Bill Cartaxo – Bairro Sapiroanga	29/03/2019
10	Praça Tancredo Neves - Nossa Senhora da Assunção – Av. K (Conjunto Nova Assunção) - Bairro Vila Velha.	11/09/2019
11	Praça 1º De Janeiro - Rua Primeiro de Janeiro X Rua Mônaco - Bairro Parangaba	12/08/2019
12	Praça Beira Rio - Rua 21 S/N Bairro Vila Velha	09/12/2019
13	Praça Lagoa da Parangaba - Av. Américo Barreira x Rua Gomes Brasil - Bairro Parangaba	30/12/2019
14	Praça avenida N – Major Assis - Avenida Major Assis – Bairro Vila Velha	03/02/2020
15	Praça do Seu Dedê- Rua Guanabara x Trav. Paraná/ Panamericano (antes praça Mauá)	27/10/2020
16	Praça do Batalhão de Polícia do Meio Ambiente- BPMA Av. Gov Raul Barbosa - Bairro Aerolândia	06/11/2020
17	Praça Lago Jacarey – Cidade dos Funcionários	12/11/2020
18	Praça da Juventude- Localizada entre as ruas: Antônio Neri e Taquari- Bairro Granja Portugal	17/11/2020
19	Praça Prof. Gustavo Braga -Avenida João Pessoa x Rua Padre Macêdo – Bom Futuro	22/12/2020
20	Praça Menezes de Serpa- Rua 15 com Rua 12- Bairro Vila Velha	29/12/2020
21	Praça Luíza Távora- Aldeota	01/06/2021
22	Praça Frei Galvão- Rua Ana Neri x Rua Carlos Câmara - Jardim América	02/12/2021
23	Praça do Conjunto Polar- Av. Mozart Pinheiro de Lucena X Rua Tenente Eliezer Costa – Bairro Vila Velha	ENTREGUE EM 2021
24	Praça do Guajeru- Estrada Guajeru X Rua do Socorro Gomes – Bairro Guajeru	ENTREGUE EM 2021
25	Praça da Caixa Econômica- Av. A X Av. H - Bairro Conjunto Ceará	ENTREGUE EM 2021
26	Praça Adahil Barreto Parque Estadual do Cocó- Adahil Barreto Rua Major Virgílio Borba, 177, bairro São João do Tauape	14/10/2021 (SEMA)
27	Praça Criança Feliz - Comunidade Babilônia- Rua Estrada do Itapery com Rua do Campo S/N, Novo Residencial Jardim Castelão, Bairro Passaré	23/11/2021
28	Praça do Polo de Lazer São João do Tauape- Av Governador Raul Barbosa, S/N, São João do Tauape	05/02/2022
29	Praça do Parque Estadual do Cocó- Av. Padre Antônio Tomas, S/N, Cocó.	21/03/2022
30	Parque Dom Aloisio Lorscheider- Rua Holanda Com Avenida Bernardo Manuel, S/N, Itaperi	25/03/2022
31	Complexo Ambiental E Gastronômico Da Sabiaguaba - Av. Da Sabiaguaba, S/N, Sabiaguaba	29/03/2022
32	Centro Integrado De Segurança Pública- CISP- Rua Bartolomeu De Gusmão, S/N	01/04/2022

Ativar

FONTE: PROGRAMA MAIS INFÂNCIA- SPS
DATA: 05.07.2022